

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA EM PÓS-GRADUAÇÃO DE SOCIOLOGIA**

LUCAS RODRIGUES AZAMBUJA

**OS SENTIDOS DO TRABALHO AUTOGERIDO: um estudo a partir
dos trabalhadores de cooperativas de Economia Solidária.**

Dissertação de Mestrado

**Porto Alegre
junho de 2007**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA EM PÓS-GRADUAÇÃO DE SOCIOLOGIA**

LUCAS RODRIGUES AZAMBUJA

**OS SENTIDOS DO TRABALHO AUTOGERIDO: um estudo a partir
dos trabalhadores de cooperativas de Economia Solidária.**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada à banca
examinadora do Programa de Pós-
Graduação em Sociologia/UFRGS como
requisito para a obtenção do título de
Mestre em Sociologia.

Orientadora: Dra. Cinara Lerrer Rosenfield

**Porto Alegre
junho de 2007**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

LUCAS RODRIGUES AZAMBUJA

Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul,
como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Aprovado em 19/06/2007.

Banca Examinadora:

Dra. Cinara Lerrer Rosenfield
(Orientadora)

Dra. Jaqueline Tittoni
(Membro)

Dr. Marcelo Kunrath Silva
(Membro)

Dra. Sônia Maria Karam Guimarães
(Membro)

Agradecimentos

Agradeço às seguintes pessoas:

Profa. Dra. Cinara Rosenfield, não só pela orientação durante o mestrado, mas também pela satisfação e inspiração cujo trabalho ao seu lado, como bolsista de iniciação científica, durante a minha graduação em Ciências Sociais, foi decisivo para minha formação acadêmica..

Aos trabalhadores e trabalhadoras que entrevistei, os quais disponibilizaram do seu tempo de trabalho e muitas vezes abriram as portas de suas residências, tornando essa dissertação possível.

Aos colegas de mestrado, especialmente, Daniel Gustavo Mocelin e Leandro Raizer, pelo coleguismo e interlocução valiosa.

À Profa. Dra. Sônia Karam Guimarães, por ter aceitado o convite para participar da banca examinadora e por todo apoio durante o processo de seleção para bolsas de doutorado CAPES/Fulbright. À Profa. Dra. Soraya Vargas Côrtes e Profa. Dra. Clarissa Baeta Neves, também, pelo apoio durante a seleção na Fulbright.

Ao Prof. Dr. Marcelo Kunrath Silva, também por ter aceitado participar da banca examinadora e com que tive o prazer de ser orientado, durante um breve período de tempo, na minha monografia de graduação.

À Profa. Dra. Jaqueline Tittoni, agradeço sua disponibilidade de participar da banca.

Aos meus familiares, em especial, minha mãe Regina Lúcia Rodrigues e meu pai Harvey De Valentin Azambuja. Também, minha madrinha Ana Patrícia Vieira Seinfritz pela ajuda durante o processo de transcrição das entrevistas.

Ao meu amigo de longa data Pedro Vargas Fernandes, pelos cafés e diálogos intelectuais ou não...

À Marina Rosa pelo carinho e companheirismo nestes últimos anos.

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio subsídio financeiro através da bolsa de mestrado.

“Não é fácil encontrar um livro que nos ensine tanto quanto o livro que fazemos”.
Friedrich Nietzsche, Fragmentos do Espólio.

RESUMO

Paul Singer entende que existam, basicamente, duas lógicas de condução das atividades econômicas: a capitalista cujas características são a competição, individualismo, exploração do trabalho e a desigualdade gerada pelo jogo da livre concorrência, sendo a reprodução de tal lógica assegurada pelo modelo de propriedade privada e heterogestão; e a lógica de Economia Solidária cujas características são a cooperação, solidariedade, participação e igualdade, sendo a reprodução dessa lógica possível através do modelo de autogestão e propriedade coletiva. Assim, Singer entende que o sentido do trabalho autogerido está determinado por um conjunto de princípios (cooperação, solidariedade, participação e igualdade) objetivados no modelo de autogestão. Critica-se essa perspectiva por desconsiderar o papel criativo e reflexivo dos indivíduos na construção do sentido do seu trabalho e, também, por afirmar que o modelo de autogestão só poderia ser “verdadeiramente” conduzido através de princípios de Economia Solidária. Em contraposição, esta pesquisa buscou compreender o sentido do trabalho autogerido como uma construção reflexiva do sujeito, a partir de princípios e conhecimentos de natureza diversa, que se sedimentaram no seu estoque subjetivo de conhecimento ao longo de sua biografia de socialização. Com base na fundamentação empírica de 28 entrevistas estruturadas realizadas com trabalhadores de cinco cooperativas, identificaram-se quatro tipos de sentido do trabalho autogerido: 1) *político* – o sentido do trabalho autogerido é que ele representa a possibilidade de participação em um processo de mudança da realidade social; 2) *coletivista* – o sentido do trabalho autogerido é que ele representa a possibilidade da promoção do bem-estar e da qualidade de vida dos membros do coletivo de trabalho; 3) *capitalista* – o trabalho autogerido só tem sentido se servir de meio para inserção competitiva no mercado visando ao lucro como um fim em si mesmo; 4) *sobrevivência individual* – o trabalho autogerido representa uma saída, na falta de uma melhor, para manutenção da sobrevivência material e financeira. As diferenças entre os sentidos do trabalho autogerido são explicados a luz das diferenças em seis dimensões (família, trabalho, política, sindicato, educação e religião) nas biografias de socialização dos trabalhadores.

Palavras-chave:

Economia Solidária, sentido do trabalho, autogestão, biografia de socialização.

ABSTRACT

In Paul Singer's understanding, there are essentially two logics guiding economic activities: the capitalist one, characterized by competition, individualism, labor exploitation and inequalities generated by the game of free competition – the reproduction of such logics being ensured by private property and the “hetero-management” model; and the logics of Solidary Economy whose characteristics are cooperation, solidarity, participation and equality – the reproduction of this logic being possible by means of collective property and the *self-management* model. Thus, Singer understands that the meaning of the self-managed labor is determined by a set of principles (cooperation, solidarity, participation and equality) objectified in the self-management model. We criticize this perspective for disregarding the creative and reflective role of individuals in building up their labor's meaning and, also, for claiming that the self-management model might only be “truly” conducted within the principles of Solidary Economy. Contradicting such perspective, this study sought to comprehend the meaning of self-managed work while a reflective construction by the individual subject, based on both principles and knowledge of diverse character, which were consolidated within the subjective stock of knowledge along his/her biography of socialization. Based on the empirical foundation comprised by 28 structured interviews applied to workers of five cooperative enterprises, we identified four categories of meaning related to the self-managed work: 1) *politic* – the meaning of self-managed work is that it represents the possibility of participating in a process for changing the social reality; 2) *collectivist* – the meaning of the self-managed work is that it represents the possibility of promoting the welfare and the quality of life of members of the labor group; 3) *capitalist* - the self-managed work only makes sense if it serves as a means for competitive entry in the market aiming at profit as an end itself; 4) *individual survival* – the self-managed work represents a resort, in the absence of a better one, for the maintenance of material and financial survival. The differences between meanings of self-managed labor are explained in the light of six dimensions of distinctions (family, work, politics, labor union, education and religion) in the worker's biography of socialization.

Key-words:

Solidary Economy, meaning of work, self-management, socialization biographies.

LISTA DAS ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Princípios ideológicos e orientação na ação social de cada perfil Ideológico.....	69
Tabela 1 – Caracterização dos Trabalhadores de Sentido Político.....	97
Tabela 2 – Caracterização dos Trabalhadores de Sentido Coletivista.....	105
Tabela 3 – Caracterização dos Trabalhadores de Sentido Capitalista.....	111
Tabela 4 – Caracterização dos Trabalhadores de Sentido de Sobrevivência Individual.....	116

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
a) Sociedade moderna, diferenciação social e exercício da individualidade.....	10
b) Problema de pesquisa e sua relevância.....	23
c) Hipóteses de trabalho	32
d) Procedimentos metodológicos.....	35
CAPÍTULO 1 – A ECONOMIA SOLIDÁRIA	42
1.1 Considerações sobre a Trajetória Histórica da Economia Solidária.....	42
1.1.1 O advento da sociedade moderna e a interpretação de Singer sobre o surgimento da Economia Solidária na Europa.....	43
1.1.2 A história das iniciativas de Economia Solidária no Brasil	51
1.2 Perspectivas Contemporâneas sobre a Economia Solidária.....	53
1.3 Empreendimentos Solidários e Cooperativas Autogeridas	59
CAPÍTULO 2 – OS PRESSUPOSTOS TEÓRICOS PARA COMPREENSÃO DO SENTIDO DO TRABALHO AUTOGERIDO	62
2.1 A Idéia de Diversidade no Trabalho	62
2.2 Compreendendo a Construção Reflexiva do Sentido da Ação	76
2.2.1 Habitus e experiência social: as perspectivas de Bourdieu e Dubet	78
2.2.2 Estoque de conhecimento, socialização e articulação biográfica: compreendendo os sentidos da ação a partir de Schutz, Berger e Luckmann	86
CAPÍTULO 3 – OS SENTIDOS DO TRABALHO AUTOGERIDO E AS BIOGRAFIAS DE SOCIALIZAÇÃO	96
3.1 Os Sentidos do trabalho autogerido	97
3.1.1 O sentido político do trabalho autogerido	97
3.1.2 O sentido coletivista do trabalho autogerido	105
3.1.3 O sentido capitalista do trabalho autogerido	111
3.1.4 O sentido de sobrevivência individual do trabalho autogerido	115
3.2 As Biografias de Socialização	120
3.2.1 Biografia de socialização do trabalhador de sentido político	120
3.2.2 Biografia de socialização do trabalhador de sentido coletivista	122
3.2.3 Biografia de socialização do trabalhador de sentido capitalista	126
3.2.4 Biografia de socialização do trabalhador de sentido de sobrevivência individual	128
CONCLUSÃO	130
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	137
ANEXO	146

INTRODUÇÃO

Desde seu nascimento, a sociologia empreende o esforço de entender as causas, o sentido e conseqüências das transformações sociais. Não é por acaso que as raízes da sociologia estão intimamente relacionadas ao contexto de profundas mudanças sociais, culturais, políticas e econômicas, na Europa, entre os séculos XVIII e XIX¹ (BILTON, et al., 1996, p. 575-607). O conjunto dessas transformações veio conformar o nascimento da chamada Modernidade. Entre os diversos eventos e processos que ocorreram neste contexto e que foram alvo de atenção dos primeiros teóricos da sociologia – Émile Durkheim, Karl Marx, Max Weber, Georg Simmel, entre outros -, pode-se citar: 1) o nascimento do capitalismo moderno marcado pelos processos de industrialização e urbanização, que modificaram radicalmente as formas de sociabilidade dos indivíduos e trouxeram uma maior complexificação na divisão do trabalho; 2) a Revolução Francesa (1789) e Americana (1776) que marcaram o advento do Estado e da democracia moderna junto à noção de direitos e liberdades individuais; 3) o iluminismo no século XVIII com a valorização das formas de pensamento racionais e da ciência em contraposição às visões de mundo baseadas na religião, especialmente a cristã. Portanto, a sociologia nasce com o anseio de entender os processos e eventos que marcaram a constituição da sociedade moderna, seus possíveis desdobramentos e principais características.

Alguns dos fundadores da sociologia viram com otimismo o advento e os possíveis desdobramentos dessa nova sociedade e outros foram mais céticos neste sentido. Entretanto, quase todos os autores clássicos procuraram apreender a natureza, a lógica do processo histórico que conduziu ao advento da, então, nascente sociedade moderna: Auguste Comte (1798-1857) com a lei dos *três estágios das sociedades humanas* (teológico, metafísico e positivo); Karl Marx (1818-1883) com o desenvolvimento da forças produtivas e das relações sociais de produção como causas para a sucessão entre os diversos modos de produção; Émile Durkheim (1858-1917) com o desenvolvimento da divisão do trabalho social e a passagem das sociedades de solidariedade mecânica para as de solidariedade orgânica; Max Weber (1864-1920) entendendo o surgimento do capitalismo moderno como parte de um processo

¹ Será visto no capítulo 1 que é também neste contexto que surgem o que se podem considerar as primeiras iniciativas de Economia Solidária.

histórico mais amplo nas sociedades ocidentais, a saber, a racionalização das esferas da vida social (BILTON, et. al., 1996, p. 585-607). Ao mesmo tempo, esses autores procuraram definir e compreender, cada qual a sua maneira, as características da sociedade moderna, ou seja, quais eram os problemas sociais e contradições que surgiam no seu horizonte? No que ela se diferenciava da sociedade do passado? Qual era a condição da existência do homem no seio dessas sociedades? Como a sociedade moderna e suas instituições funcionavam? E o que se poderia “esperar” dessa sociedade? Nesse sentido, a primeira parte desta introdução tratará de dois traços das sociedades modernas, a saber, uma tendência crescente para diferenciação social e para um maior espaço para os sujeitos exercerem sua individualidade e reflexividade. Tais tendências da sociedade moderna foram apontadas, de uma maneira ou de outra, por Émile Durkheim, Alfred Schutz e, mais recentemente, por Peter Berger e Thomas Luckmann. O objetivo nesta primeira parte da introdução é expor o modo como cada um desses autores define essas duas tendências para, em seguida, discorrer sobre as implicações para o trabalho de análise sociológica dessa perspectiva que afirma a diferenciação social e a reflexividade dos indivíduos como aspectos que marcam a sociedade moderna. Essas duas características das sociedades modernas e suas implicações para a análise sociológica serviram, na segunda parte da introdução, como bases para a construção do problema de pesquisa. Assim, será explicitado de que modo a diferenciação e o maior espaço para o exercício da individualidade e reflexividade se manifestam nas mudanças ocorridas recentemente no mundo do trabalho e como elas implicam numa perspectiva a respeito do sentido do trabalho autogerido entre trabalhadores de cooperativas de Economia Solidária diferente da de Paul Singer. Por último, serão procedidos à explicitação das hipóteses de trabalho e os procedimentos metodológicos adotados na presente pesquisa.

a - Sociedade moderna, diferenciação social e exercício da individualidade

Como mencionado, entre os fundadores da sociologia, foi Émile Durkheim quem destacou duas tendências no processo histórico da modernidade que interessam aqui especialmente: a diferenciação social e, relacionada a esta, uma crescente autonomia dos sujeitos ou uma tendência à individuação. Neste sentido, para este sociólogo francês, as diversas etapas e formas que assumem as sociedades ao longo da

história podem ser reduzidas a dois tipos conceituais: sociedades tradicionais (ou segmentárias) e modernas (ou diferenciadas). As primeiras são constituídas da agregação de grupos de parentesco em clãs ou hordas. São sociedades mais simples e auto-suficientes, porém mais rígidas do ponto de vista que submetem todos seus membros a um conjunto de normas e valores bem definidos e disseminados pelo tecido social. Esse estado de submissão, para assim se dizer, é possível porque são sociedades nas quais a divisão do trabalho é inexistente ou bastante rudimentar e, por conseguinte, o grau de diferenciação social entre os membros dessas sociedades é baixo na medida em que todos estão submetidos a mais ou menos ao mesmo conjunto de papéis, tarefas e regras. Sendo as normas e valores fortemente compartilhados e os papéis sociais mais ou menos os mesmos para todos, as diferenças individuais não têm espaço neste tipo de sociedade ou, para usar a terminologia durkheiminiana, *a consciência coletiva prevalece sobre a individual*². Essa similitude entre os membros deste tipo de sociedade produz um tipo de coesão social nomeada por Durkheim de *solidariedade mecânica*, isto é, o laço social é produzido pelo fato de que os indivíduos compartilham de um mesmo conjunto de crenças, valores e regras morais. Em suma, as sociedades tradicionais são caracterizadas por uma inexistente ou rudimentar divisão do trabalho e que, por isso, possuem nenhuma ou pouca diferenciação social entre seus membros e, também, não fornecem as condições necessárias para que os indivíduos exerçam sua autonomia frente às exigências da consciência coletiva (DURKHEIM, 1999, p. 39-78; 157-164).

Pode-se vislumbrar que Durkheim estabelece quase que uma relação de identidade entre sociedades modernas e divisão do trabalho avançada. Mas quais são as causas para que a divisão do trabalho se estabeleça e se complexifique no seio das sociedades? Dito de outra forma, quais são as forças que provocam a mudança do tipo social tradicional para o moderno? São duas as principais causas para o desenvolvimento da divisão do trabalho para Durkheim: aumento da *densidade material e moral*. O adensamento material nada mais é do que o aumento do número de pessoas num mesmo espaço. E a densidade moral é o grau de intensidade e o número de relações sociais que os indivíduos travam uns com os outros. Para o sociólogo francês, as diversas sociedades, ao longo de sua evolução histórica, tendem a aumentar sua densidade moral e material e, na medida em que essas duas aumentam,

² Durkheim chama de *consciência coletiva* o “[...] conjunto das crenças e dos sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade [que] forma um sistema determinado que tem vida própria [...]” (DURKHEIM, 1999, p. 50).

a estrutura social se complexifica e perde a homogeneidade que tinha nas sociedades mais simples. Esse processo é marcado pela proliferação de instituições sociais especializadas em distintas áreas da vida social (produção, educação, religião, etc.) e, por conseguinte, pelo aumento do número de papéis sociais disponíveis para os indivíduos desempenharem no seio da sociedade. É exatamente essa situação, na qual há instituições e papéis sociais especializados, que Durkheim (1999, p. 1-13) chama de *divisão do trabalho social*³. Em suma, o que ocorre é um processo de diferenciação social provocado pelo adensamento material e moral da sociedade; entendendo aqui por diferenciação social o conceito referente “[...] ao reconhecimento e à constituição como fatos sociais de diferenças entre grupos ou categorias particulares de indivíduos” (BOTTOMORE, 1996, p. 207). O estabelecimento e desenvolvimento da divisão do trabalho encontram, então, um terreno fértil na medida em que as instituições, tarefas e papéis sociais se tornam cada vez mais especializados, cada vez mais *diferenciados* entre si.

A divisão do trabalho varia na razão direta do volume e da densidade das sociedades, e, se ela progride de uma maneira contínua no curso do desenvolvimento social, é porque as sociedades se tornam regularmente mais densas e, em geral, mais volumosas. (DURKHEIM, 1999, p. 258).

Entretanto, outra condição se faz necessária, segundo Durkheim, para que a divisão do trabalho se desenvolva, a saber, *o recuo da prevalência da consciência coletiva sobre a individual*. Este recuo ocorre, também, em razão do processo de adensamento moral e material. Este, como pode ser visto, provoca um processo de complexificação e de diferenciação na estrutura social fazendo com que haja uma maior variedade de papéis e atividades a serem desempenhadas pelos indivíduos. Logo, a consciência coletiva se enfraquece na medida em que se torna mais difícil e complexo submeter as consciências individuais a um conjunto homogêneo de normas, valores, tarefas e papéis sociais. Abre-se, então, a possibilidade do desenvolvimento da consciência individual, isto é, o indivíduo pode agora se diferenciar dos demais através da “escolha” dos diferentes papéis que a sociedade moderna lhe oferece (DURKHEIM, 1999, p. 358-364). O indivíduo se especializa em determinada tarefa que melhor corresponda aos anseios e desejos da *sua* consciência. Enfim, a divisão do

³ Cabe ressaltar que para Durkheim a divisão do trabalho não se restringe à esfera da economia: “[...] pode-se observar sua influência crescente nas regiões mais diferentes da sociedade. As funções políticas, administrativas, judiciárias especializam-se cada vez mais. O mesmo ocorre com as funções artísticas e científicas” (DURKHEIM, 1999, p. 2).

trabalho pode se desenvolver à medida que a possibilidade de especialização é dada ao indivíduo pela estrutura social moderna⁴.

Mas se as instituições sociais e os indivíduos cada vez mais se diferenciam e se especializam em função do processo de adensamento moral e material, como a coesão social se torna possível? A resposta é que o desenvolvimento da diferenciação social e, por conseguinte, da divisão do trabalho oferecem as condições necessárias para a existência de um outro tipo de coesão social, baseada no que Durkheim denomina de *solidariedade orgânica*. Na medida em que as instituições e papéis sociais se especializam, mais cada papel e cada instituição passam a depender umas das outras para fazer funcionar o corpo social. Nesse sentido, a solidariedade é orgânica porque, tal qual como no *organismo* humano, cada órgão (instituições, no caso da sociedade) deve exercer sua função específica para que o organismo (o todo social) funcione adequadamente. Ao mesmo tempo, com o recuo da consciência coletiva, os indivíduos encontram mais espaço para especialização, gerando, também, entre eles um estado de mútua dependência. A solidariedade orgânica ocorre em função desse estado de interdependência. Assim, a natureza do consenso moral responsável pela coesão que prevalece nas sociedades modernas é diferente daquela que existiu nas sociedades tradicionais. Nestas, o consenso moral era obtido pelo compartilhamento entre todos os membros do grupo social das normas, tarefas e valores sociais, ou seja, era obtido através do predomínio da consciência coletiva sobre a individual. Como foi dito acima, nas sociedades modernas não é mais possível um mesmo conjunto de normas, tarefas e valores para todos os indivíduos, devido ao alto grau de diferenciação social. Nesse sentido, o consenso moral nas sociedades modernas é o reconhecimento, por parte dos indivíduos, de pertencerem a um todo social cujas partes dependem uma das outras. Além disso, é justamente esse reconhecimento que pode, segundo Durkheim (1999, p. 417-432), controlar o individualismo presente no processo de diferenciação social. Em suma, para o sociólogo francês o surgimento da sociedade moderna implica num processo de complexificação da estrutura social (adensamento moral e material); e esse processo, ao seu turno, promove uma maior diferenciação social na medida em que o número de

⁴ Georg Simmel (1858-1918) também aponta para uma relação entre o tamanho e complexidade do grupo social e o exercício da individualidade: “*La individualidad del ser y del hacer crece, en general, en la medida en que se amplía el círculo social en torno del individuo. [...] Las diferencias, originariamente mínimas, que existen entre los individuos, por virtud de sus disposiciones externas e internas y de su actuación, acentúanse por la necesidad de adquirir, merced a medios diversos, lo necesario para ele sustento. La competencia crea, en la medida numérica de los que participan en ella, la especialización del individuo*” (SIMMEL, 2002, p. 320).

instituições e papéis sociais especializados se tornam maiores, isto é, há o desenvolvimento da divisão do trabalho social. A maior diferenciação social abre espaço, então, para um maior senso de individualidade, que se não for contido por uma nova ordem moral, poderia instaurar um estado de *anomia* no corpo social, ou seja, um estado de coisas no qual as normas sociais estão ausentes ou não são suficientes para controlar os desejos desenfreados dos indivíduos.

Portanto, Durkheim aponta para dois elementos constitutivos das sociedades modernas: a diferenciação social e, propiciada por essa última, uma maior autonomia para os atores exercerem a sua individualidade. Posteriormente, outro teórico da sociologia apontou tendências semelhantes nas ditas sociedades modernas, a saber, Alfred Schutz (1899-1959). É verdade que Schutz não se debruçou tanto quanto Durkheim a respeito dessa questão, mas enquanto o último deu maior ênfase ao modo como, a partir da diferenciação social, poder-se-ia produzir uma nova coesão social, uma orientação moral comum aos indivíduos; Schutz destacou o modo como este processo resultaria em indivíduos cada vez mais diferenciados entre si do ponto de vista de suas orientações, isto é, da maneira como enxergam a realidade social, a sua atividade e a si próprios – em uma palavra, ressaltou o modo como os *estoques subjetivos de conhecimento*⁵ se tornariam cada vez mais diferenciados. Além disso, uma outra diferença entre Schutz e Durkheim com respeito a essa questão é: enquanto Durkheim analisou as causas que promovem o processo histórico que leva das sociedades tradicionais às modernas, Schutz apenas analisa o modo como as configurações de cada etapa sócio-histórica (tradicional e moderna) influenciam na estrutura de conhecimento a partir da qual os indivíduos orientam sua ação no mundo social. Em outros termos, Schutz já parte do fato que existem sociedades cuja estrutura social e a divisão do trabalho são mais simples e outras onde essas duas são complexas e, portanto, não procura analisar as razões que levam de um estágio mais simples ao mais complexo, tal como fez Durkheim.

Para Alfred Schutz (SCHUTZ e LUCKMANN, 1973), todas as sociedades humanas possuem um conjunto de conhecimentos pelo qual os indivíduos definem situações e pessoas (tipificações), escolhem maneiras de agir frente a determinadas situações (receitas) e que constituem suas percepções sobre si mesmos e sobre o

⁵ Sobre as noções de estoque social e subjetivo de conhecimento, ver Schutz e Luckmann (1973, p. 99-182). Mais adiante neste trabalho será melhor definido este conceito. Todavia, uma definição bastante sumária de estoque subjetivo de conhecimento é o conjunto de conhecimentos pertencentes a um indivíduo que orientam suas práticas, ações e relações com outras pessoas.

mundo (social) em que vivem. Esse conhecimento que os indivíduos possuem é, do ponto de vista da sua origem e natureza, de duas ordens: social e subjetiva. A primeira é aquela que conforma o que Schutz chama de *estoque social de conhecimento*. Este conhecimento de ordem social é adquirido pelo indivíduo através de seu processo de socialização, ou seja, através da sua relação com outras pessoas como, por exemplo, pais, professores, líderes religiosos, autoridades públicas, etc. Este conhecimento é social porque, além de ser transmitido através de relações sociais, ele é e aparece aos olhos do indivíduo como dado pelo contexto sócio-histórico, ou seja, é um conhecimento que está inscrito e objetivado na linguagem e nas normas e instituições sociais, e que, por isso, este conhecimento tem uma historicidade, isto é, ele não desaparece com a morte do indivíduo e, sim, é transmitido de geração para geração na medida em que as características da sociedade a qual esse conhecimento corresponde permanecem. Já o conhecimento subjetivo é aquele que não é dado propriamente pelo processo de socialização e, sim, por experiências práticas e concretas que o indivíduo vivencia. É um conhecimento que muitas vezes desaparece com a morte do indivíduo ou porque corresponde a uma situação que lhe foi peculiar ou porque não foi socialmente objetivado seja em um sistema de signos (linguagem), seja num artefato ou na sua reprodução prática por parte de outras pessoas. Neste sentido, a totalidade do conhecimento que o indivíduo possui (ou o que Schutz denomina de *estoque subjetivo de conhecimento*) é formada tanto por conhecimentos pertencentes ao estoque social de conhecimento como por conhecimentos adquiridos por experiências e situações específicas que a pessoa vivenciou. Portanto, muito do modo como a pessoa percebe e age é socialmente condicionado na medida em que essas formas de perceber e agir estão baseadas no estoque subjetivo de conhecimento e que parte deste último possui elementos “fornecidos” pela sociedade.

Se uma parte do conhecimento que os indivíduos dispõem é de natureza social, pode-se concluir que a estrutura dessa parte do conhecimento seja afetada pela estrutura da sociedade a qual ele corresponde. Em poucas palavras, a estrutura do estoque social de conhecimento é afetada pela estrutura da sociedade. Mas como a estrutura social afeta o estoque de conhecimento? Nessa direção, Schutz afirma que as sociedades possuem no seu estoque de conhecimento, de um lado, conhecimentos cuja relevância é geral e sua transmissão é passada para todos os membros de uma sociedade e, por outro lado, conhecimentos especiais cuja transmissão e relevância só dizem respeito a certas categorias de indivíduos e/ou papéis sociais. Ao contrário de

Durkheim, Schutz afirma que qualquer sociedade, por mais simples que seja, possui um grau mínimo de divisão do trabalho e diferenciação social, e que, portanto, todas apresentam diferenças entre conhecimentos gerais e especiais no seu estoque de conhecimento: “[...] *no society [is] so ‘primitive’ as to possess [...] an absolutely undifferentiated stock of knowledge*” (SCHUTZ e LUCKMANN, 1973, p. 299). Desta maneira, o modo como a estrutura social irá influenciar o estoque de conhecimento **não** se dá através da constituição de estoques compostos apenas de conhecimentos gerais para sociedades mais simples e estoques apenas com conhecimentos especiais para sociedades complexas e diferenciadas. O que ocorre, então, segundo Schutz (SCHUTZ e LUCKMANN, 1973, p. 304-318) é o seguinte: em sociedades mais simples cuja divisão do trabalho é incipiente e o grau de diferenciação social é baixo (restringindo-se muitas vezes a categorias de diferenciação pré-sociais, por exemplo, sexo e idade), os indivíduos se defrontam com um conjunto maior de situações e problemas comuns a todos, o que, por sua vez, faz com que o estoque de conhecimento social seja constituído mais por elementos referentes a essas situações e problemas comuns, isto é, por conhecimentos gerais. Os conhecimentos especiais se restringem apenas àquelas diferenciações de natureza pré-social, por exemplo, o conhecimento sobre como caçar animais é especial na medida em que somente os homens são encarregados da caça. Em decorrência disso, as diferenças individuais na maneira de agir e perceber o mundo social são menores, pois os elementos sociais que compõem os estoques subjetivos de conhecimento, na sua maioria, são aqueles de natureza geral, comuns e passíveis de serem acessados por todos os membros da sociedade. Por outro lado, em sociedades nas quais a divisão do trabalho se desenvolveu e um processo de diferenciação social mais acentuado se instaurou, os indivíduos já não mais se defrontam com o mesmo conjunto de situação e problemas comuns. O maior grau de diferenciação social vai então ter as seguintes conseqüências sobre o estoque social de conhecimento: 1) a parcela de conhecimentos gerais do estoque de conhecimento passa ser desigualmente distribuída entre os membros de sociedades complexas na medida em que nem todos passam pelo mesmo conjunto de situações e problemas comuns; 2) os conhecimentos especiais, que antes se restringiam apenas a diferenças como de gênero e etária, passam por um processo de especialização e parcelamento, ou seja, com o avanço da divisão do trabalho cada vez mais os conhecimentos especiais passam a estarem ligados a determinados papéis sociais que correspondem a esferas específicas e autônomas em relação ao todo social.

Isso quer dizer que as diferenças nas sociedades mais simples não se referiam a esferas específicas da realidade, isto é, diferenças como as existentes entre homem e mulher perpassam as mais diversas dimensões da vida social (produção, família, religião, etc.); já nas sociedades complexas, com o avanço da divisão do trabalho, as diferentes regiões da vida em sociedade se tornam cada vez mais diferenciadas e autônomas entre si e, por conseguinte, produzem diferenciações nos seus campos específicos, por exemplo, no campo religioso as diferenças entre fiéis e sacerdotes. Isso faz com que os conhecimentos especiais sejam cada vez mais especializados e diferenciados, desenvolvendo-se, então, instituições específicas encarregadas da transmissão desses conhecimentos. Portanto, o processo de aquisição de um conhecimento especial se torna cada vez mais uma “carreira” e, por conseguinte, tais conhecimentos se tornam somente acessíveis a categorias cada vez mais específicas de indivíduos; 3) com o processo de proliferação de papéis e instituições sociais que o avanço da divisão do trabalho traz, o estoque de conhecimento social passar a ser cada vez mais constituído por conhecimentos especiais. Disso resulta que, cada vez mais os indivíduos enxergam e agem no mundo social através de perspectivas diferenciadas, isto é, seus estoques subjetivos de conhecimento tornam-se cada vez mais específicos.

Assim, pode-se perceber que tanto Durkheim como Alfred Schutz, cada qual a sua maneira, ressaltam como traços característicos das sociedades modernas o processo crescente de diferenciação social e o de desenvolvimento da divisão do trabalho. Ambos, também, extraem como tal contexto afeta a vida dos indivíduos, suas maneiras de pensar e agir. Nas palavras de Durkheim:

A maior parte de nossos estados de consciência não se teria produzido em seres isolados e se teria produzido de maneira totalmente diferente em seres agrupados de outra maneira. Eles derivam, pois, não da natureza psicológica do homem em geral, mas da maneira como os homens, uma vez associados, se afetam mutuamente, conforme sejam mais ou menos numerosos, mais ou menos próximos. Produtos da vida em grupo, somente a natureza do grupo pode explicá-los. (DURKHEIM, 1999, p. 364).

Portanto, os dois mostram como a análise sobre a sociedade implica, também, na compreensão sobre as condições da vida individual e, ainda, ambos sociólogos apontam para o fato de que as transformações que levaram ao advento da sociedade moderna colocaram o exercício da individualidade como seu traço marcante. Será observado a seguir como dois autores contemporâneos – Peter Berger e Thomas Luckmann (2004) – analisam as transformações sociais mais recentes e chamam a

atenção, também, para as tendências de diferenciação social e aumento do espaço para o exercício da individualidade e reflexividade.

A interpretação de Berger e Luckmann sobre a modernidade e suas conseqüências sobre a vida dos indivíduos é bastante influenciada pelas idéias de Durkheim e Schutz. Tal como Durkheim, como poderá ser observado a seguir, Berger e Luckmann colocam, como traço distintivo da modernidade, a multiplicação de instituições sociais cada vez mais especializadas e diferenciadas entre si e, por conseguinte, o enfraquecimento de um mesmo conjunto de regras e valores para todos os membros de uma sociedade. E, influenciados por Schutz, extraem as conseqüências que tal configuração social moderna acarreta sobre os conhecimentos a partir dos quais os indivíduos conduzem suas práticas e relações com os outros e, também, sobre a maneira como percebem a si mesmos e o mundo no qual vivem.

Claramente inspirados em Schutz, Berger e Luckmann afirmam (2004, p. 13-26) que o agir do indivíduo é moldado pelo sentido objetivo disponibilizado pelo estoque social de conhecimento e comunicado pelas instituições sociais. Assim, sentido objetivo e sentido subjetivamente constituído estão sempre em interação. E, ainda na esteira de Schutz, se a estrutura social e, por conseguinte, os estoques sociais de conhecimento se modificam isso terá um impacto no agir e nas percepções dos indivíduos.

Nesse sentido, para Berger e Luckmann (2004), a sociedade moderna é caracterizada pela **inexistência** de um sistema de valores gerais e obrigatórios que integre numa mesma estrutura de sentido as diferentes práticas e ações da vida social cotidiana (produção, religião, política, etc.). Isso ocorre porque, no processo de modernização, as “grandes” instituições sociais econômicas, políticas e culturais se especializam e se diferenciam cada vez mais, ao passo que elas deixam cada vez mais de estarem referidas a um sistema de valores gerais e supra-ordenado. Deste modo, os sentidos da ação que as instituições sociais informam passam a se referir a áreas específicas da vida social que elas recobrem, não sendo mais capazes de fornecerem uma estrutura de sentido que abarque a vida do indivíduo na sua totalidade. Essa é uma das primeiras condições para emergência de um dos traços distintivos da vida social moderna, a saber, a vivência cada vez mais freqüente e generalizada entre os membros da sociedade de *crises de sentido*. Estas últimas nada mais são do que discrepâncias entre o ser e o dever-ser, isto é, discrepâncias entre o sentido informado pelas instituições sociais de determinadas práticas e experiências sociais e a vivência

subjetiva destas práticas ou experiências. Neste sentido, uma vez que as instituições sociais informam sentidos cada vez mais específicos, torna-se mais difícil para o indivíduo integrar esses sentidos numa estrutura coerente que abarque as diversas dimensões da sua vida cotidiana e da sua biografia. Há, então, uma maior probabilidade para que ocorram discrepâncias entre o sentido da ação institucionalmente informado e a vivência subjetiva (BERGER e LUCKMANN, 2004, p. 25-36).

Porém, há um outro traço característico da modernidade que contribui para emergência de crises de sentido, qual seja: o *pluralismo moderno*. Se for entendido o pluralismo como a presença de diferentes estilos de vida numa mesma sociedade, não seria, então, o pluralismo um fenômeno moderno, pois qualquer sociedade com um mínimo de diferenciação social apresenta pluralismo nesse sentido:

A Índia antiga – bem como a moderna – se caracteriza por um pluralismo de castas, a Idade Média européia se caracterizou por um pluralismo de estados e corporações. Mas nesses exemplos as diferentes formas de vida ainda estavam referidas a uma ordem comum de valores, e a interação entre as comunidades de vida permanecia limitada e severamente regulamentada. (BERGER e LUCKMANN, 2004, p. 37).

Assim, o que é específico do pluralismo moderno é que as comunidades de vida (religiosas, étnicas, etc.) não estão separadas espacialmente nem interagem em campos neutros da prática institucionalizada e, por isso, acabam ocorrendo verdadeiros choques de diferentes ordens de valores. Este tipo de pluralismo, então, leva à difusão de crises de sentido:

[...] as ordens de valores e as reservas de sentido não são mais propriedades comuns de todos [...]. O indivíduo cresce num mundo em que não há mais valores comuns, que determinam o agir nas diferentes áreas da vida, nem uma realidade única, idêntica para todos. (BERGER e LUCKMANN, 2004, p. 39).

Portanto, a modernidade implica num aumento qualitativo e quantitativo de pluralismo, isto é, um aumento da “oferta” de diferentes ordens de valores, que faz com que o indivíduo se questione cada vez mais sobre os sentidos institucionalmente informados e, assim, abrindo caminho para crises de sentido. Porém, cabe a pergunta: o que leva a modernidade a apresentar este tipo de pluralismo? Em outras palavras, quais são as causas sociais para o advento do pluralismo moderno?

São conhecidas as causas estruturais desse fato: crescimento populacional e migração e, com isso, um aumento de cidades – pluralização no sentido físico e demográfico; economia de mercado e industrialização que misturam pessoas dos mais diferentes tipos e que as forçam a chegar a um entendimento mais ou menos pacífico; estado de direito e democracia que garantem institucionalmente

este entendimento; os meios de comunicação de massa que exibem constantemente e com insistência uma pluralidade de modos de pensar e viver [...]. (BERGER e LUCKMANN, 2004, p. 49).

Assim, o pluralismo moderno leva a um imenso relativismo dos sistemas de valores e de interpretações. Entretanto, os dois sociólogos se opõem às perspectivas que caracterizam tal situação através de conceitos como “anomia” e “alienação”, pois tais perspectivas incorrem numa certa “[...] cegueira quanto à capacidade que têm os indivíduos e as diferentes sociedades de vida e de sentido de preservar seus próprios valores e interpretações” (BERGER e LUCKMANN, 2004, p. 50).

Uma outra conseqüência do pluralismo moderno é a perda de força das ordens institucionais. Veja-se isso mais de perto: se as comunidades de vida e de sentido coincidem com as expectativas da sociedade, a vida do indivíduo flui de maneira bastante, por assim dizer, “habitual”, quase que de forma *auto-evidente*, isto é, a realidade que é informada institucionalmente aparece ao indivíduo não como uma entre outras formas de viver, mas como *a* realidade, como realidade *tout court*. Nesse sentido, o pluralismo moderno rompe esta auto-evidência da vida social:

Nenhuma interpretação, nenhuma perspectiva podem ser assumidas como únicas em validade [...]. Por isso coloca-se não raras vezes ao indivíduo a pergunta se não deveria orientar sua vida segundo parâmetros bem diferentes do que até agora. (BERGER e LUCKMANN, 2004, p. 54).

Portanto, quando as instituições funcionam “normalmente”, elas determinam ao indivíduo modos prescritos de comportamento (papéis). O indivíduo, então, cumpre os papéis “[...] e conduz a sua vida no sentido de currículos de vida assegurados institucionalmente [...] e com alto grau de auto-evidência” (BERGER e LUCKMANN, 2004, p. 55). Pode-se afirmar, ainda, que o indivíduo internaliza os programas institucionais que dirigem seu agir a partir de um sentido que é experimentado pela consciência do indivíduo como seu próprio⁶. As instituições derivam sua força, portanto, da auto-evidência. Logo, quando os indivíduos começam a questionar os papéis, identidades, esquemas de interpretação, valores e visões de mundo institucionais, a instituição se vê ameaçada. O pluralismo moderno provoca esse processo de questionamentos na medida em que coloca ao indivíduo uma oferta cada vez maior de valores e formas de fazer e viver. Nesse sentido, o pluralismo moderno liberta e, simultaneamente, coloca o indivíduo sob um novo ônus: liberta o

⁶ É preciso destacar que Berger e Luckmann (2004, p. 56) não estão dizendo que o mundo subjetivo precise concordar plenamente com a realidade objetivamente definida pela sociedade. Isso nem mesmo é possível na medida em que o indivíduo apresenta sempre impulsos idiossincráticos.

indivíduo do controle institucional baseado na auto-evidência e lhe fornece o ônus de viver sua vida sem padrões e normas inquestionáveis. Cabe destacar que essa situação pode ser sentida por alguns como forma de libertação e por outros mais como um fardo. Todavia, o fato é que o pluralismo moderno troca uma vida determinada por outra marcada por uma longa série de possibilidades de decisão, ou seja, “[...] o pluralismo coloca sempre alternativas diante dos olhos, as alternativas obrigam a refletir; a reflexão solapa o fundamento de todas as versões de um ‘mundo curado’ – ou seja, de sua auto-evidência” (BERGER e LUCKMANN, 2004, p. 58).

Em suma, a sociedade moderna, segundo Peter Berger e Thomas Luckmann (2004), é marcada por um processo crescente de diferenciação social e especialização das instituições cuja conseqüência é a perda no seio das sociedades de um sistema de valores comum e obrigatório a todos. Ao mesmo tempo, a modernidade é atravessada por um pluralismo de tipo singular, isto é, cada vez mais são ofertados e interagem no mesmo espaço social estilos de vida, valores e princípios diferentes. Em decorrência deste pluralismo, os sentidos, princípios, valores e formas de percepção e ação institucionalmente estabelecidas não passam mais a informar ao indivíduo uma realidade *tout court*, ou seja, a realidade institucionalmente objetivada perde seu poder de auto-evidência. As conseqüências deste contexto são: primeiro, o indivíduo deixa de orientar suas práticas cotidianas e sua própria vida a partir de uma estrutura de sentido e um sistema de valores válidos e obrigatórios para todos os membros de uma sociedade e presente em todas áreas da vida social; e, segundo, devido à perda do poder de auto-evidência das instituições, abre-se um espaço maior para o indivíduo refletir sobre sua ação e, face ao pluralismo moderno, essa reflexividade é atravessada pela “oferta social” cada vez mais diversificada de princípios, valores e formas de perceber e viver.

Feita essa caracterização da sociedade moderna a partir das obras dos autores acima tratados, pode-se agora definir quais são as implicações para a teoria social e para o trabalho de análise do sociólogo que esse contexto sócio-histórico da modernidade acarreta. Essa reflexão está inspirada, em parte, em François Dubet (1996). Em parte porque, de um lado, concorda-se com este autor sobre certas influências que o contexto sócio-histórico atual acarreta para o trabalho de análise sociológica, porém, de outro lado, discorda-se de sua proposição de que essas conseqüências implicariam numa ruptura ou abandono parcial de certos conceitos e

pressupostos teóricos presentes na sociologia clássica⁷. Em função dessa inspiração parcial em Dubet, não será, ao contrário do que foi feito anteriormente, retomada e exposta a perspectiva teórica deste autor e, sim, apenas registrada aqui a sua influência nas reflexões que seguem.

Observa-se que o processo que leva à modernidade implica na complexificação da estrutura social e especialização crescente das instituições e papéis sociais que, ao seu turno, acarretam uma maior diferenciação social. A consequência disso é que a ordem social não pode mais ser representada seja por meio da prevalência de uma consciência coletiva (DURKHEIM, 1999), seja através de um estoque social de conhecimento geral e transmitido a todos os membros da sociedade (SCHUTZ e LUCKMANN, 1973), seja através, também, de um sistema de valores e de uma estrutura de sentido comum e obrigatória (BEGER e LUCKMANN, 2004). Em outros termos, a ação e as formas de percepção dos indivíduos não passam a ser mais determinadas ou moldadas por um conjunto de princípios, normas e valores, válido para todas as esferas da vida social e homogeneamente “distribuído” entre os membros de uma dada sociedade. Nesse sentido, o sociólogo não pode mais deduzir a lógica de ação dos atores sociais a partir de um sistema de valores, princípios e normas comuns e generalizadas no todo social. É preciso, então, que o sociólogo considere que a ação dos indivíduos na sociedade moderna é atravessada por uma pluralidade de princípios e lógicas.

Percebe-se também que os processos de especialização das instituições e papéis sociais e de recuo ou desaparecimento de um conjunto de normas e valores socialmente gerais abrem um espaço maior para que os atores sociais exerçam sua individualidade e capacidade reflexiva a respeito das suas práticas, do modo como percebem a si mesmos e a realidade social, e sobre os princípios pelos quais eles conduzem a sua vida cotidiana. E, através de Berger e Luckmann, nota-se que este estado de coisas, denominado pelos autores de *pluralismo moderno*, leva a um enfraquecimento do poder de auto-evidência da realidade institucionalmente e socialmente definida. A implicação disso para análise sociológica, é que o sentido e a lógica da ação dos indivíduos não podem ser totalmente deduzidos da lógica das instituições e organizações que compõem o espaço social (econômico, político, cultural, familiar, etc.) no qual a ação está situada, ou seja, a ação social não pode ser

⁷ Para uma concisa e clara apresentação da obra e teoria de François Dubet, ver Wautier (2003). No capítulo 2, serão expostas mais detalhadamente nossas divergências em relação à Dubet.

vista como mera consecução de papéis ou como resultado da incorporação de princípios institucionalmente estabelecidos. Portanto, a interpretação da lógica ou sentido de uma determinada ação deve ser feita levando em conta a capacidade de reflexão que a sociedade moderna fornece ao indivíduo, isto é, o sentido ou lógica de uma ação é construído pelos sujeitos. Todavia, se, por um lado, essa construção – como mostra já há algum tempo a fenomenologia (SCHUTZ) e o construtivismo social (BERGER e LUCKMANN) – é realizada pela consciência do indivíduo, por outro, o “material” que este último se utiliza para realizar essa construção é em grande parte fornecido pela sociedade.

A partir dessas considerações, a presente pesquisa foi formulada e conduzida a partir do seguinte pressuposto teórico: a compreensão sociológica do sentido de uma determinada ação social deve ser buscada no sujeito dessa ação tendo em vista o trabalho reflexivo no qual ele estabelece, a partir de elementos socialmente dados, o significado e sentido dessa ação. Cabe destacar que, devido ao contexto pluralístico que marca a sociedade moderna, os elementos sociais através dos quais o sujeito constrói o sentido de sua ação são de natureza das mais diversas.

Assumindo este pressuposto, nesta pesquisa ir-se-á compreender o sentido do trabalho autogerido⁸ não através dos princípios e lógica que, supostamente, regem as organizações e instituições sociais nas quais este trabalho está inserido e, sim, através do sentido que este trabalho assume para os trabalhadores. Em outros termos, o sentido do trabalho autogerido não será compreendido como o resultado da incorporação por parte dos indivíduos de um conjunto de princípios e valores objetivamente dados pelas condições, organizações e instituições nas quais este trabalho está inserido. É o ator munido de sua capacidade reflexiva e dos conhecimentos por ele assimilados ao longo da sua biografia de socialização, que serão, por assim dizer, a “porta de entrada” de nossa análise sobre o sentido do trabalho autogerido⁹.

b - Problema de pesquisa e sua relevância

A partir do último quartel do século XX observa-se uma série de transformações nas mais diversas esferas sociais: econômica, política, cultural,

⁸ Entende-se por *sentido do trabalho autogerido* o conjunto de princípios, valores, tipificações e receitas que irão determinar para o sujeito um significado subjetivo para o seu trabalho e uma orientação, uma lógica de ação no que diz respeito às práticas relacionadas à sua atividade laboral.

⁹ Serão usados os termos ator, sujeito, indivíduo e trabalhador de maneira indistinta, isto é, estas noções denotando apenas o sentido de *pessoa física*.

tecnológica, etc. Nesse sentido, podem ser citados a queda do bloco soviético e, por conseguinte, o fim da Guerra Fria que marcou o cenário político internacional durante boa parte do século XX; o surgimento de novas tecnologias de informação e comunicação cujos impactos se fizeram sentir na esfera do trabalho com a aceleração dos processos de inovação tecnológica, na economia servindo de base para o processo de globalização dos mercados e nas formas de comunicação e de sociabilidade, especialmente, através da Internet; e o (re)surgimento de conflitos entre grupos étnicos e religiosos cuja expressão máxima, no cenário político mundial, foi e é a questão do terrorismo, especialmente, após o ataque às “Torres Gêmeas” nos Estados Unidos em 11 de setembro de 2001. Para fins do enfoque desta pesquisa, cabe destacar, então, as mudanças que ocorreram no mundo do trabalho com a crise do modelo social e econômico que marcou a chamada *Era de Ouro* do capitalismo (HOBSBAWM, 1995, p. 223-390). Esse período (1950-1970), especialmente em países de economia capitalista avançada, pode ser caracterizado pela difusão do modelo fordista “[...] baseado em inovações técnicas e organizacionais que se articulam tendo em vista a produção e o consumo de massa” (LARANJEIRA, 2000, p. 89); ampliação do emprego assalariado e, ligado a este, a consolidação de uma série de proteções sociais para os trabalhadores, que conformaram o chamado Estado de Bem-Estar Social; no plano institucional, o *keynesianismo* que atribuía um papel central ao Estado na economia, cuja função era manter o crescimento da demanda em paridade com o crescimento da capacidade produtiva de maneira a garantir o pleno emprego; e a existência de sindicatos fortes e atuantes que buscavam garantir o repasse aos trabalhadores de uma parte dos ganhos do Capital gerados pelo investimento em tecnologia de produção em massa do fordismo.

É verdade que este modelo não se difundiu da mesma maneira entre todos os países capitalistas. No caso do Brasil, a implementação do fordismo foi parcial e acompanhada de um processo de concentração de renda, o que, por sua vez, impediu a formação de um mercado de consumo de massa (LARANJEIRA, 2000, p. 90-91). Ao mesmo tempo, durante esse período, não se vivenciou o chamado Estado de Bem-Estar e nem mesmo se observou a presença de sindicatos fortes em função do regime militar. Todavia, é verdade que entre o final da década de 1940 até meados da de 1980, o Brasil vivenciou determinados processos que, em parte, identificam-se com essa etapa “dourada” do capitalismo: primeiro, foi neste período que efetivamente o país se industrializou; segundo, mesmo que parcialmente, avançou-se no

estabelecimento de algumas proteções sociais ligadas ao trabalho assalariado através do estabelecimento da legislação trabalhista e do acesso à previdência social; e, terceiro, houve períodos de taxas de crescimento da economia bastante expressivas, especialmente durante o chamado Milagre Econômico (1968-1974). Nesse sentido, para alguns autores (MATTOSO, 1995), este período representou a incorporação da base técnica do modelo de produção fordista-taylorista; porém, sem a consolidação do modelo de desenvolvimento social e econômico que prevaleceu nos países de capitalismo avançado.

Essa organização social começa a ruir, nos países de capitalismo avançado, a partir da década de 1970, com a chamada crise do modelo fordista-taylorista de produção, que ocorre no âmbito do processo de globalização e de reestruturação produtiva e com a crise do Estado de Bem-Estar Social ocasionada pela ascensão das políticas de cunho neoliberal, que buscaram retirar a intervenção do Estado na economia e promover o desmanche dos mecanismos de proteção social (previdência social e serviços públicos). As causas apontadas para o esgotamento do modelo fordista-taylorista no contexto internacional são as mais diversas: 1) aumento dos salários reais acima dos ganhos de produtividade; 2) saturação da demanda por bens de consumo duráveis; 3) acirramento da competição econômica, provocando a internacionalização dos processos produtivos e dos mercados no sentido de aproveitar vantagens comparativas; 4) aumento da carga fiscal, especialmente das empresas, aumentando os custos de produção; 5) os dois choques do petróleo na década de 1970; e, 6) a decisão dos Estados Unidos de não garantir a conversibilidade do dólar em ouro (GALEAZZI, 2002a). No Brasil, esse processo de crise e transformações começa entre o final dos anos 80 e início dos 90, ocasionado não somente por alguns dos elementos acima mencionados como, também, pela abertura do mercado nacional iniciada no governo Collor (1990-1992), gerando um processo de reestruturação produtiva, e a reforma do Estado brasileiro levada a cabo pelo governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) através das privatizações e de uma nova política macroeconômica voltada para o controle da inflação através de mecanismos de política monetária e fiscal recessivas, redefinindo, assim, o papel do Estado na economia. Os prejuízos ocasionados por esses processos aos trabalhadores e aos setores mais pobres da população foram o aumento do desemprego e a degradação das condições de vida na medida em que houve uma redução ou desaparecimento de certos direitos e benefícios sociais advindos do Estado de Bem-Estar. Ao mesmo

tempo em que há o avanço do desemprego, também, verifica-se a proliferação de outras formas de trabalho diferentes da assalariada legalmente regulamentada. Presencia-se, então, o aumento da subcontratação (isto é, trabalhadores ou unidades empresariais contratadas como autônomas para o exercício de atividades especializadas em uma empresa), trabalho por tempo determinado, trabalho em tempo parcial, e formas de trabalho não assalariadas que, em grande parte, compõem a chamada economia informal (GALEAZZI, 2002b). Para muitos (ANTUNES, 2001; MATTOSO, 1995; SINGER, 2003b), esse cenário de proliferação de formas de trabalho atípico, por assim dizer, representou um processo denominado de precarização, pois muitas dessas formas atípicas representam condições e relações de trabalho inferiores se comparadas com as encontradas no assalariamento formal. Entretanto, essa é apenas uma das dimensões da proliferação de formas atípicas de trabalho. Outra forma de pensar essa conjuntura é que ela representa um processo de fragmentação e diferenciação na esfera do trabalho. Se durante a Era de Ouro do capitalismo o emprego formal se constitui, de maneira geral, como uma espécie de padrão¹⁰ social que oferece uma visão sobre o mundo do trabalho coerente e, por isso, capaz de fazer com que os indivíduos tenham condições de estruturarem suas biografias e planos de vida com base nesta visão, a partir da década de 1970, com a ampliação do desemprego e proliferação das formas atípicas de ocupação, a visão de um mundo do trabalho coerente e estruturado não é mais possível na medida em que se vê uma fragmentação das situações de trabalho e, conseqüentemente, não sendo mais possível aos indivíduos elaborarem suas biografias e planos de vida com base num modelo socialmente dado. Nesse sentido, já mencionado na seção anterior, os processos de fragmentação e diferenciação das e nas diversas esferas da vida social são uma tendência marcante das sociedades modernas. Também já referido que esses processos levam a uma situação favorável para que os indivíduos questionem e reflitam a respeito do sentido e definição social e institucionalmente informadas de suas práticas, isto é, esses sentidos e definições perdem, usando a terminologia de Berger e Luckmann, o seu poder de auto-evidência. Neste caso, é, então, o sentido e

¹⁰ Quando se diz que o emprego formal se torna um “padrão social”, estamos nos referindo tanto a idéia de que ele se torna o tipo numericamente majoritário de trabalho (esse é o caso, especialmente, das economias capitalistas avançadas); quanto ao sentido de que o emprego formal se torna o tipo de trabalho socialmente valorizado.

valor socialmente e institucionalmente definidos do trabalho que passam a ser questionados e refletidos pelos atores sociais¹¹.

É neste contexto de reflexões, questionamentos e incertezas, que alguns setores da população historicamente excluída ou em vias de exclusão do mercado de trabalho formal passam a desenvolver uma série de iniciativas para a geração de trabalho e renda: cooperativas que atuam nos vários setores da economia (produção, consumo, serviços, etc.), pequenas empresas de caráter familiar ou comunitário, Bancos Populares, clubes comunitários de troca, serviços de proximidade, entre outras¹². Em diversos países, pesquisadores e pensadores sociais (MANCE, 1999; GAIGER, 1996; LAVILLE, 2004; RAZETO, 1997) consideram essas iniciativas como pertencentes a um tipo de organização da atividade econômica diferente da capitalista, a saber, a *Economia Solidária*¹³. Segundo esses autores, essas iniciativas são diferentes das capitalistas na medida em que o modelo de organização delas representa formas solidárias, cooperativas e/ou reciprocitárias de condução da atividade econômica.

Para Paul Singer (1999; 2000a; 2000b; 2002a; 2002b; 2003a; 2004a), um dos principais representantes brasileiros do conjunto de autores reunidos em torno da noção de Economia Solidária, os empreendimentos dessa “forma de economia” representariam, no limite, as bases de um modo de produção alternativo ao capitalista, uma vez que, para este autor, esses empreendimentos se encontram, em maior ou menor grau, organizados sob a forma do modelo de *autogestão*. São, portanto, iniciativas cujos participantes detêm a posse coletiva dos meios pelos quais exercem a atividade econômica (produção, consumo, poupança, etc.) e, por isso, são igualmente responsáveis pela gestão do empreendimento, através do princípio “um membro igual a um voto”.

Na perspectiva de Singer, este modelo faria com que as atividades econômicas fossem conduzidas através de práticas e princípios opostos àqueles que regem a lógica econômica capitalista, isto é, enquanto que empreendimentos autogeridos seriam

¹¹ Pode-se levantar a hipótese de que a expressão, no mundo acadêmico das Ciências Sociais, deste processo de questionamento e reflexão sobre o trabalho situa-se nas discussões a respeito do “fim da centralidade do trabalho”.

¹² Para um panorama dessas iniciativas econômicas, ver França Filho e Laville (2004, p.150-158) e Singer (2002a, p. 39-108).

¹³ Como será visto no capítulo 1, as iniciativas que compõem a chamada Economia Solidária não são recentes, ou seja, pode-se encontrá-las em momentos históricos anteriores ao último quartel do século XX, especialmente, no século XVIII e XIX, na Europa, com o advento do capitalismo moderno e os processos de industrialização e urbanização.

regidos pela solidariedade, participação, cooperação e igualdade; as empresas capitalistas são marcadas pela competição, individualismo, alienação e exploração do trabalho. Nesse sentido, a autogestão, para Singer, não é apenas uma modalidade técnica de organização e administração; ela é a soma de determinadas práticas que estabelecem um sentido para o trabalho e para ação econômica estruturados por um conjunto de princípios e valores (solidariedade, igualdade, participação e cooperação), que deveria ser extrapolado para o conjunto das relações sociais e, deste modo, constituir-se como base estruturante para o surgimento de uma nova sociedade:

[...] é possível considerar a organização de empreendimentos solidários o início de revoluções locais, que mudam o relacionamento entre os cooperadores e destes com a família, vizinhos, autoridades públicas, religiosas, intelectuais etc. A cooperativa passa a ser um modelo de organização democrática e igualitária que contrasta com modelos hierárquicos e autoritários [...]. (SINGER, 2000a, p. 28).

Assim, na perspectiva deste autor haveria duas lógicas distintas de organização das atividades econômicas: a capitalista cujas características são a competição individualista, a exploração do trabalho pelo capital e a desigualdade gerada pela dinâmica do mercado que divide a sociedade entre “perdedores e vencedores” no jogo da livre concorrência, sendo a reprodução de tal lógica assegurada pelo modelo de propriedade privada e heterogestão; e a lógica de Economia Solidária cujas características são a cooperação em vez da competição, a solidariedade em vez do individualismo e a igualdade em vez da desigualdade, sendo a (re)produção de tal lógica assegurada pela organização da atividade econômica a partir do modelo de propriedade coletiva e autogestão.

Neste sentido, o que se está querendo destacar até aqui em relação à perspectiva deste autor é que, na sua visão, o sentido que rege a condução do trabalho autogerido está determinado por um conjunto de princípios e valores objetivamente dados nas propriedades do modelo autogestionário. Por sua vez, esse conjunto de princípios e valores, objetivados no modelo de autogestão, sustenta a oposição mais geral entre economia capitalista e solidária¹⁴.

Exatamente porque o modelo autogestionário possui um sentido objetivamente dado que, para Singer (2000a, 2000b), a experiência de trabalho autogerido possui um *potencial educativo*, ou seja, as práticas e características que compõem o modelo de autogestão permitem educar e transformar o comportamento dos indivíduos na

¹⁴ Sobre essa contraposição entre os princípios da organização capitalista e os de Economia Solidária, ver, especialmente, Singer (2002a, p. 7-23; 1999, p. 122-125).

direção de que o sentido de suas ações passe a ser pautado por princípios e valores que não aqueles das relações sociais capitalistas (como a igualdade, solidariedade, participação e cooperação).

A autogestão tem como mérito principal não a eficiência econômica (necessária em si), mas o desenvolvimento humano que proporciona aos praticantes. Participar das discussões e de decisões do coletivo, ao qual se está associado, educa e conscientiza, tornando a pessoa mais realizada, autoconfiante e segura. (SINGER, 2002a, p. 21).

Assim, a participação em um empreendimento autogerido não é apenas uma questão de interesse econômico, mas envolve uma opção e educação político-ideológica do trabalhador “[...] contra os valores dominantes da competição individual e da primazia do capital sobre o trabalho” (SINGER, 2000a, p. 21-22). Portanto, para Paul Singer, a constituição de empreendimentos autogeridos não representa *apenas* uma alternativa encontrada pelos trabalhadores ao assalariamento e à pobreza, mas, também, o estabelecimento das condições e do conjunto de práticas capazes de transformar a consciência e o comportamento dos seus praticantes, fazendo com que esses últimos incorporem valores e princípios (participação, cooperação, igualdade e solidariedade) opostos àqueles que fundamentam a lógica individual e competitiva das sociedades capitalistas.

Entende-se que, o pressuposto de Singer de que o sentido do trabalho autogerido está objetivamente dado no próprio modelo de autogestão, implica na desconsideração do papel criativo dos indivíduos na construção do sentido deste tipo de trabalho. Em outros termos, o sentido da autogestão não é propriamente construído pelos sujeitos, mas está dado no modelo de organização autogestionário e, por isso, o papel do sujeito se restringe em incorporar e ser educado para o “verdadeiro” sentido da autogestão. É verdade que para Paul Singer esta educação para autogestão não ocorre de forma automática pela simples força da objetividade do modelo autogestionário, isto é, o autor (SINGER, 1999; 2000a; 2000b) menciona que pode acontecer que os trabalhadores se insiram na organização autogestionária a partir de princípios e valores que não aqueles que, *a priori*, são os da autogestão e, conseqüentemente, da Economia Solidária. Todavia, esses outros valores e princípios não são vistos como uma produção dos sujeitos no esforço de dar sentido à experiência de trabalho autogerido e, sim, como algo advindo e incorporado pelos trabalhadores da cultura do regime de assalariamento e das relações sociais capitalistas e, portanto, são elementos que podem corromper a integridade do modelo

de autogestão. Assim, o sentido da autogestão a partir de outros valores e princípios que não os de solidariedade, cooperação, igualdade e participação são vistos como uma espécie de *problema pedagógico*¹⁵: “O perigo da degeneração da prática autogestionária vem, em grande parte, da insuficiente formação democrática dos sócios” (SINGER, 2002a, p. 21). Portanto, os valores e princípios diferentes dos de Economia Solidária e que podem conformar um outro sentido para o trabalho autogestionário são vistos como influências do sistema capitalista capazes, em alguns casos, de corromper a prática do “verdadeiro” sentido da autogestão por parte dos trabalhadores.

Enfim, a perspectiva de Paul Singer pode ser entendida de uma maneira esquemática da seguinte forma: existem duas formas opostas de organização social e econômica, a capitalista e a solidária. Cada uma dessas formas de organização social e econômica é (re)produzida através de modelos diferentes de condução das atividades econômicas – o autogestionário e o heterogestionário. As características organizacionais desses modelos (propriedade privada ou coletiva dos meios de produção; separação ou não entre concepção e execução; a presença ou não de espaços deliberativos nos quais todos tenham o mesmo poder de decisão sobre a gestão da organização) fornecem as condições para a objetivação de um conjunto de valores e princípios próprios a cada uma das formas de organização social e econômica que esses dois modelos respectivamente representam (igualdade ou desigualdade; participação ou alienação; cooperação e solidariedade ou competição individualista). Por fim, o conjunto de valores e princípios objetivamente dados pelas características ou do modelo de autogestão ou do de heterogestão, define o sentido da ação dos indivíduos inseridos em um ou em outro desses modelos.

Entende-se ser criticável essa perspectiva de Paul Singer a respeito do sentido do trabalho autogerido. Em primeiro lugar, como já foi mencionado, ela implica na desconsideração do papel criativo dos indivíduos na construção do sentido do trabalho autogestionário. Essa desconsideração se torna mais questionável se for levado em conta que essa construção se faz no contexto da modernidade. Na seção anterior, definiu-se que esta última é marcada pelos processos de diferenciação, fragmentação e especialização das e nas diferentes esferas da vida social. Também se comentou que

¹⁵ Aliás, essa atitude de pensar os outros sentidos que o trabalho autogerido pode assumir para o trabalhador como destoantes e corrosivos para a prática do verdadeiro sentido da autogestão, isto é, como um problema pedagógico, é uma tendência verificável na literatura de Economia Solidária brasileira. Nesse sentido, ver Tiriba (2001) e Esteves (2003).

esses processos se manifestaram no mundo do trabalho com a crise da organização social e econômica da chamada Era de Ouro do capitalismo, que trouxe o aumento das taxas de desemprego e a proliferação de formas atípicas de trabalho (nas quais pode ser situado o próprio trabalho autogerido), solapando, assim, a prevalência de uma estrutura coerente de sentido a respeito do trabalho baseada na hegemonia do assalariamento formal. Assim, o sentido do trabalho institucionalmente e socialmente objetivado deixa de estar atrelado exclusivamente (ou mesmo predominantemente) à modalidade de assalariamento formal. Abre-se, então, espaço para que os indivíduos questionem, reflitam e reformulem o sentido do seu trabalho a partir dessa nova conjuntura. Sendo essa capacidade reflexiva, talvez, mais premente no caso do trabalho autogerido, uma vez que, do ponto de vista da biografia do indivíduo, esse tipo de trabalho é inédito e inaudito. *É nesse sentido que o objetivo principal desta pesquisa consistiu em compreender o sentido do trabalho autogerido tal como ele é reflexivamente construído pelo ator social.* No entanto, seria um equívoco imaginar que o sentido do trabalho autogerido seja produto do arbítrio de uma consciência individual atomizada. Se, por um lado, o sentido do trabalho autogerido é construído pelo sujeito, por outro, os “materiais” que ele lança mão para realizar essa construção são de natureza social, isto é, consistem nos conhecimentos, valores, princípios, máximas morais, tipificações e receitas que se sedimentaram no seu estoque subjetivo de conhecimento ao longo de seu processo biográfico de socialização.

Por fim, essa questão dos “materiais” que o sujeito utiliza para construir o sentido do trabalho autogerido ser de natureza social, leva a segunda razão pela qual se pensa ser a perspectiva de Singer discutível. Uma vez que ocorre nas sociedades modernas um processo crescente de diferenciação, fragmentação e especialização das e nas diferentes áreas da vida social, o indivíduo vive uma situação na qual ele se defronta com uma diversidade maior de princípios, valores e sentidos socialmente dados, através dos quais o sujeito pode conduzir suas práticas cotidianas – como já foi visto, essa situação é denominada por Berger e Luckmann (2004) de *pluralismo moderno*. Ora, se o sentido do trabalho autogerido é construído pelo indivíduo a partir de “materiais” socialmente dados e que, no contexto da sociedade moderna, os indivíduos são colocados em contato com uma pluralidade maior desses “materiais”, a variabilidade de combinações possíveis de valores, princípios e conhecimentos para conformar o sentido do trabalho autogerido aumenta. Assim, compreende-se que, possivelmente, exista uma pluralidade de sentidos do trabalho autogerido entre os

trabalhadores – contrariando, assim, a perspectiva de Paul Singer que entende o sentido da autogestão de maneira uniforme na medida em que ele é dado a partir de um conjunto específico de valores e princípios (solidariedade, igualdade, cooperação e participação). A idéia que o trabalho autogerido possa assumir uma pluralidade de sentidos para os trabalhadores também está inspirada nos resultados de pesquisas realizadas anteriormente (ROSENFELD, 2003¹⁶; AZAMBUJA, 2003; 2004; 2005; AZAMBUJA e ROSENFELD, 2006). Nestas, nota-se que a experiência de trabalho autogerido não era tão uniforme como deixa entender a perspectiva de Singer, ou seja, nem todos os participantes dos empreendimentos estudados se relacionavam com o trabalho e pensavam as práticas de autogestão através de princípios exclusivamente de Economia Solidária. Deste modo, *essa pesquisa buscou também compreender os diversos sentidos que pode assumir o trabalho autogerido para os trabalhadores através das diferenças nos processos biográficos de socialização que conformaram seus estoques subjetivos de conhecimento*, tendo em vista que estes últimos são a base através da qual o indivíduo empreende o esforço reflexivo de construção do sentido do seu trabalho.

c - Hipóteses de trabalho

A primeira hipótese é que o trabalho autogerido assume diferentes sentidos entre os trabalhadores de cooperativas de Economia Solidária. Foi afirmado anteriormente que, na perspectiva de Paul Singer, o sentido do trabalho autogerido está dado por um conjunto de princípios e valores objetivados nas características e práticas do modelo de autogestão. Afirmou-se, também, que havia discordância dessa perspectiva em função de que ela desconsidera o papel criativo dos indivíduos na construção reflexiva do sentido do trabalho autogerido e que tal construção é realizada pelo sujeito a partir de princípios, valores e conhecimentos socialmente dados através do processo de socialização e sedimentados no seu estoque subjetivo de conhecimento. Ora, uma vez que essa construção do sentido do trabalho autogerido é realizada pelo sujeito no contexto pluralístico da sociedade moderna, levanta-se a hipótese de que os elementos socialmente dados que o sujeito utiliza na constituição do sentido do trabalho autogerido são de natureza diversa, plural e não apenas um conjunto de princípios e valores de Economia Solidária, objetivado no modelo de

¹⁶ Nesta pesquisa de 2003, participamos de forma indireta na condição de bolsista de iniciação científica.

autogestão. Em outras palavras, o pluralismo moderno abre a possibilidade para que o sentido do trabalho autogerido seja reflexivamente construído pelo sujeito a partir de princípios, valores e conhecimentos diversos que, ao seu turno, irão determinar diferentes sentidos para o trabalho autogerido. Essa primeira hipótese e o resultado de pesquisas anteriores (ROSENFELD, 2003; AZAMBUJA, 2003; 2004; 2005; AZAMBUJA e ROSENFELD, 2006) levam a uma segunda, qual seja: uma vez identificados os diferentes sentidos do trabalho autogerido, essa diversidade faz com que a oposição entre princípios de Economia Solidária e Capitalista não se sustente. Na perspectiva de Singer, a oposição entre Economia Solidária e Capitalista é estabelecida em função da proposição que cada tipo de Economia possui um conjunto de princípios de organização da atividade econômica. Esses princípios estão objetivados, respectivamente, no modelo de autogestão e propriedade coletiva e de heterogestão e propriedade privada. Neste sentido, levanta-se a hipótese de que através dos diferentes sentidos do trabalho autogerido pode-se vislumbrar uma diversidade de princípios através dos quais a atividade laboral autogestionária pode ser conduzida pelos trabalhadores. Portanto, a segunda hipótese é que se forem considerados os diferentes princípios através dos quais são conformados as lógicas de ação e os sentidos do trabalho autogerido para os sujeitos, a oposição entre princípios de Economia Solidária e Capitalista se “dilui”, não se sustenta, ou seja, a consecução do modelo de autogestão não garante que os indivíduos conduzam essa experiência de trabalho apenas através de princípios como igualdade, participação, cooperação e solidariedade.

A terceira hipótese trata de como se podem compreender as diferenças que o sentido do trabalho autogerido assume para os trabalhadores, ou seja, como é possível entender que um conjunto de trabalhadores atribua sentidos diferentes para uma mesma experiência? Como foi comentado na seção anterior, Paul Singer menciona que pode acontecer que os trabalhadores se insiram na organização autogestionária a partir de princípios e valores que não aqueles da autogestão e, conseqüentemente, da Economia Solidária. Todavia, esses outros valores e princípios são vistos como algo advindo e incorporado pelos trabalhadores da cultura do regime de assalariamento e das relações sociais capitalistas. Portanto, para Singer, as diferenças entre os trabalhadores no que concerne à condução da experiência de trabalho autogestionário e o seu sentido se restringem entre aqueles que praticam e assumem o sentido “verdadeiro” da autogestão e aqueles que não o fazem e que continuam orientando sua

ação no trabalho a partir de princípios, em última instância, capitalistas. Assim, as diferenças entre os trabalhadores são compreendidas em função do maior ou menor envolvimento e familiaridade com as práticas autogestionárias. Para Singer, então, as diferenças entre os trabalhadores não estão relacionadas ao sentido da autogestão propriamente, mas, sim, ao quanto o trabalhador incorpora e é educado ou não para a consecução do “verdadeiro” sentido do trabalho autogerido, ou seja, o quanto eles orientam sua ação no trabalho a partir de princípios de Economia Solidária ou Capitalista. Tal como se afirmou nas duas primeiras hipóteses, entende-se que os diferentes sentidos e, conseqüentemente, os diferentes princípios e valores através dos quais o trabalhador conduz a experiência de trabalho autogerido não se restringem à oposição entre princípios de Economia Solidária e Capitalista. Portanto, não se podem entender essas diferenças como resultantes da incorporação e educação do trabalhador para um ou outro conjunto de princípios e de sentidos do trabalho (capitalista *versus* solidário). Em contrapartida, foi comentado anteriormente que a sociedade moderna é marcada por um processo de diferenciação nas e das diferentes esferas da vida social que, por conseguinte, resulta numa proliferação de instituições e papéis sociais. Através da inserção nessas últimas, o sujeito é socializado, isto é, apreende princípios, valores e conhecimentos referentes a cada esfera e instituição da qual participou¹⁷. Esses elementos apreendidos no processo biográfico de socialização se sedimentam no seu estoque subjetivo de conhecimento e são “usados” pelo indivíduo na construção reflexiva do sentido de suas experiências e práticas como, por exemplo, o trabalho autogerido. Uma vez que nas sociedades modernas verifica-se a diferenciação das e nas diferentes esferas e instituições sociais, abre-se espaço para que os estoques subjetivos de conhecimento sejam compostos por elementos sociais cada vez mais diferenciados, isto é, as biografias de socialização se tornam cada vez mais específicas a cada membro da sociedade na medida em que há um maior número de papéis e instituições sociais através das quais ele pode ser socializado. Portanto, biografias de socialização diferentes produzem estoques subjetivos diferentes. Nesta direção, levanta-se a hipótese de que as diferenças de sentido do trabalho autogerido podem ser compreendidas pelas diferenças nas biografias de socialização dos trabalhadores, isto é, as diferenças nos estoques subjetivos de conhecimento são analisadas a partir das biografias de socialização que os conformaram. Em outros

¹⁷ É esse conjunto de papéis e instituições que o indivíduo participa e participou ao longo de sua vida que é chamado de *biografia de socialização*.

termos, a hipótese é que as diferenças de sentido do trabalho autogerido para os trabalhadores não são devido a diferentes formas de engajamentos e educação para a prática autogestionária e, sim, nos diferentes modos como a experiência de trabalho autogerido se articula com a biografia de socialização do trabalhador.

d - Procedimentos metodológicos

Tendo em vista que o objetivo principal desta pesquisa é compreender os *diferentes* sentidos do trabalho autogerido através das *diferenças* nas biografias de socialização dos trabalhadores de cooperativas de Economia Solidária e que foi assumido como pressuposto teórico que a compreensão sociológica do sentido de uma determinada ação social deve ser buscada no sujeito dessa ação tendo em vista o trabalho reflexivo no qual ele estabelece, a partir de elementos socialmente dados, o significado e sentido dessa ação; adotou-se o uso do *método comparativo* (SCHNEIDER e SCHMITT, 1998) tomando como unidade de análise o indivíduo. Basicamente, o que será comparado é, primeiro, os diferentes sentidos que os trabalhadores atribuem à experiência de trabalho autogerido e, segundo, visando a compreender esses diferentes sentidos, as diferenças nas biografias de socialização destes trabalhadores. Nesse sentido, utiliza-se como técnica de coleta de dados *entrevistas estruturadas* para que, deste modo, os dados coletados sejam passíveis de comparação, ou seja, aplica-se um mesmo conjunto de perguntas previamente formuladas¹⁸, assegurando que cada trabalhador entrevistado responda a um mesmo conjunto de perguntas e, assim, permitindo a comparação entre os dados das entrevistas. Esse roteiro de entrevista está estruturado em duas grandes partes, a saber, perguntas referentes à biografia de socialização e ao sentido do trabalho autogerido. Sobre a biografia de socialização, é preciso destacar que **não** foi feito o uso do método biográfico ou da técnica de história de vida (MARRE, 1991; SILVA, 1998; SAUTU, 2004), pois não se tratou de reconstruir a biografia propriamente dita do trabalhador e, sim, levantaram-se alguns dados sobre os diferentes processos de socialização pelo qual o indivíduo passou ao longo de sua vida, permitindo definir que tipo de biografia de socialização formou parte do seu estoque subjetivo de conhecimento. Portanto, tendo em vista os objetivos desta pesquisa, não interessa reconstruir o conjunto de eventos da história de vida do trabalhador para entender a trajetória que o levou a uma determinada situação presente ou para compreender um

¹⁸ Em anexo, o roteiro de entrevista.

processo social a partir da sua manifestação na biografia dos indivíduos; e, sim, apenas coletar dados biográficos (por exemplo, se já trabalhou com carteira assinada, se seus pais eram casados, etc.) através dos quais será definido um tipo de biografia, permitindo compreender a formação do estoque subjetivo de conhecimento que a partir do qual o trabalhador constrói reflexivamente o sentido do trabalho autogerido.

A primeira parte do conjunto de perguntas sobre a biografia de socialização está dividida em seis categorias: 1) *Família* – categoria que reúne o conjunto de perguntas sobre a estrutura familiar de origem do entrevistado (morava com os pais, se esses eram casados, como era sua relação com eles, etc.), sobre a influência e papel que o pai e/ou a mãe (ou seus equivalentes) tiveram na sua socialização no mundo do trabalho, seu status familiar atual (se é casado, se tem filhos, etc.) e sobre as tipificações e receitas que o entrevistado possui em relação à família; 2) *Trabalho* – conjunto de perguntas sobre suas experiências e tipificações a respeito do trabalho assalariado formal, autônomo ou por conta própria, cooperativo e da situação de desemprego, e tipificações sobre o mundo do trabalho de maneira geral; 3) *Sindicato*¹⁹ – grupo de perguntas sobre se o trabalhador foi ou não sindicalizado, como e qual foi a intensidade de sua participação no sindicato e suas tipificações a respeito desse; 4) *Política* – perguntas sobre sua participação ou não em manifestações políticas, partidos e organizações da sociedade civil tais como associação de bairro, movimentos sociais e organizações não-governamentais e, por fim, tipificações sobre política; 5) *Educação* – perguntas sobre o grau de escolarização do entrevistado, o modo como frequentou à escola (se alguma vez trabalhou e estudou ao mesmo tempo, se interrompeu e voltou a estudar, etc.), se teve experiências de educação para o cooperativismo e suas tipificações sobre educação de maneira geral; e, 6) *Religião* – qual sua religião e qual a importância dessa na sua vida e que tipo de envolvimento o entrevistado tem com a sua religião. A segunda parte sobre o sentido do trabalho autogerido está dividida em quatro categorias: 1) *Objetivos, resultados e interesses* – perguntas sobre o status econômico do trabalhador (renda mensal, se a cooperativa é a única fonte de renda, se ele é o único responsável pelo sustento da casa, etc.), função e inserção na cooperativa (se ajudou na fundação da cooperativa, porque decidiu trabalhar na cooperativa, etc.), quais são os seus objetivos e como vê o seu e o futuro da cooperativa e que resultados e perdas avalia ter tido com o trabalho na cooperativa;

¹⁹ A razão de colocar o “sindicato” como uma categoria a parte do “trabalho” foi que, durante as entrevistas, a experiência sindical de alguns trabalhadores não estava somente relacionada às suas experiências no mundo do trabalho, mas também no campo político.

2) *Processos de participação* – perguntas sobre a visão e a participação do trabalhador em cargos eletivos administrativos (presidência, conselho fiscal, tesouraria, etc.) e nas assembleias gerais; 3) *Propriedade coletiva* – perguntas sobre o sentimento do trabalhador em ser sócio da cooperativa, sobre sua posição a respeito do sistema de remuneração mensal e de contratação de novos sócios; 4) *Relação entre os pares* – perguntas sobre a percepção do trabalhador a respeito da sua relação com os demais, o regimento interno e sobre a ajuda mútua entre eles. É através da análise do conjunto destas quatro categorias que poderemos inferir o sentido do trabalho autogerido para o trabalhador, ou seja, é o modo como o trabalhador percebe o conjunto de práticas que conformam o trabalho autogerido e a si mesmo na cooperativa que nos informará o sentido da experiência de trabalho autogerido para ele.

Foram realizadas 28 entrevistas estruturadas em três cooperativas de Porto Alegre, uma de Cachoeirinha e uma de Guaíba. Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra. Adotou-se, então, a *análise de conteúdo categorial* (BARDIN, 1979, 2003; BAUER, 2002; PEREIRA, 1998; WEBER, 1990) como técnica de análise para, primeiro, formular uma tipologia dos diferentes sentidos que assume o trabalho autogerido para os trabalhadores e, segundo, para definir tipos de biografias de socialização. Detenhamo-nos um pouco mais na operacionalização deste processo de análise: com auxílio do *software* de análise qualitativa NVivo (RICHARDS, 1999), os trechos das entrevistas foram codificados de acordo com as categorias acima mencionadas; após isso, foi realizada uma leitura transversal das entrevistas a partir de cada categoria que compõe o conjunto de perguntas sobre o sentido do trabalho autogerido (objetivos, resultados e interesses; processos participativos; propriedade coletiva; relação com os pares). Essa leitura das entrevistas a partir das categorias permitiu que fossem identificadas e comparadas as diferenças nas falas dos entrevistados a respeito da dimensão do trabalho autogerido que cada categoria se refere, podendo, assim, definir quatro tipos de sentidos do trabalho autogerido: 1) **político** – o sentido do trabalho autogerido consiste em representar uma forma de inserção num processo de mudança da realidade social; 2) **coletivista** – o sentido do trabalho autogerido é ser meio de expressão de um espírito de grupo que visa, através da união e cooperação, a promover o bem-estar econômico dos membros do coletivo de trabalho; 3) **capitalista** – o trabalho autogerido e a cooperativa só têm sentido se promoverem uma inserção competitiva no mercado, visando ao lucro como um fim em si mesmo; 4) **sobrevivência individual** – o trabalho autogerido, para este grupo

de indivíduos, tem o sentido de ser uma saída, na falta de uma melhor (trabalho com carteira muitas vezes), para sobrevivência material e financeira. Em seguida, realizou-se o mesmo procedimento só com as categorias que conformam a biografia de socialização. Por último, através do mecanismo de busca booleana (RICHARDS, 1999, p. 167-171) do *software* NVivo, pode-se verificar e comparar o modo como os tipos de biografias de socialização estão associados aos tipos de sentidos do trabalho.

Apesar de não ter sido unidade de análise desta pesquisa, cabe uma breve descrição das cooperativas na qual foram realizadas as entrevistas e de que maneira elas foram acessadas. Para garantir que os trabalhadores entrevistados fossem sócios de cooperativas reconhecidamente de Economia Solidária, foi feito contato com pessoas de organizações de apoio a essas cooperativas, a saber, participante do Programa de Extensão Universitária de Economia Popular Solidária da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, membro da UNISOL (entidade sem fins lucrativos que atua no apoio de empreendimentos de Economia Solidária no Brasil) e membros da Delegacia Regional do Trabalho do Estado do Rio Grande do Sul (DRT-RS) que possui um programa na área de Economia Solidária. A primeira cooperativa (C1)²⁰ está localizada no município de Porto Alegre e foi fundada em 2001 a partir da iniciativa de alguns participantes de um programa da prefeitura municipal de geração de trabalho e renda. Tal programa governamental organizou um coletivo de trabalho entre os moradores de uma mesma comunidade que prestava serviços de limpeza na própria comunidade para a prefeitura. Vislumbrando o término do programa e vendo-se sem alternativa de trabalho e renda, um grupo de 23 pessoas se mobilizou para fundar uma cooperativa de trabalho. A C1 conta com 170 sócios, porém como a cooperativa atualmente possui apenas um contrato de prestação de serviço para a prefeitura de Porto Alegre, apenas 42 dos 170 estão trabalhando como agentes de saúde para a prevenção da dengue. A C2, também localizada em Porto Alegre, foi fundada em 2002 a partir da falência de uma empresa privada do ramo da metalurgia. Os trabalhadores, auxiliados pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre, assumiram a massa falida como forma de reaver dívidas trabalhistas e garantir os postos de trabalho. Inicialmente, a cooperativa foi constituída por 25 ex-funcionários da antiga empresa, entretanto, alguns destes saíram do empreendimento por diversos motivos – financeiro, não adaptação ao modelo de cooperativa, saúde, etc. – sendo

²⁰ Adiante no texto as cinco cooperativas nas quais foram realizadas as entrevistas vão ser referidas pelas siglas C1, C2, C3, C4 e C5.

que atualmente permanecem trabalhando e sendo sócios apenas 11 trabalhadores. A C3 foi criada em 2005 e está localizada em Porto Alegre. É uma cooperativa de produção do ramo de confecção (em geral, produzem colchas, almofadas, camisetas, etc.) que começou a partir da iniciativa de um grupo de pessoas militantes da associação de bairro e de partidos políticos de esquerda, que vislumbraram, na cooperativa, uma alternativa de trabalho e renda para pessoas que antes atuavam individualmente e como autônomos, prestando serviços de costura. A C3 foi fundada por 21 pessoas e atualmente conta 26 sócios, sendo que destes apenas um pouco mais da metade estava trabalhando em função do baixo número de encomendas e pelo fato de a cooperativa não possuir ainda uma sede própria. A C4 foi fundada em 1999 e está localizada no município de Cachoeirinha. Trata-se de uma cooperativa de trabalho surgida a partir da falência de uma empresa privada do ramo da metalurgia. Neste caso, os gerentes da massa falida detêm a propriedade das máquinas e do prédio e a cooperativa realiza a produção de encomendas negociadas pelos próprios gerentes. A C4 foi fundada por 27 ex-funcionários da empresa privada e hoje 24 continuam trabalhando e são sócios da cooperativa. Por fim, a C5 está localizada no município de Guaíba e foi fundada em 2001 também através da falência de uma empresa privada do ramo da metalurgia. Auxiliados pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre, a cooperativa foi fundada por 280 sócios, sendo que apenas 30 começaram trabalhando de fato na cooperativa. Atualmente, a cooperativa é proprietária de todo maquinário e do prédio onde funciona e possui 106 sócios entre os quais um pouco mais da metade encontrava-se trabalhando de fato. Finalizando, cabe destacar que, independente das diferenças nas características das cooperativas, todas elas são reconhecidas e recebem assessoria de pelo menos uma das organizações de apoio à Economia Solidária, acima mencionadas. Ao longo da pesquisa de campo pode-se confirmar, de fato, que todas funcionam a partir do modelo de autogestão.

Por fim, a organização dos capítulos do presente trabalho: 1) *A Economia Solidária* – de maneira geral, este capítulo trata de definir a noção de Economia Solidária, especialmente, na acepção de Paul Singer, tendo em vista que a construção do problema de pesquisa se estruturou a partir de um diálogo crítico com este autor. Assim, na primeira parte deste capítulo, será exposto o modo como Singer “narra” o surgimento da Economia Solidária na Inglaterra entre o século XVIII e início do XX. O objetivo, então, é evidenciar que, mesmo quando é adotada a narrativa histórica

deste autor, pode-se ver que o sentido, significado das iniciativas de Economia Solidária não é algo uniforme como prevê Singer, mas, sim, variável de acordo com cada contexto histórico e social. A seguir, com o mesmo objetivo de destacar as variações ao longo da história do sentido das iniciativas econômicas solidárias, será falado brevemente sobre o histórico das mesmas no Brasil. E, por fim, nas duas últimas seções deste primeiro capítulo, serão analisadas algumas perspectivas e definições teóricas sobre Economia Solidária e de empreendimentos econômicos solidários, sendo que, novamente, centraremos na análise da visão de Paul Singer cujo aspecto distintivo, frente aos demais autores, é a centralidade que assume a autogestão e o cooperativismo para pensar a Economia Solidária como alternativa ao capitalismo;

2) *Os Pressupostos Teóricos para a Compreensão do Sentido do Trabalho Autogerido* – como o próprio título do capítulo deixa evidente, a intenção nesta parte é evidenciar os pressupostos e o marco teórico desta pesquisa. Na primeira parte, discorre-se sobre o modo como os resultados das pesquisas anteriores e os estudos sociológicos e de Psicologia Social sobre os valores do trabalho (*work values*, no original) conduziram à idéia de variabilidade ou diversidade para compreender a experiência de trabalho autogerido. Na segunda parte, será falado sobre o referencial teórico da presente pesquisa, sendo que, primeiramente, serão explicitadas as razões pelas quais se pensou serem a teoria do *habitus* de Bourdieu e a Sociologia da Experiência de Dubet inadequadas para o estudo do objeto construído desta pesquisa e, após, discorreremos sobre o marco teórico adotado nesta pesquisa a partir do Construtivismo Social de Berger e Luckmann e da Fenomenologia Social de Alfred Schutz;

3) *Os Sentidos do Trabalho Autogerido e as Biografias de Socialização* – este terceiro capítulo trata de expor os resultados da análise dos dados recolhidos através de 28 entrevistas estruturadas. Primeiro, serão definidos os quatro sentidos do trabalho autogerido identificados – político, coletivista, capitalista e de sobrevivência individual – utilizando sempre que necessários extratos de entrevista. Após, serão definidos os tipos de biografias de socialização que estão por trás da construção reflexiva de cada sentido do trabalho autogerido; e,

4) *Conclusões* – nesta parte, serão retomadas brevemente a problemática de pesquisa, pressupostos teóricos e os resultados alcançados a partir da análise dos dados coletados para que, em seguida, se reflita sobre a confirmação de nossas três hipóteses relativas à possível diversidade de sentidos do trabalho, ao modo como o conteúdo dessa diversidade de sentidos “diluiria” a oposição entre princípios capitalistas e solidários e que as diferenças de

sentido do trabalho autogerido poderiam ser entendidas através das diferenças na biografia de socialização.

CAPÍTULO 1 – A ECONOMIA SOLIDÁRIA

Neste capítulo, serão tratadas as noções de Economia Solidária, autogestão e cooperativa. Nesse sentido, o capítulo está dividido em três partes: *1.1 Considerações sobre a trajetória histórica da Economia Solidária* – tendo em vista que a pesquisa trava um diálogo crítico com a perspectiva de Paul Singer, nesta seção será analisada, primeiramente, a interpretação deste autor a respeito do surgimento da Economia Solidária na Europa e, depois, será feito um breve relato da trajetória histórica das iniciativas de Economia Solidária no Brasil. Será, então, destacado que, mesmo tomando a “narrativa” histórica de Singer, é possível identificar o modo como essas iniciativas, tanto na Europa como no Brasil, modificam-se ao longo da história, tanto no que se refere às suas formas de organização como no sentido que elas assumem para os atores; *1.2 Perspectivas contemporâneas sobre a Economia Solidária* – aqui serão expostas, rapidamente, algumas conceituações teóricas sobre Economia Solidária e, mais detidamente, a de Paul Singer chamando a atenção de que somente neste autor há um destaque especial com relação à autogestão e ao cooperativismo; *1.3 Empreendimentos solidários e cooperativas autogeridas* – nesta última seção serão mencionadas algumas definições de empreendimentos solidários, visando a reforçar a leitura de que somente em Paul Singer a noção de autogestão e organização cooperativa assumem uma centralidade teórica.

1.1 Considerações sobre a Trajetória Histórica da Economia Solidária

Se forem definidas as iniciativas de Economia Solidária como o conjunto de organizações econômicas que, de uma maneira ou de outra, estão estruturadas de forma cooperativa ou associativa, então, as raízes históricas da Economia Solidária podem ser situadas nos primórdios da vida social:

Os babilônios, por exemplo, já praticavam uma certa forma de arrendamento de terras para a exploração em comum; os gregos e os romanos conheciam sociedades de auxílio-mútuo para funerais, seguros etc; os primeiros cristãos esboçaram rudimentos das cooperativas de consumo ao escolher um grupo de pessoas encarregadas de provisão de gêneros alimentícios. A produção e o consumo em comum, típicos de mosteiros medievais são interpretados como cooperativas integrais por alguns estudiosos. Outros indicam as corporações de ofícios e as sociedades de auxílio-mútuo da Idade Média como esquemas elementares de cooperativas ou pré-cooperativas (PINHO, 2004, p.125-126).

O resultado, então, de definir essas iniciativas por apenas critérios gerais e objetivos (organização cooperativa ou associativa) é que se perdem de vista as especificidades que assumem essas iniciativas em cada contexto sócio-histórico. É nesse sentido que esta seção retomará, na primeira parte, a interpretação de Singer (1999) sobre a gênese histórica das iniciativas de Economia Solidária na Europa, mais especificamente, no contexto inglês da Primeira Revolução Industrial. O objetivo consiste em, de um lado, apontar para variações no sentido dessas iniciativas (especialmente, as cooperativas) no período histórico que o autor mencionado compreende como o início da Economia Solidária e, de outro, tratar rapidamente como o surgimento das iniciativas de Economia Solidária se insere no contexto do advento da sociedade moderna na Europa. E, na segunda parte, será feita uma breve narrativa do desenvolvimento da Economia Solidária no Brasil – também apontando para as suas variações históricas.

1.1.1 O advento da sociedade moderna e a interpretação de Singer sobre o surgimento da Economia Solidária na Europa

É somente na Europa, a partir do final do século XVIII e início do século XX, que se pode identificar, de um lado, o surgimento de organizações cooperativas e associativas com algumas características organizacionais que estão presentes até hoje e, de outro, a formulação de um pensamento político-ideológico que colocava tais organizações no centro de seus projetos de transformação ou reforma social. Nesse sentido, tanto as organizações concretas como as formulações político-ideológicas irão nascer em função das contradições trazidas pelo início do industrialismo e da urbanização e pela emergência do Estado e democracia moderna na Europa. Portanto, o nascimento da Economia Solidária está profundamente ligado aos processos que marcam o advento da sociedade moderna. Alguns autores contemporâneos, tendo em vista esse contexto histórico mais amplo, irão interpretar o surgimento das iniciativas concretas (cooperativas, associações, mutualidades, etc.) que compõem a chamada Economia Solidária, como formas de reação e resistência à exploração do trabalho e à degradação dos modos tradicionais de vida do mundo camponês e dos trabalhadores artesanais (SINGER, 1999, p. 65-114; DEMOUSTIER, 2006, p. 19-34) ou, também, como formas de ação política visando à ampliação da democracia no plano social e econômico (LAVILLE, 2004, p. 24-25; SINGER, 1999, p. 110-114). Já no que concerne às idéias políticas, as bases da Economia Solidária encontram-se, para

alguns, nos chamados socialistas utópicos: Louis Blanc (1812-1882), Philippe Buchez (1796-1851), François Fourier (1772-1837), Robert Owen (1771-1858), Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865), entre outros.

No caso inglês, esse contexto marcado pela industrialização, urbanização e pelo advento do Estado e democracia moderna provocou, segundo Singer (1999, p. 68) três formas distintas de reação dos trabalhadores ao avanço do modo de produção capitalista: 1) oposição ao industrialismo e à introdução das máquinas; 2) engajamento na luta pela democracia; 3) construção de formas de organização social (sindicatos) e da produção e distribuição (cooperativas) potencialmente anticapitalistas. Dentro da primeira forma de reação, Singer cita o movimento “luddista” que surgiu a partir do século XIX. O luddismo era uma reação de dimensão regional na Inglaterra e realizada por parte de alguns setores da classe trabalhadora, que perceberam no avanço da maquinofatura, não só uma ameaça a sua subsistência, mas também a destruição de leis e costumes profundamente arraigados entre eles. De acordo com E. P. Thompson, o luddismo restringiu-se a três áreas e três profissões: “o West Riding (e os aparadores de tecido), o sul de Lancashire (e os tecelões de algodão) e o distrito de malharia em bastidor centrado em Nottingham, incluindo partes de Leicestershire e Derbyshire” (1987, p. 89). Este movimento é derivado, em grande parte, da situação de ilegalidade a que as *combinations* (associações) foram submetidas com a aprovação da Lei de Associação (1799). Por causa desta lei, que restringia, entre outras coisas, a organização sindical, estes últimos passaram à ação direta para impor as exigências que não podiam ser obtidas de forma legal. Muitas dessas ações terminavam na agressão física contra patrões, “fura-greves” e capatazes, e, além disso, resultavam na destruição e em incêndio de máquinas e fábricas. Essa forma de protesto reforçou a tese de que o incremento da repressão e a permanência da Lei de Associação só aumentavam o caráter violento das ações dos trabalhadores e não diminuían o crescimento dos sindicatos. Foi sob este argumento que a Lei de Associação foi revogada em 1824. Portanto, o luddismo configurou-se como uma das primeiras formas de reação dos trabalhadores frente às mudanças do mundo do trabalho.

O fim do luddismo representou a descrença de uma parte dos trabalhadores ingleses em conter o avanço da maquinofatura e da industrialização. Foi, então, que “[...] os trabalhadores passaram a engajar-se na luta política por uma legislação fabril que coibisse os abusos e estabelecesse claros limites ao grau de exploração a que o

capital poderia submeter os trabalhadores” (SINGER, 1999, p. 74). Neste sentido, o socialista utópico Robert Owen exerceu uma significativa influência numa das primeiras tentativas de regulação das relações de trabalho, a saber, o *Factory Act* de 1819. Entretanto, os trabalhadores começaram a ver com ceticismo a possibilidade de o parlamento inglês aprovar uma lei que realmente coibisse a exploração do trabalho. Tal ceticismo e os exemplos das revoluções Francesa e Americana levaram a classe trabalhadora inglesa a se inserir na luta para a ampliação dos direitos políticos e, assim, conseguir representação suficiente no parlamento para aprovar leis que fossem ao encontro de seus interesses (SINGER, 1999, p. 76-78).

A luta política dos trabalhadores recrudescceu com a revogação da Lei de Associação em 1824, que permitiu a reorganização dos sindicatos. Além disso, neste mesmo período, a economia britânica é afetada por um aumento do custo de vida e por uma crise econômica que diminuiu o nível de emprego. Os sindicatos, então, mobilizaram os trabalhadores para pressionar o patronato através de uma onda de greves. O resultado foi que, em 1825, uma nova lei foi aprovada restringindo a atividade sindical e, especialmente, a realização de greves. Isso serviu de incentivo para que os trabalhadores se engajassem mais na luta política pela reforma do parlamento, que acabou acontecendo em 1832 (SINGER, 1999, p. 79-81). No entanto, mesmo após essa reforma, o voto continuava censitário e, por conseguinte, os trabalhadores continuavam sem poder efetivo de representação no parlamento. Foi neste contexto que surgiu, segundo Singer (1999, p. 81), um dos principais movimentos políticos de massa dos trabalhadores ingleses, o *cartismo*. Este teve início em 1836, em Londres, com a formação da LWMA (associação londrina de trabalhadores para beneficiar política, social e moralmente as classes úteis):

A LWMA fez uma petição ao parlamento em 1837, que incluiu todos os seis pontos que constituiriam depois a Carta: *sufrágio universal masculino, distritos eleitorais iguais, parlamentos anuais, remuneração dos parlamentares, voto secreto e nenhuma exigência de propriedade para pertencer ao parlamento* (SINGER, 1999, p. 82).

A estratégia do cartismo era apresentar a petição com o maior número de assinaturas possível ao parlamento, caso este não concordasse com as reivindicações contidas na carta, os trabalhadores fariam uma greve geral de um mês para pressionar a aprovação. O movimento da Carta do Povo durou até meados de 1842, quando uma petição com 3.317.702 assinaturas foi rejeitada pelo parlamento e o movimento cartista se viu sem força de organização para uma greve geral.

Segundo Singer (1999), a terceira estratégia anticapitalista dos trabalhadores é a ação direta no campo econômico, sendo os sindicatos e as cooperativas que representam este tipo de estratégia, porém, ainda segundo este autor, são as últimas que melhor representam o campo de atuação da Economia Solidária.

No século XVIII, os sindicatos (*trade unions*) eram organizações restritas aos trabalhadores qualificados e funcionavam como uma associação ou clube entre trabalhadores de um mesmo ofício e, também, como sociedades mutualistas que mantinham fundos de auxílio aos seus membros no caso de enfermidades, por exemplo. Vez por outra, as *trade unions* de um mesmo ofício e de regiões diferentes se uniam para a defesa de aumento de salários e, assim, funcionavam mais como sindicatos (SINGER, 1999, p. 86-87). O fortalecimento das *trade unions* levou a sua proibição em 1799 com a Lei de Associação (*Combination Act*). Como foi visto, essa lei foi revogada em 1824 e o sindicalismo pode, então, se reorganizar. Entretanto, o movimento sindical que surge nessa conjuntura é bastante diferente daquele encarnado pelas *trade unions*. A razão para essa diferença está no fato de que, entre 1799 e 1824, a industrialização tinha avançado para os diversos setores da produção e, conseqüentemente, expulsou grande parte dos trabalhadores qualificados para o artesanato e a manufatura. Assim, o perfil daqueles que compunham os sindicatos se torna bastante diferente dos que participavam das *trade unions*. Além disso, o movimento sindical passa a ser influenciado pelas idéias do socialista utópico Robert Owen²¹ e, como resultado dessa influência, passa a lutar pela legislação das relações de trabalho e, do ponto de vista estritamente ideológico, deixam de aspirar ao impedimento do avanço da indústria e das máquinas e passam a “[...] desenvolver um projeto de sociedade em que seus interesses pudessem ser realizados através do aproveitamento das forças produtivas desencadeadas pelas máquinas e pelos motores” (SINGER, 1999, p. 89).

No que diz respeito às cooperativas, o seu surgimento na Inglaterra, a partir da segunda metade do século XVIII, também está associado às *trade unions*. Como foi mencionado, as *trade unions* funcionavam como associações mutualistas, sendo assim, é provável que fossem criados fundos destinados à compra em comum (cooperativas de consumo) ou à produção de gêneros alimentícios para o auto-consumo (cooperativas de produção). Nesse sentido, até meados da década de 1820,

²¹ Especificamente sobre a trajetória e o pensamento de Robert Owen, ver Pinho (2004, p. 253-254) e Singer (2002a, p. 24-35).

as cooperativas eram iniciativas de trabalhadores mais qualificados cujo sentido era apenas obter certas vantagens econômicas. Foi somente à medida que as idéias de Owen iam sendo cada vez mais aceitas pelos trabalhadores, que as cooperativas passam a ser vistas como “embriões” de uma nova sociedade, isto é, como horizonte utópico.

A partir de 1820, as cooperativas ligadas aos sindicatos se proliferam pela Inglaterra. Essas cooperativas surgiram, em geral, quando empresas demitiam trabalhadores em razão de estarem sindicalizados que, por sua vez, organizavam cooperativas com vistas a tomar o mercado dos patrões. “Mas, para conseguir isso, precisavam sustentar os demitidos e impedir que os empregadores pudessem colocar em seu lugar outros trabalhadores não sindicalizados” (SINGER, 1999, p. 97). Quando o patronato começou a se organizar em meados de 1830, esse tipo de cooperativa ligada ao sindicato começa a ruir, pois, para as cooperativas competirem nos mercados com as empresas, era preciso que os trabalhadores sindicalizados de um ofício tivessem capital suficiente para manter a maioria ocupada. “Quando ofícios inteiros eram vítimas de locaute, a escala do confronto era definida pelos capitalistas, que venciam os trabalhadores pela fome” (SINGER, 1999, p. 98). Assim, o patronato organizado conseguiu enfraquecer essas cooperativas tirando as condições de viabilidade econômica delas.

Após esse revés no movimento sindical e cooperativista inglês, as ações dos sindicatos e das cooperativas se separam na segunda metade do século XIX. De um lado, os sindicatos passam atuar mais diretamente na regulação das relações de trabalho assalariado e, de outro, a organização de cooperativas não visa mais a criar uma dinâmica interna e separada totalmente da economia capitalista, ou seja, as cooperativas deixam de ser pensadas e organizadas como comunidades fechadas – tal como eram idealizadas pelos socialistas utópicos – e tornam-se organizações econômicas com uma identidade própria que atuam, para usar uma terminologia de Singer, nos interstícios do modo de produção capitalista. Neste novo cenário do cooperativismo, uma experiência se torna exemplar: a cooperativa de consumo dos Pioneiros de Rochdale. Fundada em 1844 na cidade que leva o nome, localizada perto de Manchester, teve como origem, provavelmente, uma longa greve que resultou em fracasso para os trabalhadores. A Sociedade dos Pioneiros teve 28 fundadores na maioria tecelões e ex-líderes owenistas ou cartistas. O que há de exemplar nesta cooperativa é o conjunto de oito princípios que estruturam a sua organização e que,

depois, irão servir de referência para o movimento cooperativista até hoje. Esses princípios são basicamente os seguintes: 1) nos processos de decisão cada membro teria direito a um voto, independentemente de quanto investiu na cooperativa; 2) o princípio das “portas abertas”, isto é, número de membros da cooperativa era livre, sendo em princípio aceito quem desejasse aderir; 3) sobre o capital emprestado à cooperativa, ela pagaria uma taxa de juros fixa; 4) as sobras seriam divididas entre os membros em proporção às compras de cada um na cooperativa; 5) as vendas feitas pela cooperativa seriam sempre feitas à vista; 6) os produtos vendidos pela cooperativa seriam sempre puros (não adulterados); 7) compromisso com a educação cooperativa; e, 8) a cooperativa manter-se-ia sempre neutra em questões religiosas e políticas²². Para Paul Singer, esses princípios são importantes na medida em que eles preservam “[...] a autenticidade socialista da cooperativa (autogoverno democrático, abertura a novos sócios, educação cooperativa e neutralidade política e religiosa) e sua viabilidade enquanto empreendimento econômico [...]” (1999, p.102). Por fim, o grande sucesso econômico da experiência de Rochdale, bem como a divulgação e adaptação destes oito princípios foram responsáveis pela disseminação de cooperativas a partir desse modelo, pela Europa, durante a segunda metade do século XIX até meados do começo do século XX:

[...] na França em 1907 havia 2.166 cooperativas com mais de 600 mil membros, na Bélgica em 1905 havia 168 cooperativas com uma federação nacional, na Itália em 1904 havia 1.448 cooperativas registradas e mais um terço dessa quantidade, sem registro, várias federações provinciais com suas próprias cooperativas atacadistas e a Lega Nazionale, que representava todo tipo de cooperativa. Na Alemanha, uma União Central tinha 787 cooperativas associadas, além de 260 ligadas a cooperativas de crédito (BIRCHALL apud SINGER, 2002a, p. 53).

Deste modo, o cooperativismo se expandiu na Europa e ocupou os mais diversos setores da economia – consumo, produção, crédito, agricultura, entre outros. Essa expansão durou até a década de 1920, quando os efeitos do que viria ser a Grande Depressão (1929) já começavam a se manifestar nas economias européias.

Portanto, Singer situa as raízes da Economia Solidária no movimento cooperativista inglês²³. Esse movimento aparece para o autor como uma das formas

²² A Aliança Cooperativa Internacional, tomando como base os princípios dos Pioneiros, redige, em 1995, a Carta que estabelece os princípios universais do cooperativismo, são eles: “1) adesão voluntária e aberta; 2) controle democrático por parte dos membros; 3) participação econômica dos associados; 4) autonomia e independência; 5) educação, capacitação e informação; 6) cooperação entre as cooperativas; 7) interesse pela comunidade” (DAL RI e VIEITEZ, 2001, p. 88).

²³ É preciso destacar que foi escolhido apresentar a interpretação de Singer que identifica o surgimento da Economia Solidária ao contexto da Primeira Revolução Industrial na Inglaterra, pois, como foi

que assumiram as estratégias de resistência e oposição dos trabalhadores aos efeitos negativos da industrialização e à própria sociedade capitalista e, portanto, como possibilidade prática de construção do socialismo. Nesta perspectiva, o sentido do movimento cooperativista está dado: é uma forma não-capitalista de organização da produção e da circulação surgida no seio da classe trabalhadora. Todavia, mesmo tomando a narrativa histórica de Paul Singer, pode-se perceber que o movimento cooperativista assume diversas direções: num primeiro momento como resultado do espírito corporativo e associativo de certas categorias de trabalhadores qualificados e, depois, sob influência dos socialistas utópicos, as cooperativas são vistas como “germes” de uma nova sociedade ou como instrumentos capazes de corrigir os aspectos perversos (concentração de renda, desemprego, alienação, pobreza, etc.) trazidos pela industrialização; também serviram como estratégia dos sindicatos para reforçar o poder de barganha dos trabalhadores frente aos capitalistas; e, por fim, tornam-se organizações econômicas inseridas no capitalismo, porém com uma identidade diferente da empresa de propriedade privada. Pode-se, então, entender que essas formas de cooperativismo encarnavam sentidos e projetos diferentes assumidos pelos indivíduos em função de cada contexto histórico. Em outros termos, cada momento sócio-histórico coloca à disposição dos indivíduos um contexto de relações e problemas sociais e, também, um conjunto de valores e princípios, que, por sua vez, conformaram as condições pelas quais os sujeitos constroem o sentido de suas práticas. Enfim, o sentido dessas práticas deve ser analisado dentro das configurações sociais do seu próprio tempo.

Feita essa observação, cabe mencionar rapidamente que, após esse período, que vai do final do século XIX e início do século XX, de expansão e consolidação do movimento cooperativista e de outras organizações da chamada Economia Solidária (associações e mutualidades) na Europa; essas iniciativas, na sua maioria, desapareceram ou são incorporadas pelo mercado ou pelo Estado, perdendo, assim, as suas características organizacionais anteriores. A incorporação pelo mercado significou que as cooperativas cada vez mais se aproximaram do modelo de organização de uma empresa privada, por exemplo, admissão do assalariamento permanente, poder desigual nas decisões com respeito à gestão, etc.; e a incorporação

mencionado na Introdução, é este autor que nosso trabalho trava um diálogo crítico. Isso não quer dizer que as iniciativas de Economia Solidária não tenham aparecido em outros países europeus na mesma época. Para outra perspectiva sobre o surgimento e desenvolvimento histórico da Economia Solidária na Europa, ver França Filho e Laville (2004, p. 31-93). E sobre a história da Economia Solidária na França, ver Wautier (2004, p. 75-80); Demoustier (2006, p. 19-64).

pelo Estado significa que as iniciativas de Economia Solidária passam a ser financiadas pelo poder público e, conseqüentemente, perdem sua autonomia de gestão e burocratizam-se. Esse processo se acentuou no período do pós II Guerra Mundial, devido à consolidação do Estado de Bem-Estar Social e o modelo fordista-taylorista de trabalho na Europa – o primeiro colocando nas mãos do Estado certas iniciativas solidárias e associativas e o segundo disseminando o assalariamento fazendo com que os movimentos dos trabalhadores se concentrassem no avanço dos direitos ligados ao trabalho assalariado. Mais uma vez, então, encontra-se uma configuração sócio-histórica específica na qual a própria organização das cooperativas e associações e seus sentidos mudam. Portanto, considerar essas iniciativas como formas “degeneradas” de cooperativismo ou associativismo impede o trabalho de análise sobre a construção social dessas experiências no contexto de *Era de Ouro do Capitalismo*, ou seja, considerar que o sentido de organizações cooperativas e associativas esteja dado em um conjunto de princípios objetivado no modelo de autogestão, impede que se analise como essas iniciativas e as práticas que as conformam em cada contexto social e histórico são dotadas de sentido e construídas diferentemente pelos indivíduos nelas inseridos.

Por fim, a partir da década de 1970, período que marca o início de uma nova etapa de crises e transformações na estrutura das sociedades capitalistas avançadas, ocorre uma mudança no campo das práticas econômicas cooperativas e associativas, que para certos autores (SINGER, 2002a; FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004) representa o ressurgimento da Economia Solidária. Segundo esses autores, de um lado, essa nova fase trouxe inúmeros prejuízos à classe trabalhadora e aos setores pobres da população através do aumento dos processos de exclusão do mercado formal de trabalho e do desmanche dos mecanismos de proteção social, sendo as iniciativas de Economia Solidária, então, uma forma de reagir contra este processo. Por outro lado, “a queda do muro de Berlim, símbolo do fim de uma utopia, levou à produção de novas utopias compostas por comunitarismo, ecologismo, solidariedade e voluntarismo” (LECHAT, 2002, p. 3). A partir deste contexto, portanto, surgiu um conjunto de experiências e um novo pensamento sobre a Economia Solidária na Europa, diferente daquele dos séculos XVIII e XIX. É justamente neste contexto contemporâneo, marcado por profundas transformações no mundo do trabalho a partir da derrocada do modelo fordista-taylorista de produção, que esta pesquisa se interroga acerca do sentido do trabalho (autogerido) para os participantes de cooperativas de

Economia Solidária. Ao contrário de Singer, não se pensa que esse sentido esteja objetivamente dado num conjunto de princípios anticapitalistas próprios às organizações cooperativas e associativas e, sim, que esse sentido é construído pelos atores influenciados pelas condições particulares de cada contexto histórico e social, isto é, não se entende que os trabalhadores de iniciativas cooperativas e associativas atribuam um sentido ao seu trabalho e orientem suas ações através de um mesmo conjunto de princípios que os trabalhadores dos séculos XVIII e XIX.

1.1.2 A história das iniciativas de Economia Solidária no Brasil

No Brasil, a história das iniciativas de Economia Solidária possui um desenvolvimento específico. Nesse sentido, cabe ressaltar que as iniciativas de cunho cooperativo e associativo estão presentes desde os primórdios da colonização do país e que, entre os séculos XVI e XIX, podem-se observar experiências esparsas e efêmeras que surgiram a partir de ideais religiosos-messiânicos ou pelo anseio de liberdade através da associação coletiva. Nesse período, podem-se destacar as seguintes experiências: 1) a República de Palmares, entre 1600 a 1695, onde escravos fugidos praticavam a solidariedade, a democracia e a propriedade coletiva da terra; 2) as primeiras reduções jesuíticas no Brasil, durante o ano de 1610, que, de certo modo, se organizaram segundo um modelo de cooperativismo comunitário integral; 3) experiências de inspiração fourieristas em Santa Catarina e no Paraná, entre 1840 e 1895; 4) a experiência dos Muckers no Rio Grande do Sul, em 1872, que apresentavam semelhanças com as cooperativas comunitárias integrais (PINHO, 2004, p. 15-17).

Todavia, é somente no início do século XX que se podem identificar as primeiras experiências cooperativas e associativas de caráter moderno e semelhante àquelas encontradas na Europa no mesmo período e no final do século XIX. Contudo, antes de serem produtos da iniciativa de uma emergente classe trabalhadora, as cooperativas e experiências associativistas brasileiras foram o resultado de modelos trazidos por imigrantes europeus inspirados em ideais político-ideológicos como o anarquismo e, também, resultantes de circunstâncias políticas específicas como a abolição da escravatura e a legislação republicana, apoiada na constituição de 1891, que garantia o direito de livre associação²⁴. A partir da década de 1930 até meados da

²⁴ Singer (2002a, p. 122) menciona que essas cooperativas e associações do início do século XX no Brasil não podem ser consideradas como parte da Economia Solidária, pois elas não se organizavam dentro de um modelo autogestionário.

de 1980, as iniciativas ligadas àquilo que se poderia chamar de primórdios da Economia Solidária no Brasil, tal como no caso Europeu, desaparecem ou são incorporadas pelo Estado ou mercado. Contudo, se na Europa esse processo foi resultado da ampliação do assalariamento formal e da consolidação do Estado de Bem-Estar Social, no Brasil foi, principalmente, o resultado da ação tutelar e autoritária do Estado, primeiro, com os governos de Getúlio Vargas (1934 a 1945 e 1951 a 1954) e, depois, durante o regime militar (entre 1964 e 1988). Neste período, as cooperativas e associações passam a serem controladas como decorrência da lógica autoritária e paternalista destes regimes e, conseqüentemente, perdem sua autonomia e passam a se organizar através de uma lógica mais próxima da empresa capitalista. Foi somente a partir da década de 1980 e, especialmente, na década de 1990, que se observa um ressurgimento das iniciativas de Economia Solidária no Brasil (SINGER, 2002a, p. 122-124). Em primeiro lugar, esse ressurgimento ocorreu por causa do processo de redemocratização do país, que propiciou condições institucionais de visibilidade e gênese de movimentos e organizações sociais ou religiosas que, por sua vez, incentivaram, entre outras coisas, a organização econômico-associativa de setores pobres da população – esse é o caso, por exemplo, dos Projetos Alternativos Comunitários (PACs) promovidos pela Cáritas, entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Em segundo lugar, a crise econômica que abateu o país, durante esse período, e a reestruturação produtiva na década de 1990 provocaram um aumento do desemprego e o fechamento de empresas. Esses dois processos propiciaram o surgimento de cooperativas de trabalho, especialmente aquelas que são o resultado da ação dos trabalhadores que assumem a massa falida da empresa privada sob a forma de cooperativa autogerida. Portanto, esse ambiente político, social e econômico propiciou o surgimento de toda uma nova gama de iniciativas de geração alternativa de renda e trabalho. Contudo, é somente a partir de 1995 que intelectuais e pesquisadores brasileiros irão começar a se referir ao termo “Economia Solidária”, autores tais como Paul Singer, Marcos Arruda, Euclides André Mance, entre outros (LECHAT, 2002, p. 6-10).

Por fim, percebe-se, mesmo nesta rápida exposição, que também no caso brasileiro, as formas de trabalho associativo e cooperativo variam historicamente no que diz respeito ao seu sentido e modelo de organização. Atualmente, essas iniciativas se inserem num contexto de relativa estabilidade das instituições democráticas, de abertura econômica para o mercado internacional, de ampliação das taxas de

desemprego e das formas de trabalho atípicas, e num novo contexto ideológico no qual as forças políticas não são redutíveis ao binômio “opositores ou apoiadores do regime militar”. Nesse sentido, em vez de partir do pressuposto que o sentido do trabalho autogerido está dado em um conjunto de princípios objetivados nas condições e práticas que conformam as “verdadeiras” cooperativas e associações, busca-se compreender o sentido que essas práticas assumem para os trabalhadores dentro do contexto social, econômico e político atual.

1.2 Perspectivas Contemporâneas sobre a Economia Solidária

Como foi mencionado anteriormente, a partir da década de 1970, a crise do modelo fordista-taylorista de produção e o desmanche dos mecanismos de proteção social (previdência e serviços públicos), promovido pelo avanço das políticas de caráter neoliberal, produziram prejuízos às condições de vida da classe trabalhadora e dos setores mais pobres da população. Tais prejuízos fizeram com que esses últimos organizassem uma série de iniciativas econômicas para geração alternativa de trabalho e renda, tais como: cooperativas, empresas autogeridas de caráter familiar ou comunitário, associações, sistemas não-monetários de trocas locais, bancos populares, serviços de proximidade, entre outras. Esse cenário, que se forma a partir dos anos 70, também teve repercussões no âmbito intelectual e ideológico: a crise do modelo fordista-taylorista de produção e do Estado de Bem-Estar Social provocaram relativo descrédito em relação ao keynesianismo e à social-democracia; o desmantelamento da União Soviética recrudescer o movimento de crítica ao marxismo e o ceticismo em relação aos processos revolucionários de tomada do Estado e à planificação econômica; e a ascensão do projeto neoliberal no plano político, apoiando-se nas perspectivas ortodoxas da economia, fez com que alguns intelectuais buscassem outro quadro de alternativas para os novos desafios no mundo do trabalho, na política e na economia. Foi essa conjuntura e o seu impacto, mencionado no âmbito ideológico, que fizeram com que alguns pesquisadores e pensadores direcionassem a sua atenção para aquelas iniciativas de geração alternativa de trabalho e renda e, a partir dessas últimas, propusessem alternativas aos novos desafios do mundo do trabalho e até mesmo à organização social capitalista. Em outros termos,

Com o fracasso das economias centralizadas e a ascensão do neoliberalismo, acadêmicos, ativistas e governos progressistas de todo o mundo têm recorrido de forma crescente à tradição de pensamento e organização econômica cooperativa que surgiu no século XIX com o objetivo de renovar a tarefa de pensar e de criar alternativas econômicas. Esta alteração é evidente na bibliografia

sobre este tema, tanto nos países centrais – onde têm proliferado as análises teóricas sobre a democracia associativa e o cooperativismo e os estudos de caso sobre experiências de trabalhadores bem sucedidas ou fracassadas – quanto na semiperiferia e na periferia, onde tem tido lugar dentro das discussões sobre propostas de desenvolvimento alternativo, que [...] vêm nas cooperativas e em outras estruturas associativas formas idôneas de canalizar as iniciativas populares (SANTOS e RODRIGUES, 2002, p. 35).

É neste contexto que a formulação da *noção* de Economia Solidária²⁵ se insere, ou seja, essa noção representa o esforço de alguns autores não só em compreender o sentido e a lógica das iniciativas de geração alternativa de trabalho e renda, como também identificar nelas o potencial para a resolução dos problemas gerados pela crise do fordismo e do Estado de Bem-Estar e até mesmo vislumbrar as bases para a superação da sociedade capitalista enquanto tal. Todavia, a noção de Economia Solidária não é consensual entre aqueles que pesquisam essas diversas iniciativas econômicas. Deste modo, outras noções competem com a de Economia Solidária, tais como: economia popular (ICAZA e TIRIBA, 2003; TIRIBA, 2001, 95-163; KRAYCHETE, 2000), economia do trabalho (CORAGGIO, 2000; 2003), terceiro setor ou setor não-lucrativo (SALAMON e ANHEIER, 1997; 1998; SALAMON e DEWEES, 2001), economia social (CARPI, 1997; FAVREAU, 2005), entre outras. Mesmo entre aqueles que usam a noção de Economia Solidária, encontram-se discussões sobre sua definição e que tipo de alternativa ela representa. Por exemplo, Razeto (1997) entende a Economia Solidária como um processo constante e difuso de inserção de práticas econômicas de caráter solidário no seio da estrutura econômica atual, isto é, a solidariedade como força transformadora da economia a partir do seu interior, resultando em uma nova racionalidade econômica. Com isso, Razeto está querendo distinguir-se da visão filantrópica que entende a solidariedade como um mecanismo separado da economia, que serviria para atenuar os efeitos negativos desta última, por exemplo, a pobreza. “*Lo que sostenemos es [...] que la solidaridad se introduzca en la economía misma, y que opere y actúe en las diversas fases del ciclo económico, o sea, en la producción, circulación, consumo y acumulación*” (RAZETO, 1997, p. 14). Nesse sentido, Razeto defende a importância de identificar os diversos meios através dos quais é possível na e a partir da formação econômica capitalista atual, inserir a solidariedade nas práticas econômicas. Assim,

²⁵ É preciso destacar que entre ideólogos e defensores (PROUDHON, OWEN, FOURIER, entre outros) das iniciativas econômicas cooperativas e associativas, na Europa dos séculos XVIII e XIX, não se identificou o uso do termo “Economia Solidária”.

ele quer evitar uma completa oposição entre economia de mercado e Economia Solidária:

*La idea y proyecto de una economía de solidaridad no los pensamos como **negación** de la economía de mercado o como alternativa frente a la economía de empresas. Hacerlo sería completamente antihistórico e incluso ajena al hombre tal como es y como puede ser (RAZETO, 1997, p. 17).*

Assim, para Razeto, a Economia Solidária seria um projeto por construir, mas sem um modelo pré-definido, ou seja, não existe uma fórmula de incorporação da solidariedade no fazer econômico e, sim, diferentes formas que interagem entre si, podendo até mesmo convergir acentuando este processo de incorporação da solidariedade. Estas formas são elaboradas e realizadas pelos próprios atores sociais, por isso a importância, segundo o autor, em demonstrar as vantagens da solidariedade na economia e, assim, fazer com que mais e mais atores estejam engajados e comprometidos neste processo de inserção da solidariedade na economia.

De maneira diferente, mas também não propondo uma completa oposição entre economia de mercado e Economia Solidária, pode-se situar a perspectiva de Jean-Louis Laville. Para este autor, a importância da Economia Solidária é que ela nos obriga a pensar o econômico para além dos princípios do mercado:

No lugar, portanto, de resumirmos a economia ao mercado, paremos preferível [...] admitirmos que, em relação ao conjunto das práticas que conformam a dinâmica econômica mais ampla, existem diferentes princípios de interação [...]. É exatamente esse olhar ampliado da dinâmica econômica mais geral que nos permitirá entender [...] o processo singular de uma economia solidária, que tende a reunir diferentes lógicas (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004, p. 17).

Laville, então, baseia-se em Karl Polanyi para distinguir três princípios de organização da atividade econômica: 1) o do mercado, baseado na livre concorrência entre indivíduos auto-interessados; 2) o da redistribuição, segundo o qual a esfera da produção deve se remeter a uma autoridade central que se encarrega da distribuição dos bens; 3) o da reciprocidade, no qual as relações estabelecidas entre grupos ou pessoas são levadas a cabo visando à manutenção do laço social (LAVILLE, 2004, p. 21-22). Segundo ainda este autor, a partir destes três princípios, a economia pode ser decomposta em três pólos: 1) economia mercantil – a distribuição e produção são realizadas prioritariamente (não exclusivamente) no mercado; 2) economia não-mercantil – a distribuição de bens e serviços se confia prioritariamente pela redistribuição organizada pelo Estado; 3) economia não-monetária – corresponde à forma na qual a produção e distribuição são realizadas prioritariamente através da

reciprocidade que, em alguns casos, pode assumir uma forma monetarizada (LAVILLE, 2004, p. 22). A proposta, então, da economia solidária não é opor uma formação econômica baseada nas solidariedades recíprocitárias e redistributivas, de um lado, e uma formação constituída a partir do jogo da livre concorrência do princípio de mercado, de outro. A economia solidária seria, então,

[...] uma tentativa de articulação inédita entre economia mercantil, não-mercantil e não-monetária numa conjuntura que se presta a tal, haja vista o papel conferido aos serviços pela terceirização das atividades econômicas. O desafio é de acumular as vantagens da economia monetária, fonte de liberdade individual pelo mercado e fator de igualdade pela redistribuição, com aquelas da economia não-monetária que contextualiza as trocas, retirando-as do anonimato (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004, p. 107).

Portanto, a Economia Solidária, na perspectiva de Laville, seria muito mais “[...] um híbrido formado por atividades recíprocas desenvolvidas por voluntários, atividades de mercado por profissionais e atividades financiadas por subsídios estatais” (SINGER, 2004, p. 7), do que uma forma de superação e ruptura com a economia capitalista.

Em contraposição, dois autores brasileiros entendem a Economia Solidária como uma forma antagônica de organização da economia em relação à capitalista, a saber, Euclides André Mance e Paul Singer. No caso do primeiro, o potencial das iniciativas de Economia Solidária em se constituírem em alternativa ao capitalismo está ligado à noção de *colaboração solidária*. Esta consiste numa:

[...] estratégia para organização de uma sociedade pós-capitalista, baseada na implantação de redes²⁶ que conectam unidades de produção e de consumo, em um movimento recíproco de realimentação, permitindo a geração de emprego e renda, o fortalecimento da economia e do poder locais, bem como uma transformação cultural das sociedades em que se implanta, com a afirmação de uma ética e de uma visão de mundo antagônicas não apenas ao neoliberalismo, mas ao próprio capitalismo (MANCE, 1999, p. 203).

Esse processo de mudança defendido por Mance é denominado por ele de *Revolução das Redes*. Esta seria um movimento no sentido de superação da organização econômica e social capitalista cuja força motriz é uma nova maneira ideologicamente orientada de *consumir* que, por sua vez, organizaria uma nova forma de produção econômica. Este aspecto fica claro no seguinte trecho, onde Mance

²⁶ Para Mance, o conceito de *rede* é o seguinte: “Trata-se de uma articulação entre diversas unidades que, através de certas ligações, trocam elementos entre si, fortalecendo-se reciprocamente, e que podem se multiplicar em novas unidades, as quais, por sua vez, fortalecem todo o conjunto na medida em que são fortalecidas por ele, permitindo-lhe expandir-se em novas unidades ou manter em equilíbrio sustentável. Cada nóculo da rede representa uma unidade e cada fio um canal por onde essas unidades se articulam através de diversos fluxos”. (MANCE, 1999, p. 24).

comenta a condição necessária para iniciar um processo de mudança rumo a uma sociedade pós-capitalista:

[...] que todos os que aderirem ao projeto de uma nova ordem mundial centrada na promoção das liberdades pública e privada pratiquem o consumo solidário, isto é, que em todas as suas atividades de consumo dêem preferência a produtos que tenham sido produzidos pelas redes de colaboração solidária [...] (MANCE, 1999, p. 203).

Enfim, para Mance é necessário que as pessoas comecem a dar preferência, na hora de consumir, aos produtos e serviços oferecidos pelos empreendimentos populares e solidários. Assim, através das relações entre consumidores e produtores surgiriam redes que visariam à satisfação das necessidades e à geração de trabalho e renda para os seus participantes. É a partir deste “ciclo virtuoso” de consumo e produção que surge, junto à sociedade capitalista, uma nova forma de organização social e econômica, que, à medida que aumentam suas dimensões, substitui o capitalismo. Todo este movimento tem como ponto de partida o consumo solidário que “ocorre quando a seleção do que consumimos é feita não apenas considerando o nosso bem-viver pessoal, mas também o bem-viver coletivo, uma vez que é no consumo que a produção se completa e este tem impacto sobre [...] a sociedade em geral” (MANCE, 1999, p. 13).

Para Paul Singer, o potencial transformador da Economia Solidária consiste numa outra dinâmica. Este autor define as iniciativas de Economia Solidária dentro de um conjunto de formas pelas quais os trabalhadores, historicamente, procuraram lutar contra a alienação e a exploração engendradas no modo de produção capitalista. Neste sentido, através dessas lutas os trabalhadores criariam o que Singer (1999) chama de *implantes socialistas*, isto é, práticas e instituições cujos princípios de organização são, segundo o autor, anticapitalistas. Singer reconhece como implantes socialistas os sindicatos, a seguridade social, os direitos sociais e políticos democráticos, e o cooperativismo. Entretanto, o autor admite que esses implantes podem ser levados a compactuar com o capitalismo, por exemplo, cooperativas de trabalho que são usadas, em alguns casos, por capitalistas como forma de contratação de força-de-trabalho sem os custos dos encargos trabalhistas. Neste sentido, na perspectiva de Singer o cooperativismo só é um “implante socialista” quando organizado a partir do modelo de autogestão (2000b; 2002a).

Nesta direção, o cooperativismo autogestionário representa a forma mais radical de organização da atividade econômica através de princípios anticapitalistas.

Em outros termos, as experiências cooperativas mostram “[...] que os trabalhadores têm capacidade de organizar atividades econômicas segundo princípios próprios, socialistas [...]” (SINGER, 1999, p. 113). Nota-se, portanto, que a cooperativa autogestionária assume uma centralidade na construção de uma alternativa ao capitalismo, a Economia Solidária. E essa centralidade se deve ao fato de que a cooperativa autogerida...

[...] realiza em alto grau todas as condições para a desalienação do trabalho e, portanto, para a realização do socialismo [...]. Ela é gerida pelos trabalhadores, as relações de trabalho são democráticas, ela traduz na prática o lema: “de cada um segundo suas possibilidades, a cada um segundo suas necessidades” (SINGER, 1999, p. 128).

Portanto, devido às suas características (propriedade coletiva, gestão democrática e sistemas mais ou menos igualitários de distribuição dos ganhos e perdas econômicas), as cooperativas autogeridas representam a unidade básica pela qual se pode constituir um modo de produção alternativo ao capitalista – o modo de produção solidário. Em suma, na perspectiva de Singer, a Economia Solidária é entendida como:

[...] outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O *resultado natural* é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda (SINGER, 2002a, p. 10, grifo nosso).

O objetivo aqui não é entrar no debate de qual dessas perspectivas teóricas melhor define e teoriza sobre as iniciativas e organizações as quais o termo Economia Solidária se refere; e, sim, destacar que é somente na perspectiva de Paul Singer que o modelo de cooperativismo autogestionário adquire uma centralidade, primeiro, como forma de organização econômica *par excellence* daquilo que, na visão do autor, poderia ser entendido por Economia Solidária e, segundo, porque é através de experiências autogestionárias que, para o autor, homens e mulheres encontram as condições necessárias para orientar o sentido de sua ação a partir da solidariedade, participação, igualdade e cooperação²⁷. E é sobre este segundo ponto, mais

²⁷ Como foi mencionado na introdução, Singer não pensa que somente as condições engendradas pelo modelo autogestionário, por si só, fariam com que os atores orientassem o sentido de suas ações em torno de princípios como solidariedade, igualdade, participação e cooperação. O autor menciona, nesse sentido, que é preciso muitas vezes educar os trabalhadores para a prática do trabalho autogerido. Contudo, com ou sem educação, o fato é que o sentido do trabalho autogerido está dado e é um só para

especificamente, que esta pesquisa elabora a sua problematização, ou seja, o sentido do trabalho autogerido não se encontra dado nas condições objetivas que o modelo de cooperativismo autogestionário engendra e, sim, entende-se que ele é uma construção social realizada pelos atores a partir de lógicas e princípios diversos e não somente aqueles identificados à idéia de Economia Solidária.

1.3 Empreendimentos Solidários e Cooperativas Autogeridas

Retomando, a Economia Solidária é formada por diversos empreendimentos, desde os diversos tipos de cooperativas, passando por associações de serviços, até os sistemas de trocas locais. Diante dessa diversidade, as diferentes perspectivas sobre Economia Solidária irão definir, cada qual a sua maneira, o que são os *empreendimentos solidários*. Para Laville e França Filho, por exemplo, a característica comum das inúmeras formas que assumem os empreendimentos de Economia Solidária “[...] é o fato de elas incorporarem a solidariedade no centro da elaboração das atividades econômicas, e, ainda, considerarem tais atividades apenas como um meio para a realização de outros objetivos, sejam estes de natureza social, política ou cultural” (2004, p. 16). Esta definição procura destacar uma dimensão *pública e política* dos empreendimentos solidários, isto é, ao mesmo tempo em que esses últimos respondem às necessidades de certos grupos sociais, eles também são uma forma de ação política para interferir em problemas sociais mais amplos, tais como educação, emprego, meio ambiente, etc. Já para Gaiger, o elemento distintivo da lógica presente nos empreendimentos solidários não é tanto a solidariedade em si como enfatiza Laville e, sim, é o fato de expressarem...

[...] uma síntese original entre o *espírito empresarial* – no sentido da busca de resultados por meio de uma ação planejada e pela otimização dos fatores produtivos, humanos e materiais – e o *espírito solidário*, de tal maneira que a própria cooperação funciona como vetor de racionalização econômica, produzindo efeitos tangíveis e vantagens reais comparativamente à ação individual (GAIGER, 1996, p. 114).

Assim, os empreendimentos de Economia Solidária, na perspectiva de Gaiger, uniriam, na prática, solidariedade e eficiência econômica. Se por um lado, a maior parte dos autores, de uma forma ou de outra, colocam a noção de solidariedade no centro da definição dos empreendimentos de Economia Solidária, por outro, somente Paul Singer (2002a, p. 16-23; 2002b, p. 86) dá destaque para o modelo de autogestão

Paul Singer, cabendo aos trabalhadores incorporarem esse sentido seja somente pela participação enquanto tal nos empreendimentos autogeridos, seja através de uma educação específica para tal.

como a forma concreta de realização dos princípios de solidariedade, igualdade, participação e cooperação nas atividades econômicas: “Pegando a palavra ‘autogestionária’ como síntese, é exatamente isso: igualdade e democracia; igualdade econômica relativa e democracia de decisão absoluta” (SINGER, 2000b, p. 149). É a autogestão, portanto, que distingue os empreendimentos solidários dos demais. Nesse sentido, ela se torna, na perspectiva teórica de Singer, o eixo de compreensão da Economia Solidária, não só porque ela vai definir e discriminar as empresas solidárias das demais empresas e cooperativas capitalistas²⁸, como também a autogestão é a forma pela qual se pode pôr em prática os princípios que norteiam a Economia Solidária.

Basicamente, as características da organização autogestionária são as seguintes: posse coletiva dos meios pelos quais os indivíduos exercem a atividade econômica (produção, poupança, serviços, etc.); gestão democrática e igualitária do empreendimento através do princípio “um membro igual a um voto”, sendo assim o órgão máximo de decisões é a assembléia geral; divisão dos ganhos e perdas financeiras da empresa de forma igualitária ou por critérios acordados pelo coletivo; e recusa ao assalariamento permanente²⁹. É devido a essas características que o modelo autogestionário, segundo Singer, torna-se uma experiência cujo sentido é orientado por princípios diferentes e opostos ao modelo da empresa capitalista:

Tanto a autogestão como a heterogestão apresentam dificuldades e vantagens, mas seria vão tentar compará-las para descobrir qual delas é a melhor. São duas modalidades diferentes de gestão econômica que servem a fins diferentes. A heterogestão parece ser eficiente em tornar empresas capitalistas competitivas e lucrativas, que é o que seus donos almejam. A autogestão promete ser eficiente em tornar empresas solidárias, além de economicamente produtivas, centros de interação democráticos e igualitários (em termos), que é o que seus sócios precisam (SINGER, 2002a, p. 23).

Portanto, a autogestão, nesta perspectiva, não é apenas uma modalidade técnica de organização e administração. Ela é a soma de práticas e saberes orientados por princípios e valores (solidariedade, igualdade, cooperação e participação), que

²⁸ As chamadas “coopergatos” e “cooperfraudes”, que são cooperativas que nascem da flexibilização das relações de trabalho onde, por exemplo, trabalhadores de um setor de uma empresa são demitidos e “incentivados” a formarem uma cooperativa de prestação de serviços para essa mesma empresa que os demitiu antes; assim o empresário escapa dos encargos sociais trabalhistas e continua obtendo os serviços daqueles trabalhadores por um custo mais baixo. Ou ainda existem os casos de grandes empresas capitalistas que se juntam sob a forma jurídica de cooperativa, para poderem exercer o monopólio nos mercados em que compram ou para agir como cartéis nos mercados em que vendem. Um ótimo estudo sobre os diversos tipos de cooperativas de produção encontra-se em Lima (2004).

²⁹ Cabe reforçar que existem outras definições de empreendimentos solidários que não se centram no modelo de autogestão. Nesse sentido, ver Gaiger (2003).

deve ser extrapolada para o conjunto das relações sociais e, deste modo, constituir-se num processo de construção de outra organização social e econômica, a Economia Solidária.

Além disso, é preciso destacar que o modelo autogestionário pode ser realizado nos diversos tipos de empreendimentos solidários – bancos populares, associações, sistemas de troca locais, etc. Todavia, Singer coloca a cooperativa como a forma por excelência de organização do modelo autogestionário. De acordo com este autor, a cooperativa de produção é o “protótipo da empresa solidária”. Ela detém um papel central na organização da Economia Solidária como setor econômico definitivo. A centralidade da autogestão e do cooperativismo na perspectiva de Paul Singer direcionou nossa escolha em tomar como objetos empíricos de análise cinco cooperativas autogestionárias para que nossas críticas em relação a este autor fossem construídas a partir do mesmo objeto de estudo.

CAPÍTULO 2 – OS PRESSUPOSTOS TEÓRICOS PARA COMPRENSÃO DO SENTIDO DO TRABALHO AUTOGERIDO

Este capítulo trata de esclarecer os pressupostos teóricos pelos quais o presente estudo foi conduzido. Na primeira parte, discorre-se sobre o modo como as pesquisas anteriores, realizadas por nós e a leitura dos estudos sociológicos e de Psicologia Social sobre os valores do trabalho, levaram-nos a defender a idéia de que a realidade do trabalho autogerido é marcada pela diversidade. Na segunda parte, definiremos o referencial teórico utilizado nesta pesquisa. Abordaremos, primeiramente, a teoria do *habitus* de Bourdieu (1983a; 1983b; 1991; BOURDIEU e PASSERON, 1975) e a Sociologia da Experiência de Dubet (1996), procurando argumentar sobre a inadequação de ambos para o estudo do objeto construído desta pesquisa; e, em seguida, trataremos de expor o referencial teórico adotado a partir do Construtivismo Social de Berger e Luckmann (1999) articulado com a Fenomenologia Social de Alfred Schutz (SCHUTZ e LUCKMANN, 1973).

2.1 A Idéia de Diversidade no Trabalho

A modernidade, tal como mencionamos antes, é marcada pelos processos de diferenciação, fragmentação e especialização das e nas diferentes esferas da vida social. Esses processos se manifestaram na esfera do trabalho com o término da Era de Ouro do capitalismo cujo resultado, entre outros, foi o aumento das formas atípicas de trabalho (sendo uma delas o próprio trabalho autogerido). Deste modo, o sentido do trabalho social e institucionalmente informado deixa de estar predominantemente atrelado ao modelo de assalariamento formal. Surgem, então, as condições necessárias para que os indivíduos exerçam sua capacidade reflexiva na construção do sentido do seu trabalho. Se por um lado, o sentido do trabalho é construído reflexivamente pelo indivíduo, por outro, ele constrói esse sentido a partir de valores, princípios, tipificações e receitas dadas pela sociedade através do processo de socialização. Outro traço característico da sociedade moderna é aquilo que Berger e Luckmann (1999) denominam de pluralismo moderno, isto é, em função da diferenciação, fragmentação e especialização das e nas diferentes áreas da vida social, o indivíduo vive uma situação na qual ele se defronta com uma diversidade maior de princípios, valores e sentidos socialmente dados, através dos quais o sujeito pode conduzir suas práticas cotidianas. Levantamos a hipótese de que haveria uma pluralidade de sentidos do trabalho autogerido na medida em que, no contexto da modernidade, a diferenciação

entre indivíduos e grupos sociais se acentua e existe uma maior variedade de valores, princípios e sentidos socialmente dados (pluralismo moderno) através dos quais o indivíduo construirá para si o sentido do trabalho autogerido. Além disso, mencionamos que a idéia de pluralidade de sentidos do trabalho autogerido estava ancorada nos resultados de pesquisas anteriores. Nesse sentido, este capítulo tratará de rever os resultados dessas pesquisas e expor alguns estudos da Sociologia e Psicologia Social sobre os valores de trabalho³⁰, que nos ajudaram a pensar que a pluralidade de sentidos estaria associada à diferenciação social, sendo que, no nível dos indivíduos, seria possível apreender essa última através das diferenças nas biografias de socialização dos trabalhadores.

Em uma pesquisa (ROSENFELD, 2003), buscou-se compreender o modo como os trabalhadores se relacionam com o seu trabalho no contexto de uma cooperativa de produção autogerida, sendo que essa relação deve ser entendida como a combinação entre uma atitude no trabalho, as estratégias individuais de inserção social e na situação de trabalho e, como pano de fundo, as determinações de ordem biográfica. Foi verificado, então, que os trabalhadores da cooperativa estudada não se relacionavam com o trabalho autogerido da mesma forma. Mais especificamente, identificaram-se quatro formas de relação com o trabalho, definidas em termos de quatro perfis de trabalhadores:

- 1) **engajamento** – composto por cooperativados que possuem um projeto político claro e que vêem na autogestão uma perspectiva revolucionária de novas relações entre capital e trabalho;
- 2) **adesão** – grupo de trabalhadores que aderem integral ou parcialmente ao projeto de cooperativismo autogestionário. Fala-se em adesão porque, neste caso, o trabalhador adota como seu um modelo já concebido, aderindo a algo que já está pronto. Isto não significa dizer que o modelo esteja concluído de maneira definitiva e não admita mudanças e adaptações. Significa, isso sim, que este trabalhador filiou-se a uma proposta e, de alguma maneira, ela passa agora a ser também sua. Aderiu-se porque o trabalhador tem um sentimento de ganho em relação ao modelo de cooperativismo;
- 3) **recuo** – são aqueles trabalhadores que são cooperados unicamente por causa de interesses individuais ou por falta de outra opção de trabalho e, em

³⁰ Para uma panorâmica deste campo de estudos, ver Hitlin e Piliavin (2004).

geral, mantêm um certo distanciamento das questões relativas à gestão da cooperativa, conformando-se unicamente em executar sua atividade laboral;

4) **inversão** – perfil composto por trabalhadores que se mostram críticos ao projeto autogestionário, pois vislumbram um projeto alternativo de cooperativismo que lhes permita maior retorno econômico.

A existência desses perfis de relação com o trabalho autogerido foi explicada à luz da crise do Estado Social e da sociedade salarial (ROSENFELD, 2003). E, como podemos vislumbrar na definição desses perfis, notou-se que a relação com o trabalho mostrou-se fortemente imbricada com o projeto político-ideológico³¹ de cooperativismo autogestionário de Economia Solidária, ou seja, foi em relação a este projeto que se definiram as posições e os relatos referentes à vivência dos trabalhadores no seio do empreendimento. Dada essa influência entre o projeto político-ideológico de cooperativismo autogestionário na relação com o trabalho, numa segunda pesquisa (AZAMBUJA, 2004), enfocou-se a questão da ideologia, mais especificamente, investigamos quais eram os valores e princípios ideológicos através dos quais os trabalhadores de duas cooperativas³² de produção justificam a sua experiência na cooperativa autogerida. Definimos, na ocasião, que a experiência de autogestão era composta pelas seguintes dimensões: 1) **propriedade coletiva**, trata-se da avaliação que o trabalhador faz sobre o sistema de remuneração da cooperativa e o tipo de sentimento de posse ou não que ele apresenta em relação ao empreendimento; 2) **processos de participação**, modo como o trabalhador vê os processos decisórios no âmbito da gestão da cooperativa, tais como assembléias gerais, conselhos e comitês, exposição de informações sobre a situação financeira da empresa, etc; 3) **relação entre pares**, como o cooperativado enxerga seu relacionamento com os pares, o caráter da união entre eles; e, 4) **objetivos, expectativas e resultados**, o que o trabalhador visa e avalia ter alcançado por meio do empreendimento autogerido. Através do item 4 podemos inferir o que chamamos de orientação na ação social organizada (na cooperativa autogerida) do trabalhador. Deste modo, identificamos três perfis ideológicos, quais sejam:

³¹ Político-ideológico porque, conforme a perspectiva de Singer, o modelo de autogestão representa uma forma de organização econômica e social baseada, supostamente, em valores e princípios anticapitalistas, que, no limite, seriam as bases para a formação de um outro modo de produção e, por conseguinte, de uma outra economia, a Economia Solidária.

³² Uma das cooperativas estudadas nesta pesquisa (AZAMBUJA, 2004) foi a mesma do estudo anterior. No caso, apenas se realizou uma nova análise das entrevistas anteriormente realizadas.

1) **solidário** - como o próprio nome já deixa evidente, é o perfil ideológico de Economia Solidária, isto é, trata-se de trabalhadores que expressam valores e princípios como solidariedade, igualdade, participação e união. Nesse sentido, a orientação na ação social organizada dos trabalhadores deste perfil é, principalmente, a consolidação do modelo autogestionário. Isso se expressa quando os trabalhadores de perfil solidário falam da sua preocupação de todos os sócios da cooperativa “mudarem seu comportamento de empregado para cooperativado”, isto é, não basta apenas que cada um exerça a sua função no processo produtivo (modelo de assalariamento), mas que cada um participe da *gestão da cooperativa* e, assim, fazer com que cada cooperativado se reconheça como integrante de um projeto coletivo. É com relação ao caráter coletivo e autogestionário do empreendimento, que os trabalhadores de perfil solidário justificam a propriedade coletiva da cooperativa através do valor da *igualdade*. Esse valor se manifesta quando os trabalhadores de perfil solidário comentam que, sendo a cooperativa um empreendimento coletivo, todos têm o mesmo direito e dever de participar da sua gestão, do seu desenvolvimento e dos seus resultados. A expressão do princípio de igualdade para justificar a dimensão da propriedade coletiva fica mais evidente quando os trabalhadores falam do sistema de remunerações que eles pensam ser mais justo para a cooperativa – no caso dos trabalhadores de perfil solidário, eles defendem um sistema de divisão igualitária dos rendimentos econômicos entre todos os sócios da cooperativa em contraposição a um modelo por faixas. Assim, a igualdade serve para justificar tanto a participação e o comprometimento de todos com a cooperativa, quanto para justificar um sistema de remuneração igualitário. No que se refere aos processos de participação, os trabalhadores de perfil solidário justificam-nos através dos princípios de *igualdade*, *união* e *participação*. Por exemplo, as assembleias gerais, para o perfil solidário, é um espaço de deliberação, debates e busca por soluções coletivas para os problemas da cooperativa; não é um espaço de conflito e cobranças individuais. A assembleia é justificada, portanto, por ser um espaço onde todos podem *igualmente* participar e onde a *união* e a *solidariedade* do grupo são reforçadas. O princípio de solidariedade, obviamente, está bastante presente nas falas dos trabalhadores de perfil solidário. A noção de solidariedade é diferente da simples cooperação, isto é, solidariedade remete à idéia de um

coletivo e não à simples soma de esforços individuais coordenados para um objetivo comum (cooperação). Nesse sentido, nos trabalhadores de perfil solidário, o princípio de solidariedade serve para justificar uma forma de relação entre os pares que leve em consideração o interesse do grupo e, assim, reconhecer-se como integrante de um projeto comum. Percebe-se, então, que o perfil solidário justifica a experiência de cooperativismo autogestionário através de valores e princípios de Economia Solidária, a saber, igualdade, participação, solidariedade e união. A inter-relação entre esses princípios, de certo modo, conforma uma forma de pensamento e argumentação sobre a experiência de autogestão (uma orientação na ação social organizada) que visa principalmente à consolidação do modelo de cooperativismo autogestionário de Economia Solidária;

2) **assalariado** – designa um determinado conjunto de trabalhadores que nas suas falas manifestam certos valores e princípios ideológicos no sentido de propiciarem para si uma certa continuidade ou até mesmo negar a diferença entre o contexto de trabalho assalariado e o autogerido. É assalariado porque a cooperativa é um trabalho como qualquer outro, sendo que a “opção” por trabalhar na cooperativa se faz em função da perda e da falta de perspectiva de encontrar um emprego. Em suma, a orientação na ação social organizada do perfil assalariado é garantir para si uma certa continuidade entre o modelo de assalariamento e o modelo de cooperativismo autogestionário, principalmente, no que se refere a uma atitude no trabalho. Essa orientação dos trabalhadores de perfil assalariado faz com que eles neguem a propriedade coletiva, isto é, nas suas falas eles não expressam um sentimento de posse em relação à cooperativa. Notamos que, negando o aspecto da propriedade coletiva, os trabalhadores de perfil assalariado, de certo modo, conseguem perceber a cooperativa tal como uma empresa e, neste sentido, ser cooperativado passa a ser um “empregado da cooperativa”. A partir desse entendimento sobre *o que é a cooperativa*, o perfil assalariado manifesta o princípio do *individualismo*. Este último, não só favorece a recusa do caráter coletivo do empreendimento, como também possibilita a baixa participação desses trabalhadores na gestão da cooperativa. Entretanto, o reduzido envolvimento nos processos de participação é como que contrabalançado pelo princípio de *produtividade* no trabalho. Através desse princípio este perfil valoriza a atividade laboral

propriamente dita (“O negócio é baixar a cabeça e trabalhar aqui”, como falou um trabalhador de perfil assalariado numa entrevista) em detrimento do envolvimento nos processos de participação. Em suma, a negação da propriedade coletiva da cooperativa é justificada através do princípio do individualismo que, por sua vez, faz com que o trabalhador de perfil assalariado adote um distanciamento em relação aos processos de participação e, assim, essa postura de não envolvimento é justificada pelo princípio de produtividade. Outro valor expresso nas falas dos trabalhadores de perfil assalariado é o *coleguismo*. Este último é diferente da noção de solidariedade e cooperação. O coleguismo remete a um tipo de união entre os cooperados sem envolver a idéia de coletivo (presente na solidariedade) e sem a questão do direcionamento de esforços individuais para a busca de um objetivo comum (cooperação). O coleguismo são apenas relações de simpatia e antipatia. Assim, através do princípio de coleguismo, justifica-se um tipo de relação entre os pares mais ligada à amizade do que um elo a partir de uma identificação com um projeto comum. Podemos, deste modo, identificar três princípios neste grupo de trabalhadores que formam o perfil ideológico assalariado, a saber, individualismo, produtividade e coleguismo. Esses princípios justificam uma orientação na ação social organizada que busca, fundamentalmente, uma certa continuidade entre empresa privada e cooperativa e um certo retorno financeiro individual;

3) **associativo-econômico** – os trabalhadores que compõem esse perfil ideológico não só manifestam valores diferentes dos de Economia Solidária como também, de certo modo, opostos. Ao contrário do perfil solidário, a orientação na ação social organizada não é a consolidação do modelo de autogestão e, sim, garantir o desenvolvimento econômico da cooperativa, trazendo resultados financeiros crescentes para os cooperados. Assim, pode-se dizer que este perfil ideológico concebe um modelo de cooperativismo alternativo ao de Economia Solidária, voltado para a competitividade e inserção pura e simples no mercado capitalista, tal como qualquer empresa privada. O desenvolvimento da autogestão em vez de se tornar uma meta a ser alcançada, tal como é vista no perfil solidário, é um *meio* para se atingir resultados financeiros. Isso se verifica quando os trabalhadores de perfil associativo-econômico destacam a importância de se fazerem mudanças e

aperfeiçoamentos técnicos, financeiros e administrativos para assegurar a competitividade e o crescimento econômico do empreendimento. Em outras palavras, não é o modelo e as práticas de autogestão em si que precisam ser aperfeiçoadas, mas fatores financeiros e relativos à organização do processo produtivo e, também, não no sentido de consolidar um projeto coletivo, mas como possibilidade de inserção competitiva no mercado. Portanto, os valores e princípios que esses trabalhadores expressam articulam-se no sentido de justificar e conduzir a experiência de cooperativismo autogestionário como uma forma de *associação* com fins essencialmente *econômicos*. Os trabalhadores de perfil associativo-econômico, no que se refere à propriedade coletiva, apresentam nas suas falas o princípio da *meritocracia*, isto é, ser sócio do empreendimento só se justifica a partir do esforço e comprometimento pessoal para com o crescimento econômico e financeiro da cooperativa. Nesta direção, para os trabalhadores deste perfil ideológico, a retribuição não é em relação ao esforço de cada um, mas aos resultados concretos deste esforço, sendo que aquele que se esforça, mas não produz suficientemente, não "merece" retribuição. O princípio da meritocracia se manifesta de maneira mais evidente quando os trabalhadores desse perfil falam da questão sobre o sistema de remunerações. Para os trabalhadores associativos-econômicos, o sistema igualitário de remuneração é injusto, pois, para eles, a retribuição deveria ser proporcional à produtividade, qualificação e posição que cada trabalhador ocupa na estrutura da cooperativa, isto é, a remuneração deveria ser proporcional a esses méritos individuais. Quanto aos processos de participação, ao contrário do perfil solidário, nos trabalhadores associativos-econômicos não é o princípio da participação e união que justifica os processos participativos como a assembléia geral e, sim, os princípios de *visibilidade* e *exposição*, isto é, esses princípios fazem com que os trabalhadores associativos-econômicos justifiquem e percebam os processos de participação como espaços que servem, essencialmente, para dar visibilidade da situação financeira da sociedade aos sócios e, também, visibilidade do cumprimento ou não das funções que cada um tem para garantir o bem-estar e crescimento econômico da cooperativa. Por isso, neste perfil ideológico, os processos de participação, antes de representarem uma forma de gestão coletiva do empreendimento, são mecanismos que visam a

assegurar a eficiência e o progresso econômico e, também, para garantir que o sócio não esteja sendo ludibriado nos seus interesses pessoais pela sociedade e, ao mesmo tempo, que esta última não esteja, também, sendo prejudicada por algum sócio. No que se refere à relação entre os pares, ela é justificada e pensada a partir do valor da *cooperação*, isto é, nos trabalhadores de perfil associativo-econômico, a relação é essencialmente aquela na qual cada um, a partir do esforço individual na sua função laboral, soma para o crescimento e o bom andamento econômico da cooperativa, restringindo, assim, a ajuda mútua ao processo de produção. Finalizando, a orientação do perfil ideológico associativo-econômico, na ação social organizada, é de buscar a consolidação e crescimento econômico-financeiro do empreendimento, a partir da concepção de um modelo de cooperativismo de cunho capitalista. Assim, a cooperativa é percebida e justificada através da coordenação de esforços individuais na direção de um objetivo comum, o desenvolvimento econômico. Deste modo, esse perfil ideológico incorpora os seguintes princípios e valores: meritocracia, exposição, visibilidade e cooperação³³.

O seguinte quadro resume o que foi acima exposto:

Quadro 1 – Princípios ideológicos e orientação na ação social de cada perfil ideológico

	PERFIL SOLIDÁRIO	PERFIL ASSALARIADO	PERFIL ASSOCIATIVO-ECONÔMICO
ORIENTAÇÃO NA AÇÃO SOCIAL	<ul style="list-style-type: none"> • Consolidação do modelo de cooperativismo autogestionário. 	<ul style="list-style-type: none"> • Garantir para si uma espécie de continuidade entre o modelo de assalariamento e o de cooperativismo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Consolidação econômica do empreendimento através da inserção pura e simples no mercado.
PROPRIEDADE COLETIVA	<ul style="list-style-type: none"> • Igualdade 	<ul style="list-style-type: none"> • Individualismo 	<ul style="list-style-type: none"> • Meritocracia
PROCESSOS DE PARTICIPAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Participação • Igualdade • União 	<ul style="list-style-type: none"> • Individualismo • Produtividade 	<ul style="list-style-type: none"> • Exposição • Visibilidade
RELAÇÃO ENTRE PARES	<ul style="list-style-type: none"> • Solidariedade 	<ul style="list-style-type: none"> • Coleguismo 	<ul style="list-style-type: none"> • Cooperação

Fonte: AZAMBUJA, 2004, p.44.

A constatação da existência desses perfis ideológicos no seio de empreendimentos autogeridos foi o primeiro passo para discutirmos a perspectiva de Singer, isto é, argumentamos neste estudo (AZAMBUJA, 2004) que a experiência de

³³ Para uma descrição mais detalhada dos perfis, ver Azambuja (2004, p. 43-67).

trabalho autogerido pode ser justificada e conduzida pelos trabalhadores através de princípios e valores que não os de Economia Solidária. Recentemente (AZAMBUJA e ROSENFELD, 2006), fizemos uma nova análise das entrevistas realizadas nas pesquisas anteriores buscando reforçar essa idéia de diversidade de modos pelos quais os trabalhadores vivenciam a experiência de trabalho autogerido. Neste terceiro estudo, buscamos identificar o modo como os trabalhadores definem e classificam as diferentes dimensões do trabalho autogerido. Definimos essas dimensões da seguinte forma: 1) **relação com o projeto** – consiste na maneira como o trabalhador define e pensa os objetivos e finalidades da cooperativa; 2) **processos de participação** – é a maneira como o trabalhador avalia e define espaços como assembleia geral, conselhos e comitês e o seu papel, sua postura frente aos mesmos; 3) **propriedade coletiva** – diz respeito à presença e ao tipo de sentimento de posse que o trabalhador tem em relação à cooperativa, qual o sistema de remuneração mensal (igualitário ou por faixas) mais justo e sobre os critérios de contratação de novos sócios; 4) **relação com o trabalho** – refere-se ao modo como o trabalhador define a sua relação com os pares e com o próprio trabalho. Tal como na primeira pesquisa (ROSENFELD, 2003), identificamos quatro grupos de trabalhadores que definem as dimensões do trabalho autogerido diferentemente entre si.

1) **Engajamento** – a *relação com o projeto* é marcada pela defesa e busca da consolidação e desenvolvimento do modelo de autogestão cooperativa (o "cooperativismo autêntico"), sendo essa consolidação a "prova" da viabilidade do projeto político-ideológico de Economia Solidária. Os *processos de participação* são vistos como algo que caracteriza o modelo de cooperativismo autêntico. Destacam a importância de que todos da cooperativa participem seja realizando com empenho sua função de trabalho, seja na gestão do empreendimento. Devido a esse valor que atribuem aos processos de participação, esse grupo de trabalhadores tende a ocupar cargos eletivos de administração e a participar ativamente dos processos de gestão coletiva, por exemplo, assembleias gerais. No que concerne à *propriedade coletiva*, esses trabalhadores expressam um sentimento de posse do empreendimento, pois consideram não só a cooperativa uma alternativa de trabalho e renda como também uma forma de inserção e participação em um projeto político mais amplo. Defendem práticas igualitárias de remuneração dos sócio-trabalhadores, baseados na idéia do caráter coletivo do empreendimento e no

valor político-ideológico que representa a igualdade nesse sentido. O sentimento de posse se manifesta, também, tanto na atitude de investimento no futuro da cooperativa como no apoio à contratação de familiares e amigos. E, por fim, a respeito da *relação com o trabalho*, primeiro, para este grupo trabalhar na cooperativa envolve, simultaneamente, exercer a função produtiva, participar e se interessar pelas questões da gestão e exercer um grau de autonomia no trabalho, pois, na cooperativa, "não há patrão para dizer o que e quando fazer" e, segundo, as relações com os pares são estabelecidas com vistas a conscientizá-los sobre o modelo de autogestão (a importância de fazer com que todos "vistam a camiseta");

2) **Adesão** – a *relação com o projeto coletivo* é marcada pela busca da consolidação do modelo de autogestão, mas não em razão de uma identificação pessoal com o projeto político-ideológico de Economia Solidária, mas em função do reconhecimento de que esse modelo traz resultados positivos, tais como: maior união e igualdade no coletivo de trabalho, a propriedade e responsabilidade sobre os frutos do trabalho. Entretanto, apostam no projeto de cooperativa autogerida sem negar que existem perdas com relação à condição de assalariado (13º salário, FGTS, férias remuneradas, etc.). Enxergam os *processos de participação* na gestão como um ganho em relação à condição anterior de trabalho assalariado. Por isso, envolvem-se ativamente nos processos de participação, mas reconhecem limites para a participação (de todos) em certos cargos eletivos de administração que requerem conhecimentos especializados (jurídico, contábil, contatos com bancos e instituições públicas, etc.). Com relação aos aspectos ligados à dimensão da *propriedade coletiva*, esses trabalhadores expressam um sentimento de posse, pois consideram a cooperativa uma alternativa viável e positiva de trabalho e renda. Cabe destacar que, para estes trabalhadores, a viabilidade da cooperativa não representa a viabilidade de um projeto político e, sim, da força do coletivo de trabalho no qual ele está inserido. Defendem práticas igualitárias de remuneração, ancorados na idéia de que “todos são sócios, portanto é justo que todos ganhem igual” e, também, apóiam a contratação de familiares e amigos. A *relação com o trabalho* deste grupo é marcada pela visão de que trabalhar numa cooperativa significa assumir maiores responsabilidades ligadas à inserção no coletivo de trabalho, isto é,

significa não só executar uma função laboral como também participar da gestão. As relações com os pares são marcadas por uma atitude de cobrança para que todos trabalhem com afinco e de convencimento para que todos compartilhem de uma visão positiva em relação à viabilidade da cooperativa;

3) **recuo** – este grupo demonstra, nas suas falas, que eles possuem uma relação individual e instrumental com a cooperativa, pois esta é vista apenas como uma saída em relação ao desemprego. Além disso, é uma saída que representa muito mais perdas do que ganhos em relação ao trabalho assalariado, isto é, na cooperativa não há 13º salário, férias remuneradas, fundo de garantia e, ainda, coloca-o numa situação de incerteza no que diz respeito a sua remuneração estar ligada à produtividade da cooperativa. Além disso, negam que haja diferenças substantivas entre trabalhar numa cooperativa e numa empresa privada e expressam um sentimento de incerteza e ceticismo quanto ao futuro da cooperativa. Este grupo não se envolve nos *processos de participação* da gestão do empreendimento e vê com certo descrédito (como tempo perdido que poderia estar sendo utilizado para trabalhar) ou como algo sem sentido, isto é, como apenas uma formalidade. Essa postura acaba por reforçar uma certa divisão entre concepção e execução. No que diz respeito à *propriedade coletiva*, por parte destes trabalhadores não há sentimento de posse, pois trabalhar na cooperativa é ser "empregado" dela. São indiferentes quanto ao sistema de remuneração desde que haja o retorno econômico para si do seu trabalho. Entretanto, cobra-se de quem faz "corpo mole", porque no final todo mundo recebe. A *relação com o trabalho* é marcada por uma percepção de que trabalhar na cooperativa, no fundo, é a mesma coisa que trabalhar na empresa privada e, nesse sentido, as relações com os pares são baseadas em amizades preexistentes à cooperativa. Por fim, estes trabalhadores resistem a cobrança para que participem da gestão;

4) **inversão** – a *relação com o projeto coletivo* é marcada pela idéia de que a cooperativa é como uma empresa e, assim, ser cooperativado é como ser sócio de uma empresa. Este grupo vislumbra um modelo de cooperativa mais empresarial em contraposição ao autogerido, colocando a eficiência e a inserção competitiva no mercado em primeiro plano e submetendo a autogestão a elas. Propõem modificações no empreendimento no sentido de

aproximar a organização da cooperativa com a da empresa privada - aumento do controle do processo produtivo através da implementação do sistema de tempo-movimentos, intensificação do ritmo de trabalho determinado pelo pessoal da administração, estabelecimento de um sistema hierárquico do tipo cargos e salários, e profissionalização dos postos de gestão. Apostam no futuro do empreendimento, desde que haja a implementação das modificações necessárias para o sucesso econômico da cooperativa. Estes trabalhadores definem os processos de participação como mecanismos de prestação de contas da administração para os demais sócios e, não, como espaços de deliberação e gestão coletiva. O processo de participação também deve servir para a cobrança de maior produtividade no trabalho por parte de alguns membros. (Participam quem participa?) ativamente dos processos de gestão coletiva, porém através de uma atitude mais conflitiva, cobrando mais resultados e visando à implementação das modificações que defendem. Sobre a dimensão da *propriedade coletiva*, podemos destacar que estes trabalhadores expressam um sentimento de posse relacionado à idéia de que a cooperativa tem o potencial de crescer economicamente. Baseando-se na idéia de que a cooperativa é uma sociedade tal como uma empresa, defendem um sistema de remunerações meritocrático baseado na produtividade individual e na qualificação. Vêm a contração de familiares e amigos como um problema para que se exija de cada sócio profissionalismo e produtividade. A *relação com o trabalho* é marcada pela concepção de que o trabalho deve ser exercido com afinco e de acordo com a qualificação de cada um. A relação com os pares visa à instrumentalização do coletivo de trabalho, ou seja, organizar os esforços e "talentos" de cada um para que somem ao progresso da cooperativa.

Nesta terceira pesquisa, podemos, então, identificar com maior clareza que a vivência do trabalho autogerido não é uniforme. Além disso, os resultados da segunda e terceira pesquisa (AZAMBUJA, 2004; AZAMBUJA e ROSENFELD, 2006) apontam que as formas de inserção e condução da experiência de trabalho autogerido não se restringem, tal como deixa entender a perspectiva de Singer, entre um grupo que participa ativamente do modelo de autogestão e outro grupo que permanece numa postura que remete ao regime de assalariamento. Assim, os resultados das três pesquisas mencionadas mais a noção de pluralismo moderno são as bases pelas quais assumimos a idéia de que o sentido do trabalho autogerido para os trabalhadores é

diverso, plural. Ao mesmo tempo, nos levou a indagar a razão dessas diferenças de sentido a respeito de uma mesma experiência, o trabalho autogerido. A possibilidade de compreender essas diferenças do sentido do trabalho através das diferenças nas biografias de socialização dos trabalhadores foi, num primeiro momento, formulada através da leitura dos estudos sociológicos e de Psicologia Social sobre os valores de trabalho³⁴.

Entre o final da década de 1970 e início da de 1980, esses estudos ocupavam-se em equacionar duas hipóteses gerais sobre as relações entre trabalho e valores: 1) *hipótese da socialização ocupacional* – afirma que as experiências ocupacionais influenciam na formação da personalidade dos sujeitos e, mais especificamente, nos valores que os orientam; 2) *hipótese da seleção ocupacional* – propõe que as pessoas escolham a sua ocupação de acordo com uma base psicológica (incluindo aí os valores) anteriormente formada na infância e na adolescência (MORTIMER e LORENCE, 1979, p. 1361-1362). O que os estudos deste período (por exemplo, KOHN e SCHOOLER, 1982) demonstraram foi que, quando consideramos a relação entre trabalho e valores através de dados longitudinais, tanto a hipótese da socialização como a da seleção são verdadeiras. Em outros termos, “[...] *job conditions actually do affect personality, and also that personality affects job conditions*” (KOHN e SCHOOLER, 1982, p. 1281). Essa influência ocorre da seguinte forma: por um lado, as condições de trabalho, que conformam um tipo de experiência de trabalho, afetam simultaneamente a personalidade (incluindo nesta última os valores do sujeito), ou seja, uma dada experiência de trabalho, num dado período, afeta, durante esse mesmo período, a personalidade do indivíduo; e, por outro, o efeito da personalidade nas condições de trabalho só pode ser percebido ao longo do tempo seja via seleção de uma ocupação, seja pelo esforço de modificar o próprio trabalho, ou seja, via a escolha de mudar de ocupação: “*Values reinforced by previous occupational rewards would continuously engender attempts to maximize the same fulfilling work experiences, either by changing occupational positions or by ‘molding the job’*” (MORTIMER e LORENCE, 1979, p. 1380). Os resultados desses estudos, de certo modo, corroboram com a perspectiva de Paul Singer sobre a relação entre trabalho autogestionário e a incorporação de valores e princípios de Economia

³⁴ Cabe explicitar que esta pesquisa não utiliza a concepção de valores de trabalho presentes nestes estudos, que pode ser mais ou menos definida da seguinte forma: “*Work values are defined by the importance attached to various rewards of working*” (JOHNSON, 2002, p. 1308). Por isso, falamos em sentidos do trabalho e, não, em valores.

Solidária; pois ambas perspectivas sustentam que valores e experiências de trabalho possuem uma relação de determinação recíproca, ou seja, que a realização ou escolha de um trabalho está ligada a um conjunto de valores anteriormente existente (hipótese da seleção ocupacional) e que a experiência desse trabalho pode mudar ou consolidar esses valores (hipótese da socialização ocupacional). Contudo, tendo em vista essa perspectiva, como explicar a existência de uma pluralidade de valores, isto é, a presença de diversos tipos de valores relacionados a uma mesma experiência de trabalho (o autogestionário)? Para responder a essa pergunta é preciso incorporar outros resultados de pesquisas na área dos estudos sociológicos e da Psicologia Social sobre valores ligados ao trabalho.

As pesquisas desenvolvidas na década de 1980 até o presente momento buscam explicar a formação e diferenças de valores de trabalho entre as pessoas através de um modelo analítico mais amplo daquele anterior. Por exemplo, Lindsay e Knox (1984) destacam que variáveis como gênero, status socioeconômico da família e raça estão relacionadas aos valores dos indivíduos. Além disso, esses autores propõem que também o nível educacional interfere tanto no lado do processo de seleção como no de socialização do trabalho. Também Halaby (2003) destaca o papel de variáveis como status da família de origem, escolaridade e gênero para entendermos a existência e mudança nos valores ligados ao trabalho. Johnson (2002) vai enfatizar a influência destas variáveis e mais o tipo de comunidade de origem (rural ou urbana), religião e raça, para explicar diferentes padrões de mudanças nos valores de trabalho. Enfim, esses estudos destacam que o processo de formação, as diferenças e mudança/permanência dos valores não estão somente relacionados à experiência de trabalho em si, mas também a outras variáveis que, por sua vez, denotam os elementos pelos quais podemos definir tipos de biografias de socialização. Entretanto, esta pesquisa não utiliza estes estudos sociológicos e de Psicologia Social em função de que eles abordam apenas formas de trabalho ligadas a empresas de propriedade privada. Assim, dada as especificidades do trabalho autogerido e da organização cooperativa, tornou-se inviável a aplicação do modelo de análise destes estudos, servindo-nos apenas para indicar essa relação entre tipos de biografias de socialização e valores de trabalho. Outro elemento que nos impediu de usar o modelo de análise dos estudos sociológicos e de Psicologia Social foi a noção de valores de trabalho que, nestes estudos, consiste nas propriedades de um trabalho que são *valorizadas* pelo indivíduo. Nesse sentido, na presente pesquisa busca-se mais do que apenas as

qualidades que os trabalhadores valorizam no trabalho autogerido e, sim, o sentido do trabalho autogerido, isto é, as motivações, princípios e valores que definem um sentido para esse trabalho para o agente que, com base neste sentido, orienta a sua conduta.

Concluindo, as pesquisas mencionadas acima (ROSENFELD, 2003; AZAMBUJA, 2004; AZAMBUJA e ROSENFELD, 2006) focaram-se em identificar a diversidade no trabalho autogerido. Nesse sentido, este estudo procura não só identificar a questão da diversidade no trabalho autogerido, mas, também, procura entender as condições de possibilidade para existência dessa diversidade.

2.2 Compreendendo a Construção Reflexiva do Sentido da Ação

Vimos na introdução que entender a sociedade moderna como marcada pelos processos de diferenciação social e de aumento do espaço para o exercício da individualidade e da reflexividade, possui duas implicações para o trabalho de análise sociológica, quais sejam: 1) a impossibilidade de deduzir a lógica e o sentido da ação dos indivíduos através de um sistema de valores, princípios e normas generalizadas na sociedade como um todo, ou seja, com o processo de diferenciação social emerge a situação na qual os indivíduos são atravessados por uma pluralidade de princípios, valores e normas; e, 2) a diferenciação social e o maior espaço para o exercício da individualidade e reflexividade enfraquecem o poder de *auto-evidência* (BERGER e LUCKMANN, 1999, p. 53-64) da realidade social e institucionalmente informada. Assim, o sentido e a lógica da ação dos indivíduos não podem ser deduzidos da lógica das instituições e organizações que compõem o espaço social (econômico, político, cultural, familiar, etc.) no qual a ação está situada. Nesse sentido, sendo as experiências de trabalho autogerido de Economia Solidária fenômenos inseridos na sociedade moderna³⁵, defendemos a idéia de que é preciso interpretar os sentidos que essas experiências assumem tendo em vista as mencionadas implicações teóricas provocadas pelos processos de diferenciação social e aumento do espaço para o exercício da individualidade e da reflexividade. Tal idéia vai de encontro à perspectiva de Paul Singer na medida em que esse entende o sentido do trabalho

³⁵ Cabe lembrar, como vimos no capítulo 1, que as primeiras iniciativas de Economia Solidária surgem no bojo de dois processos históricos característicos da modernidade, a saber, o advento da sociedade capitalista industrial e da democracia e Estado moderno. Além disso, argumentamos na segunda parte da Introdução, que o trabalho autogerido pode ser considerado como uma das manifestações do processo de diferenciação na esfera do trabalho e da produção, que ocorre em função da crise do modelo fordista-taylorista no último quartel do século XX.

autogerido como objetivamente dado pelas condições e práticas que conformam o modelo de autogestão. Portanto, a perspectiva deste autor ignora o papel criativo dos sujeitos na construção do sentido do trabalho autogerido (opondo-se, assim, à questão do maior espaço para o exercício da individualidade e reflexividade nas sociedades modernas) e, também, entende que tal sentido é uniforme uma vez que ele está objetivado nas condições e práticas do modelo de autogestão, o que, por sua vez, contraria a visão de que as sociedades modernas são atravessadas, em função do processo de diferenciação social, por um pluralismo de valores, normas, princípios e conhecimentos. Todavia, a oposição em relação à perspectiva “objetivista” de Singer, não pode resultar numa perspectiva “subjetivista”, ou seja, não devemos entender o sentido do trabalho autogerido como um produto do arbítrio de uma consciência individual e atomizada, mas, sim, como resultado de um esforço reflexivo de um indivíduo *socializado* para dar sentido à sua experiência e à sua ação. Em outros termos, o sentido do trabalho autogerido precisa ser compreendido como produto da capacidade reflexiva do indivíduo, ancorada em conhecimentos, valores e princípios socialmente dados ao longo da sua biografia de socialização. Assim, a compreensão dos sentidos do trabalho autogerido deve recorrer a uma perspectiva teórica sobre a socialização que possua as seguintes características: 1) leve em consideração o indivíduo e a sua reflexividade, não o reduzindo, assim, às determinações de ordem social objetivas; 2) explique de que modo a sociedade molda tanto os aspectos comuns como também as diferenças nas condutas e formas de percepções dos atores. Essas características, no nosso entendimento, traduzem no âmbito de uma teoria da socialização as duas características referidas das sociedades modernas, isto é, a primeira característica como a tradução do processo de maior espaço para o exercício da individualidade e reflexividade, e a segunda característica como a tradução do processo crescente de diferenciação social e pluralismo nas sociedades modernas.

Nesse sentido, esta parte do capítulo tratará, num primeiro momento, de dois autores (BOURDIEU e DUBET) cujas teorias oferecem noções alternativas a de socialização e que, na nossa interpretação, não possuem as duas características mencionadas. Após, vamos expor de que modo a perspectiva que adotamos a partir de Schutz, Berger e Luckmann possui essas características e como tal perspectiva foi operacionalizada para o presente estudo.

2.2.1 Habitus e experiência social: as perspectivas de Bourdieu e Dubet

Segundo George Ritzer (1992, p. 500-501), o impulso principal da teorização de Bourdieu foi superar o antagonismo entre subjetivismo e ação, de um lado, e objetivismo e estrutura, de outro. Guardadas as devidas proporções, de certo modo esse é o problema que enfrentamos neste estudo ao compreender os sentidos do trabalho autogerido como produtos, simultaneamente, da capacidade reflexiva dos trabalhadores (ação/subjetividade) e das influências da realidade social e histórica na qual estão inseridos (estrutura/objetividade). Logo, nada mais justo do que ocuparmos algumas linhas a respeito da perspectiva de Pierre Bourdieu. Nesse sentido, o conceito de *habitus* se localiza dentro deste esforço de superar a dualidade entre ação/subjetividade e estrutura/objetividade. Nas palavras do próprio autor: “[...] a noção de *habitus* exprime sobretudo a recusa a toda uma série de alternativas nas quais a ciência social se encerrou, a da consciência (ou do sujeito) e do inconsciente, a do finalismo e do mecanicismo, etc.” (BOURDIEU, 2004, p. 60). Podemos ainda dizer que a noção de *habitus* é uma espécie de solução contra os limites e equívocos do estruturalismo sem adotar como perspectiva teórica um “acionismo” e um subjetivismo:

[...] tal noção permitia-me romper com o paradigma estruturalista sem cair na velha filosofia do sujeito ou da consciência, a da economia clássica e do seu *homo economicus* que regressa hoje com o nome de individualismo metodológico. Retomando a velha noção aristotélica de *hexis*, convertida pela escolástica em *habitus*, eu desejava reagir contra o estruturalismo e sua estranha filosofia da acção [...]. (BOURDIEU, 2004, p. 61).

Interpretando essa postura teórica, podemos dizer que Pierre Bourdieu é a favor de um estruturalismo que não perde de vista a ação e os agentes, ou seja, critica tanto o objetivismo de Durkheim como o estruturalismo de Levi-Strauss, Saussure e dos marxistas por centrarem-se nas estruturas objetivas e ignorarem o processo de construção social mediante o qual os atores percebem, pensam e constroem essas estruturas para que logo atuem sobre essa base. Mas, também, Bourdieu faz objeções em relação à fenomenologia de Schutz, ao interacionismo simbólico de Blumer e à etnometodologia de Garfinkel por essas considerarem apenas o modo como os agentes pensam, explicam e representam o mundo social, ignorando as estruturas objetivas em que estes processos existem (RITZER, 1992, p. 500-501). Ao mesmo tempo em que critica esses dois paradigmas sociológicos, Bourdieu reconhece a importância de uma

síntese que incorpore os dois, tal preocupação podemos notar subjacente neste trecho do prólogo de *La Noblesse D'État*³⁶:

[...] sem dúvida os agentes constroem a realidade social. Sem dúvida entram nas lutas e nas transações visando impor sua visão, mas eles o fazem sempre com o ponto de vista, os interesses e os princípios de visão determinados pela posição que ocupam no próprio mundo que visam transformar ou conservar. (BOURDIEU, 1991, p. 114).

Tendo em vista este esforço de síntese, Bourdieu defende a necessidade de uma *teoria da prática*, sendo esta última entendida como uma articulação dialética entre “*interiorização da exterioridade*” e “*exteriorização da interioridade*” e o conceito de *habitus* a base sobre a qual se assenta essa articulação dialética (BOURDIEU, 1983a, p. 60-61). Nesse sentido, o autor define *habitus* como:

[...] sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente ‘reguladas’ e ‘regulares’ sem ser o produto de obediência às regras, objetivamente adaptadas ao seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente. (BOURDIEU, 1983a, p. 60-61).

De certo modo, podemos resumir essa citação dizendo que o *habitus* inclui estruturas mentais ou cognitivas mediante as quais as pessoas interagem com o mundo social. Sendo assim, os indivíduos são dotados de esquemas internalizados que os fazem perceberem, compreenderem, avaliar e agir no mundo social de uma determinada maneira. Mas qual é a origem do *habitus*? Como ele é produzido? Em outras palavras, como estruturas objetivas são incorporadas pelo indivíduo constituindo sua subjetividade? Nesse sentido, Bourdieu é pouco claro. De um lado, as condições de produção do *habitus* são as condições sociais objetivas de um grupo ou classe de origem:

[...] são as estruturas características de um tipo determinado de condições de existência que, através da necessidade econômica e social que elas fazem pesar sobre o universo relativamente autônomo das relações familiares, ou melhor, no interior das manifestações propriamente familiares dessa necessidade externa (por exemplo, interdito, preocupações, lições de moral, conflitos, gostos etc.) produzem as estruturas do *habitus* que estão, por sua vez, no princípio da percepção e da apreciação de toda experiência ulterior. (BOURDIEU, 1983a, p. 64).

³⁶ Estamos utilizando aqui uma versão traduzida deste prólogo, intitulado *Estruturas sociais e estruturas mentais*, que foi publicado no periódico *Teoria e Educação*, n.3, p.113-119, 1991.

Nesse sentido, o *habitus* aparece como produto da incorporação de estruturas objetivas dadas através da ocupação duradoura de uma posição social:

É sua posição presente e passada na estrutura social que os indivíduos, entendidos como pessoas físicas, transportam com eles em todo tempo e lugar, sob a forma de *habitus*. Os indivíduos ‘vestem’ os *habitus* como hábitos [...] com todas as disposições que são, ao mesmo tempo, marcas da *posição social* e, portanto, da distância social entre as posições objetivas entre as pessoas sociais conjunturalmente aproximadas [...] e a reafirmação dessa distância e das condutas exigidas para ‘guardar suas distâncias’ ou para manipulá-las estratégica, simbólica ou realmente, reduzi-las [...] aumentá-las ou simplesmente mantê-las [...]. (BOURDIEU, 1983a, p. 75).

Portanto, o *habitus*, nesta perspectiva, “[...] exprime, sob a forma de preferências sistemáticas, as necessidades objetivas das quais ele é produto” (BOURDIEU, 1983b, p. 82). Por outro lado, o *habitus* é produto nem tanto das condições sociais objetivas de um grupo de origem (condições essas dadas por uma posição na estrutura social), mas muito mais produto da incorporação e identificação de atitudes subjetivas provenientes da linhagem de uma família ou grupo. Aqui temos a visão de Bourdieu de *A Reprodução* (BOURDIEU e PASSERON, 1975), obra na qual ele define a origem do *habitus* muito mais como um processo de inculcação via um *trabalho pedagógico* mais ou menos durável, cujo conteúdo traduz o *arbítrio cultural* do grupo ou classe social que outorga a *autoridade pedagógica* que realiza esse trabalho. Nas palavras do autor:

Enquanto trabalho prolongado de inculcação que produz um *habitus* durável e transponível, isto é, inculcando ao conjunto dos destinatários legítimos um sistema de esquemas de percepção, de pensamento, de apreciação e de ação (parcial ou totalmente idênticos), o TP [*trabalho pedagógico*] contribui para produzir e para reproduzir a integração intelectual e a integração moral do grupo ou da classe em nome dos quais ele se exerce. (BOURDIEU e PASSERON, 1975, p. 74).

Ou ainda,

Na medida em que o TP é um processo irreversível que produz no tempo necessário à inculcação uma disposição irreversível, [...] a AP primária [*ação pedagógica*] que se realiza num TP sem antecedente (TP primário) produz um *habitus* primário, característico de um grupo ou de uma classe, e que está no princípio da constituição ulterior de todo outro *habitus*. (BOURDIEU e PASSERON, 1975, p. 53).

Em suma, na primeira interpretação, as condições de produção do *habitus* são as condições objetivas do grupo ou classe social de origem e, na segunda, é uma impregnação, através da educação entendida num sentido amplo, de atitudes

subjetivas provenientes de uma linhagem de uma família, grupo ou classe social³⁷. De qualquer modo, o *habitus* é uma maneira duradoura de agir, sentir e pensar do grupo, família ou classe social de origem, que se situa num nível mais profundo das tradições familiares e das estratégias conscientes dos indivíduos, grupos e classes e, por isso, sua permanência não tem sujeito, o *habitus* tem a capacidade de realizar funções antigas face a situações novas.

Entendendo o *habitus* deste modo, isso nos leva a duas objeções em relação à teoria de Bourdieu. A primeira delas é a questão de pensar o *habitus* como alternativa à perspectiva subjetivista que entende a prática como o resultado da deliberação consciente dos atores em face de uma situação dada. Em contraposição ao subjetivismo, Bourdieu afirma a anterioridade do *habitus* em relação à consciência na produção das práticas, isto é, o *habitus* constrange o pensamento e o curso da ação por ser uma estrutura internalizada, mas não os determina completamente. Nas palavras do próprio autor, “o *habitus* está no princípio de encadeamento das ‘ações’, que são objetivamente organizadas como estratégias sem ser de modo algum o produto de uma verdadeira intenção estratégica [...]” (BOURDIEU, 1983a, p. 61). Ou, ainda,

O discernimento que está ao mesmo tempo no princípio de atos classificatórios e de seus produtos, isto é, de práticas, de discursos ou obras diferentes, portanto, discerníveis e classificáveis não é o ato intelectual de uma consciência formulando explicitamente seus fins numa escolha deliberada entre possíveis constituídos como tais por um projeto, mas a operação prática do *habitus* [...]. (BOURDIEU, 1991, p. 114).

A anterioridade do *habitus* em relação à linguagem e à consciência mostra como na teoria de Bourdieu a idéia de um ator criativo e com capacidade reflexiva é rechaçada: “Cada agente quer ele saiba ou não, quer ele queira ou não, é produtor e reproduzidor de seu sentido objetivo: porque suas ações e suas obras são o produto de um *modus operandi* do qual ele não é o produtor e do qual não tem o domínio consciente [...]” (BOURDIEU, 1983a, p. 72). Portanto, a teoria do *habitus* supõe que aquilo que o ator faz, pensa, avalia ou representa é menos produto da sua reflexividade e mais a manifestação das estruturas objetivas que ele internalizou ao longo da ocupação mais ou menos durável de uma posição social. Nesse sentido, a perspectiva de Bourdieu não teria aquela característica teórica que mencionamos, a saber, a consideração sobre a capacidade reflexiva do indivíduo sem reduzi-la às determinações objetivas e sociais. A presença desse reducionismo em Bourdieu fica

³⁷ Tal ambigüidade sobre a produção do *habitus* é também identificada por Claude Dubar (1997, p. 66-69).

claro quando consideramos a sua explicação, mencionada acima, da origem do *habitus*: este é produto ou das condições objetivas do grupo ou classe social do indivíduo ou a impregnação, através da educação, da cultura do grupo ou da classe. Tanto em uma como em outra explicação sobre a origem do *habitus*, a capacidade reflexiva do indivíduo não é levada em consideração no processo de assimilação das estruturas objetivas que conformam um *habitus*. Em suma, a idéia da anterioridade do *habitus* como interiorização da exterioridade em relação à consciência e à capacidade reflexiva do indivíduo deixa muito pouco espaço para idéia de um ator criativo e reflexivo.

Nossa segunda objeção é em relação a uma espécie de corolário da questão da anterioridade do *habitus* sobre a reflexividade do agente: entendido como o produto da interiorização de estruturas objetivas devido à ocupação duradoura de uma posição social, o *habitus* é anterior à consciência e à linguagem e, nesse sentido, as práticas dos atores tenderiam, portanto, a reproduzir essas estruturas e, deste modo, a teoria do *habitus* teria muito pouco a dizer sobre as diferenças de natureza individual e intragrupos ou classes sociais. Em outros termos, devido ao *habitus* estar geneticamente relacionado ao espaço social, mais especificamente, a uma posição no espaço social, ele tende a exprimir o espaço de posições diferentes entre si e uma tomada de posição prática sobre o espaço social como tal, do tipo: “estou no alto e aí tenho que permanecer”. Assim, o *habitus* é o “[...] princípio de estratégias de reprodução que tendem a manter as diferenças, as distâncias, as relações de ordem, concorrendo assim na prática (e não de modo consciente e deliberado) para reproduzir todos os sistemas de diferenças constitutivas da ordem social” (BOURDIEU, 1991, p. 115). A teoria do *habitus* de Bourdieu é, então, capaz de explicar as diferenças de percepção e comportamento **entre** os diferentes grupos que ocupam o mesmo espaço social e, não, as diferenças individuais dos membros do mesmo grupo social. Ilustrando essa objeção de maneira simplícista: a teoria do *habitus* é capaz de explicar as diferenças em relação às ações e percepções políticas de burocratas de Estado, camponeses e trabalhadores, por exemplo, mas não é capaz de compreender (talvez, no máximo, reconheça a existência) as diferenças de ação e percepção entre um grupo de camponeses. Essa limitação da teoria do *habitus* é importante de ser considerada por nós, na medida em que, o presente estudo pretende compreender um nível de diferença que a teoria de Bourdieu não alcança, qual seja: os diferentes sentidos que o trabalho autogerido assume entre os participantes de cooperativas de Economia

Solidária. Assim, essas são as duas razões – anterioridade do *habitus* em relação à consciência e à capacidade reflexiva do agente e a incapacidade da teoria do *habitus* explicar diferenças intragrupo sociais – que nos levaram a não adotar a perspectiva de Bourdieu nesta pesquisa.

A razão para analisarmos a Sociologia da Experiência de François Dubet (1994) surge em função de que concordamos com este autor em duas proposições: 1) atualmente, a ação dos atores é atravessada por uma pluralidade de lógicas de ação socialmente dadas; 2) os atores mantêm uma distância crítica e reflexiva em relação à realidade informada pela estrutura social e instituições através de papéis e scripts de ação. Entretanto, identificamos, na teoria de Dubet, uma certa inadequação ao tratamento dispensado ao objeto construído para este estudo.

Dubet parte da constatação de uma profunda desestruturação da representação de sociedade da sociologia clássica³⁸. Esta última procurou responder às questões postas pelas modernas sociedades democráticas e industriais: qual a natureza da mudança social que pode conduzir as sociedades a uma linha comum de evolução? Qual é a natureza da ordem social e sua relação com as condutas dos agentes? O que caracteriza a sociologia clássica, segundo Dubet, é ter respondido ou pelo menos enfrentado essas questões a partir de uma matriz comum: “o actor individual é definido pela interiorização do social, a ação é tão-só a realização das normas de um conjunto integrado em torno de princípios comuns aos actores e ao sistema” (DUBET, 1994, p. 14). Atualmente, em função das profundas mudanças sofridas nas sociedades contemporâneas, a perspectiva da sociologia clássica tornou-se uma entre tantas. Houve, então, um desmembramento da disciplina sociológica e, por conseguinte, uma proliferação de teorias, sendo que cada uma dessas oferece uma visão distinta sobre a sociedade e sua relação com o indivíduo. Portanto, se na sociologia clássica o vínculo entre o ator e o sistema era central, a dispersão do modelo clássico implicou numa multiplicidade de soluções para esta questão (estrutura/ação, sistema/ator, objetividade/subjetividade, etc.), culminando na própria rejeição da idéia de sistema. Além disso, a maior parte da sociologia contemporânea, para Dubet, critica a concepção de ação do paradigma clássico, na medida em que este último identifica o

³⁸ Importante ressaltar que aquilo que Dubet chama de “sociologia clássica” consiste numa suposta tradição teórica que vai de Durkheim e Marx, passando por Parsons e os estruturalistas mais contemporâneos. Excluindo, assim, autores fundadores da sociologia como Max Weber, Georg Simmel, entre outros (DUBET, 1994, p. 22-36).

ator com o sistema, fazendo com que a ação seja o mero resultado da interiorização do social, isto é, a ação consiste na consecução de um papel interiorizado pelo ator.

Tendo em vista esse “despedaçamento” da sociologia clássica, Dubet defende a elaboração de teorias de médio alcance que não tenham a ambição de fornecer uma visão unificada do mundo social. A sua Sociologia da Experiência Social é uma dessas teorias. Nas palavras do autor:

É nesta perspectiva que eu sugiro aqui a construção da noção de *experiência social*, noção esta que designa as condutas individuais e colectivas dominadas pela heterogeneidade dos seus princípios constitutivos, e pela actividade dos indivíduos que devem construir o sentido das suas práticas no próprio seio desta heterogeneidade. (DUBET, 1994, p. 15).

A escolha da noção de *experiência social*, por parte do autor, deu-se em função de que as condutas, por ele analisadas em suas pesquisas, não eram redutíveis a papéis e nem à busca estratégica de interesses. Em contrapartida, a noção de experiência social detém três características essenciais: 1) *heterogeneidade dos princípios culturais e sociais que organizam as condutas* – papel, posição social e cultura não bastam mais para definir os elementos constitutivos da ação dos indivíduos, pois estes já não cumprem mais um programa definido e, sim, constroem uma unidade a partir de vários elementos da vida social e de uma multiplicidade de orientações que trazem consigo; 2) *distância subjetiva que os indivíduos mantêm com o sistema* – esta atitude de distância ou reserva em relação ao sistema e seus derivativos (papéis, por exemplo) “[...] procede da heterogeneidade das lógicas da ação que se cruzam hoje na experiência social, e é então vivida como um problema porque ela torna cada um em autor de sua experiência [...]” (DUBET, 1994, p. 17). Portanto, os atores não aderem totalmente aos valores e papéis do sistema; 3) *construção da experiência coletiva substitui a noção de alienação no centro da análise sociológica* – atualmente, não existe um conflito central e nem um movimento capaz de unir os indivíduos em torno de um projeto comum. Neste contexto, a alienação ocorre quando as relações de dominação impedem os atores de ter o controle sobre suas experiências sociais. Podemos vislumbrar, aqui, dois pontos em que convergimos com François Dubet, o da distância entre o ator e o sistema que resulta numa capacidade reflexiva do ator a respeito de suas condutas, e a pluralidade ou heterogeneidade de princípios e lógicas de ação que o sujeito se defronta na construção de sua experiência. Mas, continuemos para chegar a nossas divergências em relação ao autor.

O social, segundo Dubet (1994, p. 140-156), é composto da sobreposição de três grandes sistemas: *comunidade* ou *sistema de integração*, *mercado* ou *de competição*, e *cultural* ou *de subjetivação*. Cada um desses sistemas possui, respectivamente, uma lógica de ação: *integração* (o ator é definido por seus vínculos com a comunidade), *estratégia* (o ator é definido por seus interesses), e *subjetivação* (o ator é sujeito crítico frente a um sistema de dominação). Assim, na lógica de integração, a identidade do ator traduz-se na submissão e incorporação de valores institucionalizados através de papéis. As relações sociais no sistema de integração são marcadas pela oposição “nós/eles” e a ação é direcionada por valores e normas sociais. Na lógica da estratégia, a identidade é um recurso num mercado concorrencial e, neste sentido, ela está mais associada à noção de status do que de papel. As relações sociais no sistema de mercado são definidas em termos de concorrência e de interesses individuais e coletivos. E a ação é orientada de acordo com as regulações da competição entre os atores (“as regras do jogo”) e os seus interesses. Por fim, na lógica da subjetivação, a identidade é entendida como a capacidade do ator em se tornar e se perceber como autor da própria vida. As relações são tidas como obstáculos à expressão da subjetividade e o que orienta a ação é a luta contra a alienação a partir da cultura (sendo esta, não um sistema de valores que sustenta a sociedade, mas, sim, a definição histórica do sujeito). Deste modo, para Dubet, o indivíduo constrói o sentido da sua experiência e a sua identidade a partir dessas três lógicas – integração, estratégia e subjetivação – fornecidas por seus sistemas sociais correspondentes. É aqui que chegamos à nossa objeção com relação à teoria de Dubet. Concordamos com ele que o ator através da sua capacidade reflexiva constrói o sentido da sua ação, da sua experiência a partir de lógicas e princípios heterogêneos e dados pela sociedade. Contudo, o autor não explica de que modo os atores realizam uma dada combinatória de lógicas de ação, ou seja, quais são elementos que moldam esse trabalho reflexivo no qual o ator combina as lógicas de integração, estratégia e subjetivação. A razão para Dubet não explicar essa questão é muito simples: para ele a “experiência social é o resultado de uma *articulação aleatória* entre essas três lógicas” (WAUTIER, 2003, p. 182. Grifos nossos). Conseqüentemente, através da teoria de François Dubet, não conseguimos explicar por que um ator “X” realizou uma combinatória “A” das três lógicas de ação para dar sentido à experiência social “K” e o ator “Y” realizou uma combinatória “B” para dar sentido à mesma experiência “K”. Não podemos desprezar esse limite da teoria da experiência social

em função do objetivo central do presente estudo que é compreender os diferentes sentidos que o trabalho autogerido assume para os participantes de cooperativas de Economia Solidária. Através da teoria de Dubet, poderíamos apenas, então, identificar os diferentes sentidos do trabalho autogerido construído através de diferentes combinatórias de lógica de ação; e, como já foi expresso, neste estudo não queremos apenas identificar e analisar os diferentes sentidos do trabalho autogerido, mas, também, entender a razão das diferenças de sentido deste trabalho. Em suma, a sociologia da experiência permite analisar as diferenças dos sentidos do trabalho autogerido em função da variação de combinatórias de lógicas de ação, mas não é possível, através desta teoria (e pensamos que essa questão não se coloca para Dubet), explicar o que levou um ator realizar uma combinatória de lógicas de um tipo e outro ator, frente à mesma experiência, formular uma combinatória diferente.

2.2.2 Estoque de conhecimento, socialização e articulação biográfica: compreendendo os sentidos da ação a partir de Schutz, Berger e Luckmann

A capacidade reflexiva do ator está no centro do projeto de Sociologia do Conhecimento de Peter Berger e Thomas Luckmann (1999). Isso se evidencia quando esses autores defendem a idéia de que este tipo de sociologia deve se ocupar, especialmente, do conhecimento do senso comum:

Sendo assim, a sociologia do conhecimento deve acima de tudo ocupar-se com que os homens ‘conhecem’ como ‘realidade’ em sua vida cotidiana [...]. É precisamente este ‘conhecimento’ que constitui o tecido de significados sem o qual nenhuma sociedade pode existir. (BERGER e LUCKMANN, 1999, p. 29-30).

Berger e Luckmann (1999, p. 30-31) reconhecem que essa idéia de colocar, no centro da análise, o conhecimento que o ator possui da realidade é caudatária de Alfred Schutz. Este ressaltou não só a importância de compreender e identificar as formas de interação social e os componentes objetivos e socialmente dados que configuram a realidade cotidiana (ou, usando a terminologia de Schutz, o *mun-do-da-vida*³⁹), mas, também, o modo pelo qual os atores compreendem e significam essa realidade, ou seja, a estrutura de pensamento da *atitude natural* (SCHUTZ e LUCKMANN, 1973, p. 3-20). Enfim, o desafio teórico que ocupa esse grupo de autores é o entendimento do processo dialético no qual a realidade *sui generis* da sociedade é constituída através da atividade reflexiva e (inter)subjetiva dos indivíduos e, simultaneamente, essa atividade é moldada pelas condições dadas social e

³⁹ Os termos em português cuja autoria seja atribuída à Schutz foi por nós traduzidos do inglês.

historicamente. Reside aqui, então, a riqueza da perspectiva teórica destes autores para nossa pesquisa, pois o objetivo desta última é compreender de que modo o sentido do trabalho autogerido é construído reflexivamente pelo indivíduo a partir das determinações sociais inscritas na sua biografia. Nesse sentido, para cumprirmos com esse objetivo, valemo-nos dos conceitos de estoque social e subjetivo de conhecimento (SCHUTZ e LUCKMANN, 1973, p. 99-182, 243-318; BERGER e LUCKMANN, 1999, p. 61-65), socialização primária e secundária (BERGER e LUCKMANN, 1999, p. 173-195) e de articulação biográfica (SCHUTZ e LUCKMANN, 1973, p. 56-58, 92-98, 111-113).

Inspirados em Schutz, Berger e Luckmann (1999) afirmam que o ser humano é capaz de exteriorizar processos subjetivos e objetivá-los, isto é, consegue manifestar seus processos subjetivos em produtos resultantes de sua atividade reflexiva. Assim, através da sua faculdade reflexiva e expressiva, o indivíduo é capaz de objetivar um processo subjetivo através da sua materialização em “produtos” como um gesto, artefato ou sinal e, na medida em que ele realiza esse processo de produção, a sua realidade subjetiva torna-se acessível não só ao indivíduo como aos seus pares, tornando-se, deste modo, uma realidade compartilhada, ou seja, objetiva. A forma mais importante de objetivação é a significação, ou seja, a produção humana de sinais que servem de índices de significados subjetivos. Os sinais, ao seu turno, agrupam-se em sistemas que, também, são objetivações, pois são acessíveis além da expressão da intenção subjetiva “aqui e agora”.

A linguagem é o mais importante, segundo Berger e Luckmann (1999, p. 56), sistema de sinais da sociedade humana. “A vida cotidiana é sobretudo a vida com a linguagem, e por meio dela, de que participo com meus semelhantes. A compreensão da linguagem é por isso essencial para minha compreensão da realidade da vida cotidiana” (BERGER e LUCKMANN, 1999, p. 57). A linguagem possui uma propriedade que lhe é peculiar, qual seja: a capacidade de comunicar significados que não são expressáveis de forma direta no “aqui e agora”. Em outras palavras, através da linguagem posso falar de coisas que não estão presentes comigo. “Deste modo, a linguagem é capaz de se tornar o repositório objetivo de vastas acumulações de significados e experiências, que pode então preservar no tempo e transmitir às gerações seguintes” (BERGER e LUCKMANN, 1999, p. 57). Portanto, é essa propriedade da linguagem que a faz ser o mecanismo que torna possível ao ser

humano criar uma realidade objetiva que transcenda a sua mortalidade e a dos seus contemporâneos e, por conseguinte, seja transmissível para geração seguinte.

Justamente essa capacidade da linguagem de permanecer para além dos indivíduos que a produzem e reproduzem, é que lhe confere uma outra particularidade, a saber, a de ela mesma ser uma objetividade, isto é, um fato externo ao indivíduo e que, por isso, exerce uma coerção sobre ele, ou seja, a linguagem força o indivíduo a enquadrar a sua reflexividade e experiências nos seus padrões:

[...] a linguagem é flexivelmente expansiva de tal modo que me permite objetivar um grande número de experiências que encontro em meu caminho no curso da vida. A linguagem também tipifica as experiências, permitindo-me agrupá-las em amplas categorias, em torno das quais tem sentido não somente para mim mas também para meus semelhantes. (BERGER e LUCKMANN, 1999, p. 59).

A linguagem, portanto, possui uma dupla propriedade: é meio de objetivação de um processo subjetivo e objetividade que modela os processos subjetivos. Em outros termos, aprendendo uma linguagem conhecemos uma realidade e através da linguagem produzimos e modificamos uma realidade. Portanto, se quisermos ter acesso ao sentido e significado de uma realidade é preciso buscá-lo na linguagem que os sujeitos usam para falar dessa. Tendo em vista essa perspectiva, a presente pesquisa optou por compreender os sentidos do trabalho autogerido a partir da fala dos trabalhadores a respeito deste trabalho.

Podendo a linguagem tipificar e objetivar uma gama infinita de experiências subjetivas, ela, então, constrói o que Berger e Luckmann (1999, p. 61-62) chamam de *campos semânticos* ou *zonas de significação*. Esses últimos nada mais são que o conjunto de objetivações lingüísticas que se referem a um campo específico da atividade humana (produção, sexualidade, família, alimentação, etc.). Nesse sentido, por exemplo, o conjunto de objetivações lingüísticas referentes à minha ocupação constitui o campo semântico que ordena *significativamente* todos os acontecimentos, objetos, pessoas e ações da realidade cotidiana do meu trabalho. Portanto, através da constituição de zonas de significação, a experiência subjetiva é objetivada, acumulada e conservada. Em função de as zonas de significação possibilitarem a acumulação das experiências subjetivas de um campo de atividade específico, elas constituem o *estoque social de conhecimento* que é transmitido de uma geração para outra (BERGER e LUCKMANN, 1999, p. 61-62). Cabe reforçar que os campos semânticos são formados a partir da objetivação do conhecimento subjetivo advindo das interações dos indivíduos num determinado campo da atividade humana; todavia, nem

todas as objetivações, produzidas pelos indivíduos nestes campos de atividade, irão fazer parte do estoque social de conhecimento, somente aquelas objetivações, criadas a partir de uma experiência comum aos participantes de um mesmo campo de atividade e, também, somente quando são objetivadas em um sistema de sinais, é que irão fazer parte do estoque social de conhecimento: “A linguagem objetiva as experiências partilhadas e torna-as acessíveis a todos dentro da comunidade lingüística, passando a ser assim a base e o instrumento do acervo coletivo de conhecimento” (BERGER e LUCKMANN, 1999, p. 96). Uma vez que o estoque social de conhecimento está estruturado em zonas de significação relativas a um campo específico de atividade, podemos deduzir que essa estrutura se torna mais ou menos complexa na medida em que os campos de atividades se especializam e se fragmentam ou, em outros termos, a estrutura do estoque de conhecimento varia de acordo com o grau de complexificação da divisão social do trabalho. Abrem-se, então, as condições necessárias para que haja uma distribuição social do estoque de conhecimento, isto é, os indivíduos passam a vivenciar apenas alguns tipos ou campos de atividade e, portanto, assimilam apenas aqueles conhecimentos relativos a essas atividades (SCHUTZ e LUCKMANN, 1973, p. 304-318). Assim, o estoque social de conhecimento fornece ao indivíduo uma tipificação sobre sua posição no mundo social e as possibilidades e limites que esta representa, por exemplo, “sou pobre, portanto, não posso esperar ter uma mansão”. Este tipo de conhecimento pode muitas vezes configurar um *papel*, isto é, tipificações do que se espera dos atores em determinada situação social (BERGER e LUCKMANN, 1999, p. 101-110); fornece um “conhecimento de receita” para a consecução de certas rotinas – “devo me dirigir à embaixada para conseguir um visto em meu passaporte” – ou seja, é um conhecimento que diz ao indivíduo o que deve fazer frente a determinado tipo de situação. Se esses conhecimentos de receitas referem-se a condutas habituais de um setor específico da realidade social, temos conhecimentos institucionalizados; e, por fim, fornece tipificações a respeito de pessoas (colega de trabalho e parente) e de situações (reunião de trabalho e festa de aniversário). Portanto, o estoque social de conhecimento influencia diretamente no modo como a pessoa percebe e age na realidade social e é formado a partir do acúmulo e preservação de objetivações lingüísticas em zonas de significância. Cabe destacar que, Alfred Schutz (SCHUTZ e LUCKMANN, 1973, p. 261-304, 319-323) possui a mesma visão de Berger e Luckmann sobre o estoque social de conhecimento, ou seja, este autor também

identifica a origem do estoque de conhecimento nos processos de objetivação e reconhece que tem uma influência significativa na conduta e na percepção humana. Portanto, uma vez que os conhecimentos do estoque social são assimilados e sedimentam-se na consciência do indivíduo, eles exercem uma influência significativa na sua percepção sobre si, sobre o mundo em que vivem e nas suas condutas. Mas por que esse conhecimento possui essa influência?

Sabemos que o estoque social de conhecimento é resultado de processos de exteriorização humana que são objetivados em um sistema de sinais. O que ocorre é que a exteriorização e a objetivação são momentos de um processo dialético contínuo, no qual o terceiro momento é a *interiorização* que consiste na (re)introdução da realidade social objetiva na consciência do indivíduo. Assim, é somente através da transmissão, via interiorização, da realidade social objetiva, que o indivíduo se torna participante da dialética que produz a realidade social. Cabe destacar que nem todos os conhecimentos interiorizados pelo indivíduo advêm do estoque social de conhecimento, mas, também, de experiências que lhe são próprias (por exemplo, ler um livro, ver um filme, ter uma certa doença, etc.) e a partir das quais ele realizou um processo de exteriorização e objetivação, sedimentando o conhecimento dessa experiência na sua consciência. Assim, o conjunto de conhecimentos interiorizados pelo indivíduo seja do estoque social, seja de experiências que lhe são próprias conformam o que podemos chamar de *estoque subjetivo de conhecimento* (SCHUTZ e LUCKMANN, 1973, p. 243-260). Este, portanto, será a base pela qual ele irá perceber e atuar no mundo social.

Tendo em vista essa dialética da realidade social (exteriorização-objetivação-interiorização), é que essa pesquisa toma como pressuposto teórico que, para compreender a construção dos sentidos do trabalho autogerido para os trabalhadores, é necessário examinar o estoque subjetivo de conhecimento que está por trás desta construção. Contudo, esse estoque não é uma entidade material e exterior a qual o pesquisador pode “abrir” e fazer um “inventário” dos itens presentes no estoque de conhecimento de um indivíduo. E, mesmo que fosse possível fazer um inventário dos itens do estoque subjetivo de conhecimento de uma pessoa, isso não nos permitiria compreender de fato a construção do sentido do trabalho autogerido, ou seja, seria como dizer que determinada casa foi construída com tijolo, madeira e cimento. Estaríamos respondendo a pergunta do que essa casa é feita e, não, *como* ela foi feita, o que possibilitou juntar tijolo, madeira e cimento resultando numa casa. Portanto, não

estamos interessados aqui em analisar quais são as receitas, tipificações e sistemas de classificação e avaliação que conformam um determinado sentido do trabalho autogerido e, sim, que tipo de processo possibilitou a construção reflexiva deste ou daquele sentido. Isso implica dizer que devemos analisar qual foi o processo que constituiu o estoque subjetivo de conhecimento que tornou possível ao sujeito construir reflexivamente um determinado sentido para a experiência de trabalho autogerido. Logo, cabe a pergunta: qual é o processo através do qual o indivíduo assimila tipificações, receitas e esquemas de classificação e julgamento? Berger e Luckmann denominam esse processo de *socialização*, que pode ser definido como “[...] a ampla e consistente introdução do indivíduo no mundo objetivo de uma sociedade ou de um setor dela” (BERGER e LUCKMANN, 1999, p. 175). Vejamos mais de perto esse processo.

Como vimos, a sociedade é uma realidade objetiva e subjetiva, o que implica entendê-la através de um processo dialético composto de três momentos: exteriorização, objetivação e interiorização. Vimos, também, que os dois primeiros momentos são a base pelo qual o estoque social de conhecimento é formado. Entretanto, os indivíduos não nascem em um mundo sem objetivações previamente constituídas que, ao seu turno, conformam um estoque social de conhecimento através de um sistema lingüístico. “Por conseguinte, na vida de cada indivíduo existe uma seqüência temporal no curso da qual é induzido a tomar parte na dialética da sociedade” (BERGER e LUCKMANN, 1999, p. 173-174). Sendo assim, o ponto de partida deste processo de tornar-se partícipe da dialética da sociedade é a *interiorização*, definida como: “[...] apreensão ou interpretação imediata de um acontecimento objetivo como dotado de sentido, isto é, como manifestação de processos subjetivos de outrem [...]” (BERGER e LUCKMANN, 1999, p. 174). É através da interiorização que compreendemos os nossos pares e a realidade social como realidade dotada de sentido. É fundamental destacar, que aquilo que é apreendido na interiorização não é uma criação autônoma e, sim, a apreensão do mundo no qual os outros vivem também. Portanto, através da interiorização apreendemos a realidade objetivada previamente e os conhecimentos pertencentes a ela e que conformam o estoque social de conhecimento. Neste sentido, a socialização é o processo pelo qual interiorizamos as objetivações necessárias para que possamos participar da dialética da sociedade e de uma realidade cujo sentido eu compartilho com os demais.

Para Berger e Luckmann (1999) existem dois tipos de socialização: a primária que ocorre na infância e introduz o indivíduo como membro da sociedade; e a secundária que é qualquer processo subsequente que introduz o indivíduo em novos setores do mundo objetivo de sua sociedade. A socialização primária ocorre através dos primeiros indivíduos que a pessoa trava relações, ou seja, seus pais ou, de modo mais genérico, os *outros significativos*. Nesse sentido, o ser humano nasce em uma estrutura social objetiva, dentro da qual ele encontra os outros significativos que se encarregam da sua socialização primária, isto é, fornecem-lhe, através da interação, definições, conhecimentos que irão constituir a realidade objetiva do indivíduo que é socializado. “Os outros significativos que estabelecem a mediação deste mundo para ele [a criança a ser socializada] modificam o mundo no curso da mediação. Escolhem aspectos do mundo de acordo com sua própria localização na estrutura social [...]” (BERGER e LUCKMANN, 1999, p. 176). Isso significa que o indivíduo interioriza a perspectiva comum e os conhecimentos do estoque social acessíveis ao estrato social a qual os seus outros significativos pertencem.

A interiorização na socialização primária implica, portanto, na identificação: “A criança absorve os papéis e as atitudes dos outros significativos, isto é, interioriza-os, tornando-os seus” (BERGER e LUCKMANN, 1999, p. 176-177). E, ainda, o indivíduo não só assume as atitudes e os papéis como também o mundo dos outros significativos. Assim, a criança pode criar uma identidade para si através da interiorização dos papéis e atitudes dos outros significativos e, também, determinar a “localização” dessa identidade no mundo.

No curso da socialização primária, a consciência do indivíduo sofre um processo progressivo de abstração dos papéis e atitudes dos outros significativos em particular para papéis e atitudes em geral. Essa abstração é chamada de *outro generalizado* (BERGER e LUCKMANN, 1999, p. 178). Sua formação na consciência significa que a pessoa identifica-se com outros específicos e com a sociedade de modo geral: “A sociedade, a identidade e a realidade cristalizam subjetivamente no mesmo processo de socialização. Essa cristalização ocorre juntamente com a interiorização da linguagem” (BERGER e LUCKMANN, 1999, p. 179). Essa interiorização ocorre porque a linguagem é o principal instrumento de socialização e ela oferece a interiorização de esquemas interpretativos e motivacionais que, ao seu turno, oferecem tipificações e receitas para operar na vida cotidiana. Por fim, a socialização primária termina quando o outro generalizado é interiorizado (isto é, uma determinada

visão sobre como funcionam as coisas no mundo e tipificações sobre determinados papéis e atitudes abstratas), mas o processo de socialização não acaba, ou seja, novas interiorizações irão ocorrer na biografia ulterior do indivíduo – tais interiorizações são chamadas de *socialização secundária* (BERGER e LUCKMANN, 1999, p. 184-195).

A socialização secundária consiste na “[...] interiorização de ‘submundos’ institucionais ou baseados em instituições. A extensão e caráter destes [submundos] são portanto determinados pela complexidade da divisão do trabalho e a concomitante distribuição social do conhecimento” (BERGER e LUCKMANN, 1999, p. 184-185). Neste sentido, a socialização secundária envolve a interiorização de campos semânticos específicos que estruturam significativamente as condutas e interpretação das rotinas de uma área da atividade humana. Portanto, a formação de um estoque subjetivo de conhecimento é parcialmente⁴⁰ determinada pelos processos de socialização primária e secundária que o indivíduo sofreu ao longo da sua vida. Cabe destacar, então, que, primeiro, os conhecimentos interiorizados na socialização primária, como aqueles que o são na socialização secundária, são conhecimentos pertencentes ao estoque social de conhecimento; e, segundo, que, na socialização primária, os conhecimentos do estoque social que são interiorizados são aqueles pertencentes ao estrato social dos outros significativos e, na socialização secundária, são os conhecimentos do estoque social referentes a uma zona de significação da atividade humana. Nesse sentido, para compreendermos as diferentes formações dos estoques subjetivos de conhecimento, bastaria identificar o estrato social dos outros significativos e os submundos de campos semânticos aos quais o indivíduo pertenceu e pertence. Entretanto, isso revelaria apenas diferenças de estoque de conhecimento de indivíduos relativas aos diferentes grupos ou estratos sociais e, nesta pesquisa, procuramos apreender diferenças no estoque subjetivo de conhecimento entre membros de um mesmo grupo social, a saber, os trabalhadores de cooperativas de Economia Solidária. Tendo em vista essa limitação da teoria de socialização de Berger e Luckmann (1999), é que acrescentamos nesta o conceito de Schutz de *articulação biográfica*.

Esse conceito nos permite entender o seguinte: tal como nossa situação presente no mundo é o resultado da trajetória passada de sucessivas experiências, assim, também ocorre com nosso estoque subjetivo de conhecimento: “*Situation and*

⁴⁰ Parcialmente porque, como vimos, o estoque subjetivo de conhecimento é formado também por objetivações advindas de experiências peculiares ao indivíduo.

the stock of knowledge both have a history. The latter is the ‘product’ of experiences sedimented in it; the former is the ‘result of prior situations’ (SCHUTZ e LUCKMANN, 1973, p. 111). Sendo assim, se o estoque de conhecimento subjetivo é resultado da sedimentação de conhecimentos advindos de experiências anteriores (de socialização ou não), não é somente os aspectos socialmente dados (estrato social dos outros significativos e tipo de submundo institucionais) destas experiências que irão moldar esse estoque, ou seja, os conhecimentos que interiorizamos podem até ser socialmente dados, mas a forma, as características das experiências através das quais interiorizamos esses conhecimentos, possui uma seqüência, duração e intensidade no curso da vida dos indivíduos:

Indeed, the stock of knowledge, through which I determine the present situation, has its ‘unique’ biographical articulation. This refers not only to the content, the ‘meaning’ of all prior experiences sedimented in it, in situations. It refers also to the intensity (lived experiential nearness and depth), duration, and sequence of these experiences. This circumstance is of singular importance, since it really constitutes the unique biographical articulation of the individual stock of knowledge [...]. (SCHUTZ e LUCKMANN, 1973, p. 111-112).

Nesse sentido, *“the structure of the subjective stock of knowledge is determined by the processes of the acquisition of knowledge”* (SCHUTZ e LUCKMANN, 1973, p. 304). Portanto, os conhecimentos socialmente dados através da socialização irão variar não só no seu conteúdo, mas, também, em função do momento da minha vida, durante quanto tempo e com que intensidade eu os internalizei. O conceito de articulação biográfica faz com que analisemos não somente que tipos de processos de socialização que o indivíduo sofreu, mas, também, o modo como esses processos ocorreram (do ponto de vista da duração, seqüência e intensidade) na biografia do indivíduo. Assim, podemos acessar diferenças mais sutis na formação do estoque subjetivo de conhecimento do que aquelas dadas por variações no estrato social e no tipo de campo da atividade humana. Tendo em vista essa perspectiva que une a teoria da socialização de Berger e Luckmann com o conceito de articulação biográfica, é que falamos nesta pesquisa em *biografias de socialização*, isto é, analisamos as diferenças do sentido do trabalho autogerido entre trabalhadores através de um conjunto de características sobre seus processos de socialização e não somente em quais submundos institucionais eles foram socializados e a que estratos sociais as suas famílias de origem pertenciam.

Por fim, a partir dessa perspectiva teórica, o processo de análise realizado nesta pesquisa foi organizado em torno dos seguintes pressupostos: 1) podemos identificar os sentidos do trabalho autogerido através da linguagem (entendida, aqui, como um sistema de sinais que denotam tipificações, receitas, classificações e avaliações referentes a uma experiência) que o trabalhador usa para descrever, definir e conhecer esse tipo de trabalho; 2) o tipo de linguagem e o modo como o indivíduo a utiliza para dotar de sentido a experiência de trabalho autogerido, depende de seu estoque subjetivo de conhecimento; 3) diferenças no sentido do trabalho autogerido se devem a diferenças nos estoques subjetivos de conhecimento; 4) as diferenças nos estoques subjetivos são resultantes e podem ser compreendidas através de variações nas biografias de socialização dos trabalhadores.

CAPÍTULO 3 – OS SENTIDOS DO TRABALHO AUTOGERIDO E AS BIOGRAFIAS DE SOCIALIZAÇÃO

Este capítulo está dividido em duas partes. Na primeira parte (*os sentidos do trabalho autogerido*), trataremos de definir os diferentes significados que assume a experiência de trabalho autogerido para os trabalhadores. Através da análise dos dados de 28 entrevistas estruturadas, identificamos quatro tipos de sentido: 1) **político** – o trabalho autogerido representa a possibilidade de inserção num processo de mudança da realidade social e do comportamento das pessoas; 2) **coletivista** – o sentido do trabalho autogerido é ser meio de expressão de um espírito de grupo que visa, através da união e cooperação, a promover o bem-estar econômico dos membros do coletivo de trabalho. Não possui uma dimensão política, porque a autogestão e a cooperativa são vistas como meios para a transformação unicamente da vida das pessoas envolvidas no empreendimento; 3) **capitalista** – o trabalho autogerido e a cooperativa só têm sentido se promoverem uma inserção competitiva no mercado e visar ao lucro como um fim em si mesmo; 4) **sobrevivência individual** – o trabalho autogerido, para este grupo de indivíduos, tem o sentido de ser uma saída, na falta de uma melhor (trabalho com carteira muitas vezes), para a sobrevivência material e financeira. Neste caso, a experiência de autogestão é desprovida de qualquer sentido para além de ser mero instrumento de sobrevivência. O sentido do trabalho autogerido foi determinado a partir da análise do modo como o trabalhador descreve e define as seguintes dimensões que conformam a experiência de trabalho autogerido: objetivos, resultados e interesses; processos de participação; propriedade coletiva; e relação entre os pares⁴¹. Contudo, é o modo como essas dimensões se articulam e se relacionam na fala do trabalhador que determina o sentido do trabalho e, não, o sentido de cada uma dessas categorias individualmente consideradas. Por isso, algumas vezes, como poderá ser percebido na leitura dos extratos de entrevistas a seguir, pode acontecer que entrevistados, cujo sentido do trabalho autogerido seja diferente, expressem um discurso semelhante com relação a uma prática das categorias mencionadas, por exemplo, a função da assembleia geral como elemento que pertence à categoria “processos de participação”. Portanto, uma mesma definição da função da assembleia geral pode pertencer a dois sentidos diferentes do trabalho autogerido, pois este último é constituído não em função de uma ou de outra dimensão

⁴¹ Cada uma dessas dimensões está definida na introdução deste trabalho, ver p.36-37.

que conforma a experiência autogestionária, mas do modo como essas dimensões se articulam significativamente na fala do trabalhador na hora em que ele manifesta a sua visão sobre essa experiência.

Na segunda parte (*as biografias de socialização*), definiremos os tipos de biografias que estão por trás da construção de cada sentido do trabalho autogerido. Os processos de socialização serão caracterizados através das seguintes dimensões, tendo em vista sua articulação biográfica: *família, trabalho, educação, sindicato, política e religião*. Analogamente ao que foi discutido no parágrafo anterior, o importante não são as dimensões das biografias de socialização individualmente consideradas, mas, sim, o modo como se articulam biograficamente. Assim, por exemplo, trabalhadores, cujo sentido do trabalho autogerido seja diferente, podem ter tido experiências de trabalho assalariado formal, porém, o que é central para a nossa análise é o modo como essa experiência está diferentemente articulada biograficamente com outras.

3.1 Os Sentidos do Trabalho Autogerido

3.1.1 O sentido político do trabalho autogerido

Antes de entrarmos na definição deste tipo de sentido do trabalho autogerido, faremos, através da tabela abaixo, uma breve caracterização dos trabalhadores que atribuem, de uma forma ou de outra, um sentido político para experiência de autogestão cooperativa⁴².

Tabela 1 – Caracterização dos Trabalhadores de Sentido Político

Cooperativa a qual pertence	Idade	Sexo	Grau de Escolarização	Tempo de cooperativa*	Cargo
C3	55	Feminino	Primeiro Grau Incompleto	2 anos	Produção e Presidente
C1	48	Masculino	Primeiro Grau Incompleto	6 anos	Presidente
C5	38	Masculino	Superior Incompleto	6 anos	Presidente

* Tempo estimado.

Fonte: Dados de Entrevistas

⁴² Essa e as tabelas no início das subseções seguintes da parte sobre os sentidos do trabalho autogerido possuem uma função meramente ilustrativa, isto é, não são levadas em consideração no processo de análise propriamente dito. As tabelas servem para o leitor ter uma idéia do perfil dos entrevistados cujas falas estão representadas nos extratos de entrevistas.

Se pudéssemos definir a lógica deste perfil em uma palavra, esta seria *transformação*, pois a cooperativa e o trabalho autogerido aparecem como a possibilidade de mudar uma realidade local:

L: Quais são os principais desafios, os principais problemas da cooperativa?

E: Desafios são vários. Todos os dias têm desafios. Desafio tu enfrenta diversos. Têm pessoas que dentro da própria sociedade, dentro da própria comunidade que trabalham, daquele tipo de organização, que são contra. São pessoas que são contra o tipo de organização, porque são pessoas que gostam de fazer uma política suja. Isso pra mim é uma desvantagem, porque as pessoas têm que fortalecer, não desfortalecer. Não adianta tu desfortalecer uma cooperativa. Falar de uma cooperativa. Tem que dar apoio pra aquela cooperativa. Então, têm pessoas que ainda têm essa cultura. Têm pessoas que têm aquela cultura muito de assistencialismo. Então, numa cooperativa, a partir do momento que ela começa a trabalhar, ela tira o pessoal do anonimato, bota no convívio social, trabalha e pára de ter assistencialismo. Porque as pessoas estão ganhando, sendo remuneradas. (C1, 48 anos, Presidente)

A cooperativa é uma forma de transformar a vida das pessoas de uma comunidade:

L: Você acha que o trabalho que você faz é útil? Por quê?

E: Sim. Têm algumas pessoas que ainda precisam aprender e estão aprendendo e eu acho que aí já é útil. Segundo, quando eu vejo as pessoas com as bolsas que nós fizemos, eu acho maravilhoso, daí vem a satisfação pessoal, e, na questão de gerar renda, que as pessoas consigam mudar um pouquinho a mentalidade, as pessoas se sintam também partes da cooperativa, saber que é possível sim. (C3, 55 anos, Produção e Presidente)

Ou, ainda, o trabalho autogerido e a cooperativa como uma forma de inserção num projeto político mais amplo:

L: Como você vê o seu futuro?

E: O meu futuro é o seguinte, eu imagino ajudar, primeiro, a sedimentar esse projeto aqui. Segundo, com que a gente gradativamente vá demonstrando que os trabalhadores têm condições de gerenciar, não só a sua vida, porque isso eles já têm, mas gerenciar os seus negócios, a sua forma de sobreviver. Não precisa ser de forma individual, pode ser de forma coletiva, tu podes distribuir renda, tu podes melhorar o ambiente de trabalho. Podes fazer muita coisa. Então, eu trabalho com uma perspectiva de futuro de ajudar a construir isso. Por isso que gasto tempo com a Unisol Brasil, gasto tempo com o Conselho Nacional de Economia Solidária, que vou para Brasília segunda, terça e quarta, vou para não sei aonde, vou para tudo que é canto, é ligação do Brasil todo pedindo que a gente vá contar experiência, ajudar a organizar, enfim...(C5, 38 anos, Presidente)

Assim, as vantagens de trabalhar em um empreendimento autogerido estão ligadas à idéia de estar colocando em prática estas ambições de natureza política. As vantagens deste tipo de trabalho, portanto, estão relacionadas em estar fazendo “algo diferente”:

L: Quais são as vantagens de trabalhar na cooperativa?

E: Primeiro, é uma questão concreta para tu enfrentar o desemprego. Segundo, uma empresa, ela se relaciona com muitas coisas, eu posso falar de produção, posso falar de comercialização, posso falar de finanças, posso falar de tecnologia, posso falar de economia, posso falar de muito assunto, que seguramente nunca eu iria falar. Nunca. Não iria chegar nem perto. Eu diria que 99% dos trabalhadores brasileiros não chegam a falar sobre isso e não vai ser tão logo que vão falar. Então, isso te dá uma outra compreensão do mundo. Sem dizer que isso, o fato de tu enfrentar, e aqui ainda mais, pelo tamanho da empresa, pelo setor que ela está envolvida, pela dinâmica da empresa, pela disputa política que sempre houve, isso te dá um respeito, ou seja, tu acaba sendo uma figura respeitada por aquilo que tu faz, não só por aquilo que tu fala. O que é diferente da política, ou seja, aqui tem um exemplo concreto de luta de trabalhadores que passaram, passam por diversas dificuldades, mas que continuam lutando. Isso é um fator muito importante. Um outro fator que é importante é a liberdade, fazer aquilo que é importante para a tua vida. A gente só prejudica o meio ambiente se quiser, a gente... Têm regras, mais duras, menos duras se a gente quiser. A gente tem uma relação de respeito ou não se a gente quiser. Ou seja, tem uma jornada de trabalho de acordo com o que tu quiser, tem o ritmo de trabalho de acordo com o que tu quiser, determina o preço do teu produto. Então, talvez a palavra principal desse negócio é a questão da liberdade. Te torna um ser livre, dentro de uma prisão, que é o mundo. Porque não basta tu ser livre internamente, porque do portão para fora tu não é mais livre, tu te relaciona com o mercado, então tu te relaciona com o modelo que está aí, que é um modelo que não tem nada a ver com o que nós estamos trabalhando aqui. Nada. (C5, 38 anos, Presidente)

Ou, ainda, a vantagem de trabalhar na cooperativa é propiciar uma mudança na vida das pessoas:

L: E na tua opinião, quais são as vantagens de trabalhar em uma cooperativa?

E: As vantagens de trabalhar em uma cooperativa são várias. Uma que tu trabalha naquilo que tu gosta. Tu te sente realizado, principalmente, porque tu está junto das pessoas que tu gosta. Dia-a-dia, aquilo ali te fortalece. Tu não entra com mal-humor. Tu entra com bom-humor. Pra mim, é vantagem. A vantagem que, pra mim, tem mais também a ver, é eu ver as pessoas tranquilas. As pessoas estando felizes, eu estou feliz. Se as pessoas estão tristes, eu também estou triste. Isso pra mim já é uma vantagem. É uma compartilhamento, não tem individual. Se um está comendo um pedaço de pão te reparte, ta tomando um café, te reparte... Então, tudo é assim. (C1, 48 anos, Presidente)

Está sensação de estar participando de “algo diferente”, de estar participando de um projeto de mudança, aparece até mesmo ligado ao sucesso e objetivos econômicos do empreendimento. Neste sentido, a conquista da viabilidade da cooperativa atesta ou contribui para viabilidade do projeto político (no caso da citação a seguir, o projeto de Economia Solidária):

L: Qual ou quais principais desafios da cooperativa?

E: Principal desafio pelo lado prático é conseguir a sede, espaço físico, [...] isso aí eu acho que vai ser salto muito bom de qualidade.

Tem uma ONG espanhola que está apoiando a cooperativa, nós estamos elaborando, junto com o pessoal que representa a ONG aqui no Brasil, um projeto, que é o nosso projeto, e vai ser apresentado em junho para os espanhóis, e que eles se dispõem aprovando o projeto a comprar um espaço, isso aí tá virando quase que um sonho, eu acordo quatro horas da manhã, e me lembro dos espanhóis.

L: Além da sede, quais outros tu enxergas, práticos e não práticos?

E: Conquistar o mercado, a comercialização é um lado muito fragilizado da *economia solidária*, e daí uma diferença entre uma cooperativa de produção num centro como Porto Alegre, querendo ou não, é uma cidade ainda com carinho de provincial, mas é a nossa capital e que tem milhares de pessoas que estão produzindo e que tem dinheiro, esse é o grande desafio, produzir alguma coisa boa e que seja comprada pela qualidade, é isso que eu chamo de conquistar o mercado. (C3, 55 anos, Produção e Presidente)

Isto é, a própria inserção no mercado, para viabilizar economicamente o empreendimento, passa a ser um processo que adquire um significado político, afinal, como disse a entrevistada, “... *esse é o grande desafio, produzir alguma coisa boa e que seja comprada pela qualidade, isso que eu chamo de conquistar o mercado*”. Portanto, não é qualquer inserção no mercado, mas uma que tem princípios como a qualidade do produto. Portanto, a viabilidade econômica, necessária em si, deve ser buscada de acordo com certos princípios, preservando a “integridade” do modelo de autogestão:

L: Qual ou quais principais desafios da cooperativa?

E: Os principais desafios da cooperativa... É consolidar esse modelo de gestão. Ou seja, tu está inovando. Tu não pode cometer os mesmos equívocos e as mesmas práticas de que o modelo tradicional de gerenciamento. Ao mesmo tempo, tu tem que buscar a eficiência, a qualificação nos processos internos da gestão. Ao mesmo tempo que tu tem uma forma democrática para gerenciar o negócio, tu tem que ter a tua capacitação, a tua especialização. Tu tem que ser bom naquilo que faz. Então esse ainda é um desafio que está colocado para nós, diariamente, tanto num campo quanto no outro. Um primeiro significa mudança de cultura, do ponto de vista de comportamento. E num segundo significa mudança de cultura do ponto de vista de postura frente ao trabalho. (C5, 38 anos, Presidente)

Provavelmente, o sentido político que assume a experiência de trabalho autogerido para esses trabalhadores seja um fator que os leve à posição de presidentes dos seus empreendimentos. Nesse sentido, ser presidente significa ser responsável por convencer as pessoas e mobilizá-las em prol do projeto que é a cooperativa:

L: Quais são as características ou qualidades que a pessoa deve ter para ocupar esses cargos?

E: Eu acho que uma das exigências é saber contemporizar, um pensa de uma forma, outro pensa de outra, tu tem que conseguir conciliar e ter propostas, essa também é fundamental, tu sempre

tem que ter uma idéia a mais, conseguir animar o pessoal. (C3, 55anos, Produção e Presidente)

O sentido político se evidencia, também, quando o cargo de presidente é visto como um cargo de liderança cujo significado extrapola o da figura de um administrador:

L: E na tua opinião, quais são as características, as qualidades que a pessoa deve ter pra ocupar o cargo que tu ocupa hoje?

E: Primeiro, as características que a pessoa tem que ter... Tem que ter experiência. Tem que ter experiência, tem que ter reconhecimento. Porque não adianta tu querer assumir uma coisa se tu não tiver o macete, se tu não tiver o macete de tu chegar. Agora o problema é se tu tem capacidade e competência pra ti ser. Porque hoje, seja ele quem for, assumir uma presidência, assumir uma coordenação, ele não sabe nem caminhar, não sabe dar os passos, principalmente. E ele não vai conquistar nada, porque a minha base, o meu reconhecimento politicamente, dentro e fora, ele já está reconhecido. Porque eu hoje sou reconhecido dentro da prefeitura, dentro do governo municipal e dentro de tudo. Então, se outra pessoa chega lá ela não conhece, não adianta. Eles não vão conhecer, não vão dar ouvidos, não vão dar conversa, não vão dar papo. Então, isso pra mim é uma das características que a gente tem. E outra característica que tu tem que ter, tem que ter disciplina, tu tem que saber compreender os teus comanchas, os teus comandados. Saber comandar eles. Tu tem que respeitar eles, te respeitar. Tem que saber jogar, ter jogo-de-cintura. Saber reconciliar uma coisa em cima da outra. Tudo isso daí tu tem que ver. Tem que saber lidar com eles, tem que saber compreender eles. Claro, tem dia também que tu não é perfeito. Tu é um ser humano, tem direito de estar com estresse também. Mas tu não pode trazer aquele mal-humor pra dentro da cooperativa, tem que trazer sempre o bom-humor. (C1, 48 anos, Presidente)

Ou ainda,

L: E como presidente, qual é a tua principal responsabilidade?

E: A minha principal responsabilidade hoje aqui... Se tu pegar do ponto de vista da lei, eu sou o maior responsável... A minha responsabilidade é fazer, animar e ajudar a planejar as ações da empresa e ser o principal fiscal de que as coisas têm que andar conforme o que foi combinado. Então eu tenho que estar olhando um pouco de tudo aqui dentro, conversando um pouco de tudo. Gostaria de fazer menos isso, gostaria... [...] Mas, na medida em que eu deixo um pouco de fazer isso, eu tenho possibilidade de fazer outro trabalho, que é fundamental para a cooperativa especificamente, que é a busca de novas oportunidades de negócio para a empresa. Seja na área daqueles produtos que ela já fabrica, seja na busca de produtos novos, para ir fortalecendo a cooperativa. Porque de nada adianta tu estar falando de economia solidária por aí a fora se aquela empresa que tu está ali não está combinando com aquilo que tu está dizendo aí fora. Então a minha responsabilidade, tarefa principal é estar cuidando um pouco que isso, que a cooperativa se fortaleça. [...] Não adianta eu ter aqui uma empresa, tem uma fábrica na nossa mão aqui e que bom, se tu vai comprar qualquer insumo para a fábrica, tu acaba comprando as vezes de uma empresa que é totalmente contraria a isso que tu está dizendo aqui. Então tem que fortalecer essa rede de novos negócios, novas empresas fornecedoras para a cooperativa, ou para o mercado como um todo. Segundo, nós temos que atuar na linha

da distribuição. Se tu pega hoje um produto que sai daqui de dentro da cooperativa e cai dentro de uma loja, qualquer loja tradicional, daquelas que explora os trabalhadores ou não, ela bota um percentual em cima do que sai daqui, extremamente elevado. Então se tu quer que um determinado produto chegue a um menor custo para o consumidor, portanto nós mesmos que estamos aqui, tu vai ter que atuar nessa área da distribuição. Então é produção, comercialização, a questão do consumo, a questão do financiamento disso, ou seja, tu tem que ter essas estruturas econômicas e financeiras para dar suporte para esse tipo de iniciativa. (C5, 38 anos, Presidente)

Deste modo, o seu trabalho como presidente só adquire sentido se possibilita buscar determinado objetivo político, seja o de promover a Economia Solidária, seja o desenvolvimento da comunidade. Ser sócio da cooperativa, então, não representa apenas ter conseguido uma alternativa de trabalho, o sentido político torna o “ser sócio da cooperativa” uma realização pessoal, um compromisso com um projeto:

L: Eu queria saber como tu te sente sendo sócio de uma cooperativa? Como é isso pra ti? Como tu te sente sendo sócio da cooperativa?

E: Eu me sinto tri realizado. Pra mim é tri bom.

L: É uma coisa importante?

E: Sim, importantíssimo. (C1, 48 anos, Presidente)

L: Qual é o teu sentimento de ser sócia de uma cooperativa?

E: Essa cooperativa tem uma importância que eu não saberia te descrever com palavras. (C3, 55 anos, Produção e Presidente)

L: Como você se sente sendo sócio da cooperativa? Você se sente um pouco dono dela?

E: Eu acho que para mim é uma questão de responsabilidade. Eu sou sócio de um negócio, sou responsável. Isso me traz uma responsabilidade grande, portanto eu trato dessa maneira. (C5, 38 anos, Presidente)

Se ser sócio tem um valor significativo para esses entrevistados, eles esperam que os outros sócios também demonstrem que estão comprometidos a lutar pela cooperativa tanto quanto eles.

L: Na tua opinião, o que a pessoa tem que fazer pra se tornar um bom sócio da cooperativa?

E: Primeiro passo pra mim, bom sócio é aquele que não me incomoda. Aquele ali é um bom sócio. Não me incomodou é um sócio bom. Aquele que não me incomoda, aquele que é pontual, aquele que eu posso contar no dia-a-dia, pra mim ele é o cara ideal.

L: Como assim incomodar?

E: Incomodar. Tem pessoas que vem pra dentro da cooperativa, tão achando que estão dentro de uma cooperativa e que é só trabalho, vou pegar o meu dinheiro e deu. Não, não é assim. Na cooperativa não é assim. Cooperativa é uma cooperativa, é um grupo solidário, social, em prol da melhoria de todos. (C1, 48anos, Presidente)

L: O que uma pessoa tem que fazer para se tornar um bom sócio na cooperativa?

E: Para mim a pessoa precisa acreditar na idéia e agir como quem acredita na idéia, porque assim o que me prova que ela acredita na idéia se não tem nenhuma atitude. (C3, 55anos, Produção e Presidente)

L: O que uma pessoa tem que fazer para se tornar um bom sócio na cooperativa?

E: Primeira coisa tem que saber conviver coletivamente. Tem que saber que isso aqui é um espaço onde a minha vontade, ela está secundarizada. E a partir disso, ela entendendo isso, eu acho que ela consegue ser um bom associado. Respeitar decisão, essas coisas. (C5, 38anos, Presidente)

Portanto, ser sócio da cooperativa é assumir um compromisso com um projeto e com um coletivo. Esses trabalhadores, então, preocupam-se com a questão da integração da pessoa na cooperativa, de garantir que seu comportamento mude e reflita um compromisso com o coletivo:

E isso é um desafio por que? Porque as pessoas daqui, até então, até a outra empresa fechar e a gente assumir, então, portanto, até agora, não são todas pessoas que compreenderam que mudou o negócio, que não é mais daquele jeito que era. Algumas já compreenderam, algumas não e outras talvez nunca compreenderão. Mas, enfim, porque não querem compreender. Então, o desafio o que é, é fazer com que esse modelo seja um modelo que funcione, que tenha efetiva participação das pessoas, que a pessoa entenda a importância que tem a opinião dele em relação ao trabalho específico que ele faz, mas ele tem a obrigação de pensar o negócio como um todo. (C5, 38 anos, Presidente)

L: O que você acha que é o principal problema na forma como as pessoas se comportam ou se relacionam aqui?

E: Eu faço o possível para que, se são pessoas que eu me relaciono e participam da cooperativa, eu tenho a maior disposição para que elas tenham... me preocupo se elas estão gostando do que elas estão fazendo, porque depende de tu gostar ou não o teu desenvolvimento em qualquer tarefa que tu vai fazer, em qualquer atividade, isso eu dou muita importância. (C3, 55 anos, Produção e Presidente)

L: Tu vê algum problema principal, alguma coisa que deveria ser mudada na forma como as pessoas se comportam, se relacionam aqui dentro da cooperativa?

E: Tu sabe que hoje, pra ti lidar com o público é totalmente uma coisa braba mesmo. Pra ti lidar com o público não é fácil, não. Problemas sempre têm. Então tu não vai mudar a cultura de um povo, que vinha vindo de um regime ditador, um regime de ditadura. Então, não é da noite pro dia que tu vai mudar, não. Nossa constituição, ela recém nasceu, então o pessoal ainda tem aquela cultura da ditadura. Vai ser muito difícil, porque problemas pessoais todo mundo tem, mas eu vejo a cooperativa com bons olhares, o pessoal está aí. O relacionamento deles é bom, pessoas que muitas vezes nem se davam com o outro e hoje se dão, conversam, brincam... (C1, 48 anos, Presidente)

A assembléia geral e a participação nelas são, então, percebidas por estes trabalhadores como a manifestação do compromisso com o coletivo:

L: Tu acha que as assembléias gerais quinzenais são algo importante de ser feito, algo necessário? Como tu vê isso?

E: É muito importante. Porque tu faz com que as pessoa fique junto, que fiquem sabendo do que está ocorrendo.

L: Tu acha que elas servem pra unir o pessoal?

E: Sim. (C1, 4 8anos, Presidente)

L: Que tipo de coisas vocês discutem e decidem nas assembléias?

E: Assembléia geral, já diz o nome, são questões gerais. Ou seja, tu pode tratar de pequenos problemas, mas não é o local mais adequado. Ali é para fazer prestação de contas, ali é para olhar para onde está indo a empresa, onde não está indo... Discutir questões que dizem respeito a todas as pessoas, mas não individualmente ao Pedrinho, ou a Mariazinha, isso não se resolve em assembléia. Ali é para discutir as grandes questões. [...] As assembléias são fundamentais que elas aconteçam, tem que haver uma, digamos assim, uma prestação de contas acerca de tudo que está acontecendo na fábrica, para que todas as pessoas saibam. Mas a assembléia geral não é o único espaço para tu poder fazer isso. Porque tu fazer uma prestação de contas de uma empresa do tamanho da nossa, que lida com trezentos fornecedores, com 1.200 clientes, que tem problemas de toda ordem, tu não consegue esmiuçar uma determinada questão em uma assembléia. Até porque às vezes a pessoa quer tratar do problema do “Ta, mas e o meu vale? E as minhas horas?” não vai ser ali. Ele tem que ir na área social, ir lá e tirar todas as dúvidas. Agora, se a área social não esclareceu ele de forma que ele gostaria, ele tem o outro espaço para discutir que é encaminhar a demanda para a direção. E se nenhum desses espaços resolveu o problema dele, assembléia. Mas ele cumpriu com o ritual. Ele cumpriu com as etapas e tal para chegar lá. “Bom, ninguém resolveu o meu problema”, ali vai ter que resolver. (C5, 38 anos, Presidente)

L: Tu achas que essas reuniões são algo importante, necessário?

E: São necessárias porque são importantes.

L: Qual a importância?

E: É importante até para avaliar como cada um está vendo o trabalho, e o que cada um está vendo de cada um. (C3, 55 anos, Produção e Presidente)

Portanto, trabalhar na cooperativa é assumir um compromisso com o coletivo, mas no caso destes trabalhadores é mais do que isso: é estar inserido e participando de um projeto político. Por isso, podemos descrever a lógica dos trabalhadores que atribuem um sentido político para o trabalho autogerido como uma lógica de transformação; transformação de uma realidade social e transformação da vida e do comportamento das pessoas. O trabalho autogerido se torna, simultaneamente, um símbolo e uma forma de ação política. O sentido do trabalho a seguir (coletivista) guarda semelhanças com o sentido político, especialmente, no que se refere à questão do interesse coletivo, mas se diferencia na medida em que este tipo de trabalho não é visto como meio de transformação de uma realidade social, mas somente como uma forma de buscar coletivamente uma alternativa de trabalho e renda.

3.1.2 O sentido coletivista do trabalho autogerido

Abaixo, a tabela com as características dos trabalhadores cujo sentido do trabalho autogerido denominou-se de coletivista.

Tabela 2 – Caracterização dos Trabalhadores de Sentido Coletivista

Cooperativa a qual pertence	Idade	Sexo	Grau de Escolarização	Tempo de cooperativa*	Cargo
C1	25	Feminino	Primeiro Grau Incompleto	3 meses	Produção
C4	53	Masculino	Primeiro Grau Completo	5 anos	Produção e Coordenação
C2	32	Masculino	Primeiro Grau Incompleto	5 anos	Produção
C2	43	Masculino	Primeiro Grau Completo	5 anos	Produção e Coordenação
C5	42	Feminino	Segundo Grau Incompleto	1 ano	Produção
C4	50	Feminino	Superior Incompleto	8 anos	Administração
C5	51	Feminino	Nenhum	6 anos	Produção
C4	50	Masculino	Segundo Grau Completo	2 anos	Produção e Presidente
C2	24	Masculino	Segundo Grau Completo	2 anos	Produção e Coordenação
C5	36	Masculino	Segundo Grau Incompleto	5 anos	Produção
C4	48	Feminino	Segundo Grau Completo	8 anos	Administração
C4	52	Masculino	Segundo Grau Completo	8 anos	Produção e Coordenação
C3	38	Feminino	Segundo Grau Incompleto	2 anos	Produção
C1	29	Feminino	Primeiro Grau Incompleto	18 meses	Produção

Cooperativa a qual pertence	Idade	Sexo	Grau de Escolarização	Tempo de cooperativa*	Cargo
C5	35	Feminino	Segundo Grau Incompleto	6 anos	Administração
C3	43	Masculino	Segundo Grau Completo	2 anos	Produção e Administração
C2	29	Feminino	Superior Incompleto	4 anos	Administração
C3	63	Feminino	Segundo Grau Incompleto	18 meses	Produção

* Tempo estimado.

Fonte: Dados de Entrevistas

Por mais óbvio que pareça essa afirmação, o sentido do trabalho autogerido para este grupo de indivíduos é um sentido de projeto coletivo. É um trabalho experimentado como a possibilidade da consecução de renda e trabalho para si e para o grupo através da união e cooperação. Essas duas possibilidades mais a de controle sobre o trabalho são, então, vistas por eles como as vantagens de trabalhar numa cooperativa.

L: Quais são as vantagens de trabalhar na cooperativa?

E: São muitas e uma delas é, primeiro, na cooperativa tu consegues fazer mais amigos, porque todo mundo se torna é... uma família! Mesmo que exista alguns que se tornem mais difíceis, a gente se torna uma família. Então, na cooperativa a vantagem é esta. A outra é que tu é dono do teu serviço. Quanto mais tu trabalhar, mais tu ganha – diferente de ter a carteira assinada. (C4, 50 anos, presidente e produção)

L: Quais são as vantagens de trabalhar na cooperativa?

E: É mais fácil de conseguir serviço através da cooperativa, a cooperativa conseguir um serviço, do que eu como um individual, porque minha produção sozinha é uma, a produção de uma cooperativa é outra. Então, tu acaba podendo ter uma remuneração melhor.

L: E as desvantagens?

E: Na verdade eu acredito que não tem desvantagens. (C3, 38 anos, Produção)

L: Quais são as vantagens de trabalhar numa cooperativa?

E: Nas crises, tu não é mandado embora, ou se tu tens algum problema, tu vais embora. Em caso de saúde, se tu tens um problema de saúde, todo mundo apóia, o coletivo é muito maior. E também tem a parte do profissional, que tu cresce bastante, se fosse numa empresa privada, tu podia passar a vida toda só lixando, ou trabalhando nas prensas, enquanto aqui a gente aprende outros trabalhos. (C2, 24 anos, Produção e Coordenação)

L: Quais são as vantagens de trabalhar na cooperativa?

E: Boa, porque não tem aquela cobrança, quando é aquele patrão, não tem o chefe sempre junto. Nós mesmos trabalhamos por conta, e o serviço é nosso, onde eu e mais uma colega trabalhamos unidas, e faz aquilo bem direitinho. (C5, 51 anos, produção)

Combinado a este sentimento de que o trabalho coletivo é vantajoso e que traz benefícios para si e para o grupo, há também uma dimensão de se sentir parte do grupo, de inserção no coletivo.

L: Quais são as vantagens de trabalhar na cooperativa?

E: Eu acho que tu cria um ambiente onde tu vai trabalhar com outras pessoas e aí tu cria novas amizades, né? Querendo ou não, eu acabei conhecendo bastante gente, né? Seja as pessoas que trabalham lá ou que vão lá, que encomendam.... É o convívio com outras pessoas. (C3, 63 anos, Produção)

L: Na tua opinião, quais são as vantagens de trabalhar numa cooperativa?

E: De poder, muitas vezes, ajudar as pessoas, conversar... as pessoas que não tem com quem desabafar, a gente conversa, a gente escuta. (C1, 29 anos, produção)

L: Na tua opinião, quais são as vantagens de trabalhar numa cooperativa?

E: As vantagens é que é pertinho, qualquer coisa a gente está em casa, e é um lugar bem acolhedor, a cooperativa foi bem acolhedora comigo. (C1, 25 anos, Produção)

Neste sentido, também é comum usarem a metáfora de que a cooperativa é uma família.

L: Como é a tua relação com os colegas de trabalho?

E: É ótima, com todo o mundo.

L: E como é a tua relação com o pessoal que ocupa os cargos eletivos? Tu chegas a conversar com eles fora do trabalho?

E: Aqui tudo é uma família, todos moram aqui... aí, é tudo igual, somos todos iguais. (C1, 29 anos, Produção)

L: Como é sua relação com os colegas de trabalho?

E: A pior possível [risos, fala ironicamente]. Não, não... é muito boa. É boa porque é quase uma família, né? E sendo assim, a gente briga e leva pro lado pessoal, mas depois é só puxar o freio de mão e voltar pro lado profissional. Enfim, tem diálogo, tem as brincadeiras... (C3, 43 anos, Produção e Administração)

O sentido do trabalho autogerido é, portanto, o de trabalhar em conjunto e se sentir parte do grupo de trabalho. Esse sentimento de pertença, muitas vezes, implica no reconhecimento de uma certa reciprocidade entre o indivíduo e o grupo do tipo: “o grupo depende do meu trabalho e eu dependo do trabalho do grupo”.

L: Como você se sente sendo sócio da cooperativa? Você se sente um pouco dono dela?

E: Olha, eu acho que eu, pra mim, foi uma experiência muito boa porque eu tenho sorte que eu estou produzindo pra mim e pra coisa crescer, eu quero ver isso aqui deslanchar, a pessoa vê aquilo ali, a pessoa se esforça: eu ajudei aqueles que... Eu penso assim, no caso. (C4, 53 anos, Produção e Coordenação)

L: Você acha que o trabalho que você faz é útil?

E: Com certeza acho útil! Eu faço o que poço das tripas coração, eu me empenho, não vou me acomodar e vou fazer de tudo para ajudar e me empenhar ao máximo. Não vou fazer as coisas porque estou cansada, vou fazer tudo pra ajudar. (C5, 42 anos, Produção)

L: Tu acha que houve alguma diferença na maneira como as pessoas se relacionam quando era na empresa privada e agora que é cooperativa? Tu acha que mudou alguma coisa?

E: Muda que hoje a cooperativa tu tem que ter aquela união. Quando é uma firma, tu tem que fazer uma amizade, tem o seu dinheiro certo ali, se produzia ou não produzia, os seus direitos. E hoje, cooperativa, tu tem que ter uma união pra poder ganhar. (C4, 52 anos, produção e coordenação)

L: Tu já foi ou te sentes pressionado no trabalho ou, digamos, cada um cuida do seu serviço?

E: Não, é uma coisa bem coletiva, sabe? O rapaz que ta trabalhando lá no fundo, lá, ta trabalhando e ta sentindo uma necessidade, ele vem: “bah, me dá uma mão”, eu vou lá e dou uma mão pra ele. A gente dá toda a liberdade pra o colega chegar aqui e: “tu pode me dar uma força hoje ali naquelas peças e tal”, sabe, sem atropelar, no caso, pra tirar o outro da função, sabe, é uma coisa bem coletiva, que é um entendimento que deu certo. (C2, 43 anos, coordenação e produção)

L: O que você acha que é o principal problema na forma como as pessoas se comportam ou se relacionam aqui?

E: Problemas sempre existem, não tem nada perfeito. Às vezes as pessoas, até pelo relacionamento que terminam se tornando uma relação de amizade, algumas vezes terminam levando as coisas muito no oba-oba. E aí entra a parte que eu digo: tem que ser tratada como uma empresa. A gente faz uma reunião, a gente determina que alguém vai levar uma... digamos assim, ficou determinado que eu, apesar de ser costureira, vou levar uma carta solicitando pra secretaria de educação que a gente quer fazer as camisetas... Não interessa que é longe, que tá calor, que eu to com um calo no pé, eu propus em reunião que eu ia ir e eu vou ir. Não posso ficar adiando, deixando para depois e pedindo para um outro fazer. Se eu me propus eu tenho que ir lá e fazer. Então não me interessa a minha função, sou costureira, eu quero que o negócio dê certo, eu me propus, eu vou lá e vou fazer. (C3, 38 anos, Produção)

Portanto, o trabalho autogerido significa, também, cada um se comprometer com o projeto coletivo, ou seja, cada um dando o máximo de si para que, assim, todos ganhem. Esse ponto é importante para diferenciarmos o sentido coletivista do político: no último, a cooperação e união representam um comprometimento com os interesses do coletivo de trabalho e, simultaneamente, uma forma de ação capaz de transformar (ou contribuir para) uma realidade social que extrapola a cooperativa em si; no sentido coletivista este último significado da cooperação e união está ausente, pois os trabalhadores coletivistas vêem na união e cooperação uma forma de transformação da qualidade de vida dos membros da cooperativa. Portanto, o sentido do trabalho

autogerido coletivista não está atrelado à idéia de meio para a inserção em um processo de mudança social.

Essa visão, entre os trabalhadores de sentido coletivista, da necessidade de um comprometimento com o grupo, de possuir um “espírito de união”, reflete no modo como eles percebem as assembléias gerais.

L: Que tipo de coisas vocês discutem e decidem nas assembléias?

E: Quais as empresas que podem trabalhar com a gente, também ver os objetivos não alcançados, rever estes objetivos, decidir sobre os planos de viabilidade. (C2, 24 anos, produção e coordenação)

L: Que tipo de coisas vocês discutem e decidem nas assembléias?

E: Isso aí, geralmente, é todos os assuntos que... tenha interesse na cooperativa. Então surgem, que nem... a prestação de contas, tudo que... venha a ser de interesse da... do geral.

L: Você acha as assembléias algo importante de ser feito ou ela não é necessária?

E: Sim, é bom porque tu ali, discute ali, coloca ali... botar tudo direito, né?

L: É importante porque torna a coisa mais clara?

E: Mais clara. Ali tu já dá uma opinião num assunto e aí discuti e ver se vai, né? (C4, 52 anos, produção e coordenação)

L: Que tipo de coisas vocês discutem e decidem nas assembléias?

E: Uma que eu participei foi justamente assim, o ponto de pauta era como tocar a associação, qual o próximo passo. Então, se decide sobre o futuro da cooperativa e o que vai ser feito. Decidimos coisas da gestão mesmo.

L: Você acha as assembléias algo importante de ser feito ou ela não é necessária?

E: São importantes. Até porque, digamos que alguém da administração toma uma decisão isolada, vai e faz tal coisa, daqui a pouco ele vai tá sendo cobrado, porque os outros tinham outra idéia do que poderia ter sido feito. (C3, 38 anos, produção)

L: Que tipo de coisas vocês discutem e decidem nas assembléias?

E: Assuntos gerais: prestação de contas, tarifas, faturamento, os projetos em andamento e o que se pretende fazer...

L: Você acha as assembléias algo importante de ser feito ou ela não é necessária?

E: São.

L: Por quê?

E: Porque é ali que todos ficam a par do que está acontecendo, pra depois não ficar reclamando que não estava sabendo. (C5, 35 anos, administração)

Nota-se que esses trabalhadores entendem as assembléias como um espaço de deliberação dos interesses coletivos. O sistema de eleições para cargos eletivos de administração e coordenação, também, é pensado por esses trabalhadores como algo que, ao mesmo tempo, promove e manifesta a união do grupo.

L: Você acha justo ou correto que para ocupar esse cargo a pessoa seja eleita?

E: Eu acho que sim.

L: Por quê?

E: Porque tem que ser uma coisa democrática. Se o grupo achou que a pessoa tem condições... Você sabe que as pessoas são diferentes uma das outras: no caráter, na maneira de agir, proceder... tem pessoas que não podem participar de um conselho fiscal e a pessoa nota isso. Então, as pessoas vão pensar: “o fulano dá pra isto, então vamos eleger ele”. (C4, 50 anos, produção e presidente)

L: Tu achas justo, correto, que, para ocupar cargos eletivos, a pessoa seja eleita ou teria um outro sistema que tu achas que seria melhor?

E: Ser eleita, porque eu acho que todo mundo tem que querer e gostar que aquela pessoa esteja naquele cargo. (C2, 29 anos, administração)

L: Você acha justo ou correto que para ocupar esses cargos a pessoa seja eleita?

E: Eu acho que sim.

L: Por quê?

E: Porque as pessoas já se conhecem, a maior parte, vão botar a pessoa certa. (C5, 51 anos, produção)

L: Tu achas justo ou correto que, para ocupar estes cargos, a pessoa seja eleita ou teria alguma outra forma que tu acharias mais correta?

E: Eu acho que esta é a forma mais correta, porque estão ouvindo a opinião de todos, e não um só. Todo mundo está contribuindo. (C1, 25 anos, produção)

A eleição é, então, o melhor método, porque expressa a vontade do coletivo e a confiança que as pessoas da cooperativa têm em relação à pessoa que será eleita. Podemos notar, até aqui, que a idéia de coletivo perpassa a fala deste grupo de trabalhadores sobre o trabalho autogerido. Talvez essa idéia fique mais evidente quando este grupo fala do seu sentimento em ser sócio da cooperativa.

L: Como você se sente sendo sócio da cooperativa? Se sente um pouquinho dono?

E: Dono não, me sinto como parte de algo.

L: Ok, e como você se sente sendo parte de algo? Se sente seguro?

E: É um sentimento bom, mas também não é assim um sentimento de segurança, segurança mesmo! É mais um sentimento de realização, de estar junto com um grupo de pessoas diferentes fazendo algo. Isso é bom. (C3, 43 anos, produção e administração)

L: Como você se sente sendo sócia da cooperativa?

E: Acho bem legal, tu estar lutando por uma coisa que é tua, para adquirir uma coisa pra ti, tanto pra ti como para teus colegas. Não é só eu que dependo daqui, são várias famílias, várias pessoas. (C2, 29 anos, administração)

L: Como você se sente sendo sócia da cooperativa?

E: Como eu sou otimista, a gente já falou, eu vejo isso como uma coisa rentável no futuro, digamos. Se correr tudo bem, como eu espero, se a cooperativa crescer, vou crescer junto com ela, não tem outra maneira. (C5, 42 anos, produção)

L: Como você se sente sendo sócia da cooperativa?

E: É, é uma coisa nova pra maioria que está ali, então é uma situação de ter uma empresa, porque realmente tem um sócio que paga. Então é uma coisa de ter responsabilidade de ter a sua própria empresa. Tem que saber gerenciar, trabalhar, atuar e ser colega também. Se não vai no ponto assim de: "não, eu sou dono." Então isso é importante. (C4, 50 anos, administração)

Portanto, o sentido é coletivista porque a pessoa percebe que através do trabalho autogerido ela está participando de um coletivo, no qual cada um contribui para o crescimento do outro, ou seja, o desenvolvimento econômico e financeiro da cooperativa representa a realização de um projeto coletivo para promoção do bem-estar das pessoas que participam desse projeto. A busca pelo retorno financeiro, pelo crescimento do empreendimento segue uma lógica diferente da dos trabalhadores de sentido capitalista que veremos a seguir. Enquanto, esses últimos apostam na competição, na profissionalização da gestão e na submissão em relação às demandas do mercado, como meios capazes de promover o crescimento econômico da cooperativa; os trabalhadores de sentido coletivista apostam na união, participação, no controle sobre o próprio trabalho e na cooperação para consecução do desenvolvimento do empreendimento.

3.1.3 O sentido capitalista do trabalho autogerido

Tal como fizemos na seção anterior, segue abaixo uma tabela que caracteriza os trabalhadores que manifestaram um sentido capitalista para experiência de autogestão.

Tabela 3 – Caracterização dos Trabalhadores de Sentido Capitalista

Cooperativa a qual pertence	Idade	Sexo	Grau de Escolarização	Tempo de cooperativa*	Cargo
C4	30	Masculino	Superior Incompleto	3 meses	Produção
C5	47	Masculino	Segundo Grau Completo	6 anos	Produção

* Tempo estimado.

Fonte: Dados de Entrevista

O sentido do trabalho autogerido para esses trabalhadores é *capitalista*, porque visam a uma inserção competitiva no mercado tendo o lucro como um fim em si mesmo e, para tal, sugerem alterações na organização do trabalho que aproxime em

alguns aspectos o modelo de autogestão ao modelo de uma empresa privada. A questão de que o trabalho autogerido e a cooperativa só têm sentido se forem meios capazes de trazer retorno financeiro crescente (lucro), evidencia-se quando esses trabalhadores falam sobre as vantagens e desvantagens de trabalhar numa cooperativa.

L: Quais são as vantagens de trabalhar numa cooperativa?

E: Para mim está sendo como um emprego normal. Está tendo mais desvantagens, do que vantagens: tem participação dos lucros a cada dois meses, plano de saúde, alimentação própria, mas estas são coisas que as empresas grandes também têm. A faixa salarial tem que ser mais alta para poder pagar as leis sociais, que aqui não são pagas.

L: E as desvantagens?

E: Aqui, em função da Massa Falida, nosso percentual é uma fatia muito pequena, e muitas pessoas já estão trabalhando há 3 anos sem aumento salarial. Não temos vale transporte, seguro desemprego, nem fundo de garantia. (C4, 30 anos, Produção)

L: Quais são as vantagens de trabalhar na cooperativa?

E: Tem todas as vantagens, mas aqui a gente não conseguiu ainda no início...se a gente tivesse arrancado com um financiamento, a gente estava diferente... nós pedimos um financiamento de 2 milhões e duzentos mil reais, mas começamos com R\$ 300.000,00... bah! Não foi fácil! A gente foi perdendo a credibilidade, não tinha recursos... e o pessoal não entendeu e começaram a sair, a abandonar, e tinha um rodízio muito grande de pessoas entrando e saindo, e não se conseguiam os profissionais suficientes.

L: E as desvantagens?

E: Não sei, não vejo desvantagens. Se dá certo, é muito melhor! E se tiver recurso financeiro, dá certo! (C5, 47 anos, Produção)

Assim, não existem vantagens peculiares ao modelo de autogestão cooperativa, só se tem vantagem quando há o lucro. Neste sentido, esses trabalhadores condicionam sua permanência futura no empreendimento ao crescimento econômico da cooperativa e, no caso do entrevistado a seguir, um crescimento que lhe traga benefícios financeiros em patamares “aceitáveis”.

L: Como você vê o seu futuro?

E: Aqui, eu estou preocupado, porque ou reverte para nós, ou, se não reverter, eles não vão querer aumentar o salário, e eu vou ser obrigado a procurar um salário melhor. Mas eu acho que tem condições de ter um futuro bom aqui dentro. (C4, 30 anos, Produção)

L: Como você vê o seu futuro?

E: Não sei, todo fim de ano a gente quer levantar aqui, e aí nós não vamos cair mais, mas ainda não conseguimos levantar, a gente tem que ter equipamento. No momento em que a gente conseguir levantar e ficar bem erguido, a gente não cai mais, só vai pra frente. Já estamos no quinto ano...tomara que este ano seja mesmo um ano de conseguir. (C5, 47 anos, Produção)

Todavia, não é somente a expectativa em relação ao sucesso financeiro da cooperativa que define o sentido do trabalho autogerido como capitalista – afinal,

todos trabalhadores esperam que a cooperativa cresça e dê algum retorno econômico para eles. O que define o sentido do trabalho como capitalista é que o sucesso econômico depende de uma inserção competitiva no mercado.

L: Quais os principais desafios da cooperativa?

E: Reverter a Massa Falida para o lado da cooperativa, exportação de equipamentos, melhorar produtos, desenvolver novos produtos.

L: O que você acha que deve ser feito para superá-los?

E: Bom, em primeiro lugar, tem que melhorar o produto, detalhes, estoque, carteira de produção de produtos, sistema organizacional, melhorar equipamentos, que estão arcaicos, além da padronização, tem que ser passado para o papel aquelas funções que estão com os mais velhos, porque ninguém mais sabe fazer além deles. (C4, 30 anos, Produção)

L: Qual ou quais principais desafios da cooperativa?

E: Conseguir botar as duas linhas de fogão para trabalhar: produzir fogão à lenha e fogão a gás, atualmente estamos só com o fogão à lenha, mas o fogão à lenha é mais no inverno. Arrumar alguma parceria para a produção.

L: O que tu achas que deve ser feito para superar, começar a resolver estes desafios?

E: Isto aqui é muito grande e não é fácil de “tocar” sem recurso financeiro. Dinheiro gera dinheiro. Pra mim, que aparecesse um parceiro, outra empresa ou cooperativa, que tocasse a produção e entrasse serviço... tipo terceirizar alguma coisa, prestar serviço pra uma outra... ou ter uma sociedade com outra empresa. (C5, 47 anos, Produção)

Nota-se que, para ambos entrevistados, a superação dos desafios passa por alterações do tipo planejamento estratégico, busca por maior produtividade, parceria com empresas privadas, modernização do maquinário, padronização dos processos de produção; enfim, alterações que, em certa medida, não pertencem ao modelo de autogestão e muitas vezes procuram mudar este último no sentido que propicie, na percepção destes entrevistados, maior inserção no mercado e, por conseguinte, maior lucratividade. Expressam, então, uma necessidade de profissionalizar os cargos de administração.

L: Quais são as características ou qualidades que a pessoa deve ter para ocupar esses cargos?

E: Uma pessoa com uma ampla visão, com uma mente aberta, sujeita a mudanças, tem que ter pulso firme, com visão de gerenciamento, visão de mercado. (C4, 30 anos, Produção)

L: Quais são as qualidades que a pessoa deve ter para ocupar cargos eletivos?

E: Olha, o conhecimento da causa pra onde ele vai... Aqui a gente teve dois coordenadores que não tinham conhecimento praticamente de nada, então não funcionou direito. (C5, 47 anos, Produção)

Essa preocupação em colocar pessoas “preparadas” na administração se reflete também na visão destes trabalhadores no modo como deveriam acontecer as eleições para os cargos administrativos.

L: Você acha justo ou adequado que para ocupar um cargo destes, a pessoa seja eleita?

E: Antes de ser eleita, acho que tem que se fazer um perfil da pessoa. Vê se a pessoa tem qualificação para ocupar este tipo de cargo, se não, eu acho que ela não deveria nem concorrer. (C4, 30 anos, Produção)

L: Você acha justo ou correto que para ocupar esse cargo a pessoa seja eleita?

E: Seria a eleição, mas que se tirasse uns 3 nomes e estes concorressem, para se elegerem as pessoas mais capacitadas para exercer aquela função. (C5, 47 anos, Produção)

Então, para ser sócio e/ou ocupar um cargo de direção não basta apenas se comprometer com o grupo, é preciso ser qualificado para a função que vai ocupar na cooperativa. Isso fica claro na posição de um dos entrevistados sobre se deveria dar preferência a familiares e amigos de cooperativados na hora de buscar novos sócios⁴³.

E: Não, porque é necessário trazer um profissional, e não um amigo, e, caso ocorra algum problema, se a pessoa não é bem centrada, vai puxar a brasa para o amigo ou para o parente, e já não poderá chamar a atenção, porque é amigo. (C4, 30 anos, Produção)

As assembléias gerais também são vistas de maneira diferente por estes trabalhadores; elas são muito menos um mecanismo de gestão coletiva (afinal, eles entendem que a gestão deve ser profissionalizada) e mais um mecanismo de controle e prestação de contas, onde o sócio da cooperativa pode conferir se seus interesses não estão sendo ludibriados pela administração e, também, um espaço onde se cobra do grupo maior produtividade no trabalho.

L: Você acha as assembléias algo importante de ser feito?

E: Sim, muito, e acho até que deveriam ser feitas mais seguidamente, porque como isto é uma cooperativa, é de todos, e todos devem estar a par de como está o andamento do serviço em carteira de trabalho, produtividade, lucro, todos têm que ter estas informações. [...]

L: Na sua opinião, o que se deve e o que não se deve fazer ou falar nas assembléias?

E: Você não deve chamar atenção de um profissional dentro de uma assembléia. Pode chamar a atenção de um grupo inteiro, mas de um profissional, deve ser feito em particular. O que não se deve falar são problemas pessoais, política, religião, sexo. Tem que ser assunto profissional e somente este. (C4, 30 anos, Produção)

L: Você acha as assembléias algo importante de ser feito ou ela não é necessária?

⁴³ O outro entrevistado da C5 não se manifestou a respeito disso, pois ele menciona que no estatuto da cooperativa é proibida a contratação de familiares.

E: Importantes, porque todos ficam sabendo de tudo, para perguntas, questionamentos, o lugar é ali. Se faz ali ou não se faz, mas às vezes não se faz e fica um “tititi”. (C5, 47 anos, Produção)

De certo modo, podemos dizer que estes trabalhadores enxergam um outro modelo de cooperativismo ou, pelo menos, que este último se submeta aos critérios de eficiência do mercado e às demandas e interesses individuais dos sócios. Neste sentido, podemos dizer que, se para os trabalhadores do sentido político a cooperativa autogestionária é um meio de transformação social, para os trabalhadores do sentido capitalista é a cooperativa autogerida que deve mudar, adaptar-se à realidade. O sentido capitalista do trabalho autogerido aparece, também, no modo como esses trabalhadores se sentem sendo sócios de uma cooperativa

L: Qual sua sensação sendo sócio de uma cooperativa?

E: Eu me sinto bem fazendo parte de um grupo que está batalhando para o melhor do bom andamento do serviço. Eu estou bem satisfeito com o grupo, e eles sentem satisfeitos com o meu trabalho. Estou aqui pra fazer isso crescer e sinto que alguns deles também. (C4, 30 anos, Produção)

L: Como você se sente sendo sócio da cooperativa? Você se sente um pouco dono dela?

E: Eu sinto que fazendo parte pra ir pra frente, pra ter mais gente, tem que visar o lucro, tem que dar lucro, não dá pra fazer de conta que trabalha... não, tem que se inteirar, tem que fazer parte da coisa, a coisa tem que andar. (C5, 47 anos, Produção)

Enfim, o trabalho autogerido é um trabalho que só tem sentido e que deve ser conduzido visando o retorno financeiro para o indivíduo entendido como sócio numa sociedade comercial. Vislumbra-se como única forma de se atingir esse objetivo (o lucro) a inserção competitiva no mercado que, por sua vez, envolve mudanças no modelo de autogestão de tal maneira que ele seja instrumentalizado para atender as demandas e exigências da economia de mercado. Não identificamos no discurso desses trabalhadores a proposição de um modelo de cooperativismo radicalmente diferente do de autogestão, pois eles não visam, por exemplo, a acabar com a propriedade coletiva dos meios de produção e, sim, transformar este modelo de trabalho para atender aos imperativos da lucratividade e competitividade.

3.1.4 O Sentido de sobrevivência individual do Trabalho Autogerido

Abaixo, a tabela ilustra algumas características dos trabalhadores cujo sentido do trabalho autogerido é a sobrevivência individual.

Tabela 4 – Caracterização dos Trabalhadores de Sentido de Sobrevivência Individual

Cooperativa a qual pertence	Idade	Sexo	Grau de Escolarização	Tempo de cooperativa*	Cargo
C4	52	Masculino	Primeiro Grau Completo	2 anos	Produção e Coordenação
C1	43	Feminino	Primeiro Grau Incompleto	6 anos	Produção
C1	25	Feminino	Segundo Grau Incompleto	1 semana	Produção
C5	46	Masculino	Segundo Grau Completo	2 anos	Produção
C1	30	Feminino	Primeiro Grau Incompleto	8 meses	Produção

* Tempo estimado.

Fonte: Dados de Entrevistas.

Para este grupo de trabalhadores o trabalho autogerido significa uma alternativa disponível frente à falta de perspectiva de encontrar um emprego formal. Nesse sentido, para estes trabalhadores o trabalho (sendo autogestionário ou não) serve apenas para uma coisa: prover renda.

L: Então, você teve uma experiência de 22 anos de trabalho em cooperativa antes de estar nessa cooperativa hoje?

E: Sim. Eu até tinha prometido pra mim mesmo que não ia mais trabalhar em cooperativa! Porque tu sai e não tem direitos, né? Tu deixa todo teu trabalho na cooperativa. Imagina... eu fiquei vinte e dois anos nessa outra cooperativa, se eu tivesse os direitos tudo... eu teria conseguido bem mais, né? Mas na cooperativa não tem isso aí... A cooperativa é boa pra tua sobrevivência, mas não pros jovem que tão aí, né? Isso eu já disse pra eles: vocês vão procurar um emprego pra vocês, vão fazer cursos e não fiquei aí na cooperativa. Não adianta ficar aqui, porque aqui não é lucro. (C1, 43 anos, produção)

L: E na tua opinião quais são as vantagens de trabalhar numa cooperativa?

E: Para mim é a mesma coisa que trabalhar em outro lugar, é uma firma normal.

L: E as desvantagens?

E: Só a carteira, que não é assinada. (C1, 25 anos, produção)

L: Quais são as vantagens de trabalhar na cooperativa?

E: Vantagens está brabo por enquanto, então é só desvantagens.

L: E as desvantagens?

E: Agora está brabo, todos estão esperando o material que deveria ter chegado em janeiro... Não tão conseguindo fazer render isso. E também por causa do nosso produto é só uma vez por ano que a gente trabalha. (C5, 46 anos, produção)

L: Na tua opinião, quais são as vantagens de trabalhar numa cooperativa?

E: É tu consegui alguma coisa pra tu ti manter.

L: E desvantagens?

E: Atraso de pagamento. (C1, 30 anos, produção)

Portanto, o sentido de trabalhar na cooperativa autogestionária é apenas o de possibilitar a consecução de uma renda na falta de um trabalho financeiramente melhor, o de carteira assinada. Ou, como no caso, do trabalhador do extrato de entrevista seguinte, um meio de complementar seus rendimentos advindos da aposentadoria.

L: Quais são as vantagens de trabalhar na cooperativa?

E: A vantagem, pra nós que é aposentado, é uma renda a mais que a gente pode ganhar. E aqui, como a gente tem a oportunidade de participar do lucro também é bom. Não tem aquela cobrança de uma empresa. A gente vai trabalhar, o patrão está em cima. Aqui a gente trabalha e pronto

L: E as desvantagens?

E: É, pra quem é aposentado não tem... pra quem é aposentado está bom, mas pra quem não é... É desvantagem porque tu não tem os direitos do trabalhador que tem: não tem carteira assinada, não tem décimo – décimo a gente tem uma parte que a gente paga.

L: Deixa eu lhe fazer uma pergunta, então: pra quem é uma pessoa jovem e está começando a trabalhar tu acha que a cooperativa é uma boa?

E: Eu acho que não seria muita vantagem. Não tem os direitos que um trabalhador tem. (C4, 52 anos, produção e coordenação)

Portanto, se o trabalho autogerido tem algum sentido para esses trabalhadores é o de representar a perda dos direitos vinculados à carteira de trabalho. Cabe destacar, que alguns trabalhadores do sentido coletivista mencionam como desvantagem a questão dos direitos trabalhistas, porém, acompanhado do reconhecimento de certas vantagens peculiares ao cooperativismo autogestionário, qual seja: controle sobre o próprio trabalho, união e cooperação entre os pares, participação na gestão, etc. Por outro lado, os trabalhadores de sentido de sobrevivência individual não mencionam esses benefícios do modelo de autogestão.

O sentido é de sobrevivência *individual* porque há uma postura destes trabalhadores de não se comprometer com o coletivo. Isso se evidencia, por exemplo, quando esses trabalhadores mencionam as suas expectativas com relação ao futuro.

L: Como você vê o seu futuro?

E: Olha, eu já me sinto feliz, realizado, que eu consegui alguma coisinha pra mim, já, sempre trabalhando. Então eu tenho o meu carinho, eu tenho a minha casa, tenho minha casinha na praia; então...

L: Está pensando em descansar?

E: É, já penso. Tipo, eu acho que o que eu consegui através do meu trabalho eu já consegui. (C4, 52 anos, produção e coordenação)

L: Como você vê o seu futuro?

E: Ah! Eu me vejo trabalhando sozinha em casa, trabalhando por conta, né? Porque do jeito que está e ainda com meu marido só fazendo biscate... as coisa tão ruim. (C1, 43 anos, produção)

L: E como é que tu vê o teu futuro aqui?

E: Eu pretendia terminar o segundo grau, fazer o curso de enfermagem, trabalhar em alguma clínica, ou num hospital, que é aquilo que eu tenho vontade. (C1, 25 anos, produção)

No nosso entender, o fato de nenhum dos entrevistados (jovens ou adultos) considerar a cooperativa e o trabalho autogerido como uma das suas perspectivas para o futuro, denota a sua não identificação com o projeto coletivo (sendo esse político, coletivista ou capitalista). É por isso que a sobrevivência é de caráter individual. Dentro desta lógica, os processos de participação, como a assembléia geral, são compreendidos como um espaço de prestação de contas e não de gestão coletiva.

L: E nestas reuniões, que tipo de coisas se discutem ou se decidem?

E: Eles trazem o que aconteceu naquele período de duas semanas, porque as reuniões são de uma semana sim e outra não.

L: E tu achas estas reuniões são importantes ou necessárias?

E: Acho, porque a gente fica sabendo de um monte de coisas que a gente, de outra forma, não teria como saber. (C1, 25 anos, produção)

L: Que tipo de coisas vocês discutem e decidem nas assembléias?

E: Acerto de conta, quanto gastaram, quanto não gastaram... O que vai acontecer pra mais adiante.

L: Você acha as assembléias algo importante de ser feito ou ela não é necessária?

E: Sim.

L: Por quê?

E: É importante porque você fica por dentro. (C5, 46 anos, produção)

Ou, então, é um momento no qual são delegadas as tarefas de cada um.

L: Que tipo de coisas vocês discutem nas reuniões?

E: Ah, quase todos os dias eles têm algum informe para passar para nós, principalmente da dengue, e os acontecimentos que acontecem no campo.

L: Tu achas que estas reuniões são importantes, necessárias de serem feitas?

E: Às vezes nem é necessário, mas às vezes é. (C1, 30 anos, produção)

L: Que tipo de coisas vocês discutem e decidem nas assembléias?

E: A gente vai, eles dizem tudo que vai acontecer e daí a gente bota em prática, né? Eles chegam com aquilo que tem que falar e aí nós vai, né?

L: Você acha as assembléias algo importante de ser feito ou ela não é necessária?

E: É importante pra eles que estão lá fora, né? Porque nós aqui estamos sabendo o que está acontecendo. (C1, 43 anos, produção)

Portanto, essas concepções sobre a assembléia geral expressam essa dimensão individualista entre os trabalhadores cujo sentido do trabalho autogerido é de sobrevivência individual, pois entender os processos participativos – tal qual a assembléia geral – como meramente espaços de prestação de contas e/ou de delegação de tarefas é uma maneira de se distanciar do coletivo, não participar deste e fazer apenas o seu trabalho para ser remunerado. Tal postura frente ao coletivo e aos processos participativos resulta em alguns casos numa postura de somente “ouvir e não falar nas assembléias”.

L: De que forma você participa nas assembléias?

E: Fico mais ouvido, analisando...

L: Não pergunta ou fala?

E: De vez em quando alguma coisa que não entendi. (C5, 46 anos, produção)

L: Tu participas destas reuniões?

E: Sim, a gente tem que estar ali.

L: E como é a tua participação, tu chegas a falar alguma coisa?

E: Não, difícil, só escuto.

L: Na tua opinião, o que se deve ou não se deve fazer nestas reuniões?

E: Eu não sei, porque eu não sou de dar muita opinião, perguntar. Às vezes eles estão nervosos, e a gente pergunta... (C1, 30 anos, produção)

L: E como é o modo que tu participas?

E: Eu escuto mais, e se foi bem explicado... eu nunca fui muito de falar. (C1, 25 anos, produção)

Ou, no caso de uma entrevistada, leva a rejeitar um convite para ocupar um cargo eletivo.

L: Alguém já lhe convidou para ocupar ou se candidatar a um cargo eletivo?

E: Já, mas não quis.

L: E por que tu rejeitou o convite?

E: Porque eu não tenho mais cabeça pra isso aí. (C1, 43 anos, produção)

Portanto, para este grupo de trabalhadores o sentido do trabalho autogerido é, apenas, de realização de uma atividade laboral cujo retorno é financeiro. Nesse sentido, eles se aproximam dos trabalhadores de sentido capitalista na medida em que estes também colocam em primeiro plano o retorno financeiro. Todavia, a diferença é que os trabalhadores de sentido capitalista vislumbram um projeto de organização do empreendimento e, portanto, eles se inserem no coletivo do trabalho a partir de uma postura diferente da dos trabalhadores de sentido coletivista e político. Por outro lado, os trabalhadores de sentido de sobrevivência individual não buscam se inserir no coletivo, se há uma inserção ela é marcada por um mínimo de envolvimento com a

gestão e tudo que represente o projeto coletivo. O trabalhador de sentido de sobrevivência individualista conduz sua experiência de trabalho autogerido a partir de um projeto *individual*, qual seja: o de adquirir uma renda em troca do seu trabalho.

3.2 As Biografias de Socialização

Nesta seção faremos uma descrição das biografias de socialização através das seguintes dimensões: Família, Trabalho, Sindicato, Política, Educação e Religião. Essa descrição ressaltará em linhas gerais o modo como essas dimensões se articulam na biografia de socialização dos sujeitos, tendo em vista, especialmente, destacar a intensidade e conteúdo das experiências ligadas a cada uma das dimensões citadas.

3.2.1 Biografia de socialização do trabalhador de sentido político

Podemos compreender, através da biografia de socialização deste grupo de trabalhadores, o processo que ancora a constituição reflexiva de um sentido político para o trabalho autogerido. Como veremos a seguir, a biografia desses trabalhadores é marcada, em várias dimensões da sua socialização, por um processo de interiorização de significados políticos e, geralmente, vinculados às concepções sobre o mundo do trabalho.

Em primeiro lugar, é preciso destacar o modo como os pais destes trabalhadores exerceram uma forte influência no sentido da educação para o trabalho e, também, como modelo de “pessoas trabalhadoras” que assumiram a responsabilidade de “dar o melhor para os filhos”. Nesse sentido, esses trabalhadores, durante a infância e cedo na juventude, auxiliaram seus pais no trabalho, ajudando, assim, no sustento da casa. Através dessa experiência se interioriza um significado para a categoria trabalho de compromisso com interesse comum, aqui no caso, com a família. Portanto, as experiências de trabalho estão bastante presentes nas relações familiares, seja sob a forma de ser um assunto recorrente entre pais e filhos, seja na experiência de visitar e trabalhar junto no mesmo local. Essa relação trabalho-família-sustento da casa carrega a categoria trabalho de um significado no qual ela é, simultaneamente, luta, exploração e virtude. Em suma, as relações familiares fazem com que esse grupo de trabalhadores interiorize os significados de luta, exploração, sacrifício, mas, também, espírito de grupo, virtude e responsabilidade, que serão as bases de suas concepções posteriores sobre o mundo do trabalho.

A trajetória de socialização no mundo do trabalho deste grupo de indivíduos apresenta alguns aspectos em comum. Em primeiro lugar, a trajetória de trabalho assalariado – que todos entrevistados deste grupo experimentaram – é relatada e percebida a partir de aspectos negativos e positivos. Do ponto de vista negativo, o trabalho assalariado aparece como *exploração*, ou seja, foi um trabalho que não possibilitou grandes conquistas materiais, apenas servindo para sobrevivência cotidiana e, no caso de uma entrevistada, a impossibilidade de poder estar perto dos filhos e educá-los apropriadamente. Pelo lado positivo, o trabalho assalariado permitiu o aprendizado e a qualificação profissional, o estabelecimento de relações de amizade e camaradagem, e a possibilidade de adquirir os direitos trabalhistas e, simultaneamente, a possibilidade de se engajar na luta pelo reconhecimento e ampliação desses direitos. Essa dualidade do trabalho assalariado se manifesta, num plano mais objetivo, numa trajetória breve ou fragmentada neste tipo de trabalho. Em segundo lugar, a experiência de trabalho por conta própria (vivenciado por dois dos três entrevistados de sentido político) é, num determinado momento da sua vida, vista como a possibilidade encontrada de conquistar autonomia e controle sobre o seu trabalho (afinal, não há mais patrão). Todavia, essa autonomia e controle são conquistados às custas da perda dos direitos trabalhistas e acompanhada pela sensação de insegurança de estar apenas “dependendo de si”. Assim, o fato destas experiências de trabalho assalariado e/ou autônomo não trazerem para os entrevistados uma sensação de realização e satisfação pessoal, leva à interiorização da idéia de transformar a realidade do trabalho. Entretanto, essa idéia não surgiu apenas como resultado dessas experiências e, sim, na sua articulação biográfica com outras dimensões da socialização, especialmente, política e sindical.

Todos os três trabalhadores tiveram uma trajetória sindical intensa: foram sindicalizados, participaram de reuniões e assembleias, eleições (um dos entrevistados, inclusive, ocupou cargo de dirigente sindical) e greves. O sindicato aparece, então, como instância de socialização de um sentido político para o mundo do trabalho. Nesta direção, a participação deste grupo de trabalhadores em organizações de natureza política também foi intensa na sua trajetória. Os três não só declararam que têm simpatia por partidos políticos (dois entrevistados pelo Partido dos Trabalhadores e uma entrevistada pelo Partido Comunista do Brasil) como, também, são filiados aos mesmos. Participaram como militantes em campanhas políticas eleitorais e manifestações como, por exemplo, Diretas Já, Fórum Social

Mundial, Marcha dos Sem, só para citar as mais conhecidas. A socialização política também se deu via participação em associação de bairro para uma das entrevistadas, organização não-governamental para outro e em movimentos comunitários e mutirões para um terceiro. Enfim, a participação nessas organizações, articulada biograficamente com uma trajetória de trabalho vista como problemática (no sentido, de não ser suficiente para a realização de expectativas pessoais), constitui o eixo principal do processo de socialização que forneceu as condições para a formação de um estoque subjetivo de conhecimento que, ao seu turno, possibilitou a construção de um sentido político para o trabalho autogerido.

Por fim, cabe destacar um outro aspecto comum a uma das dimensões da biografia de socialização deste grupo de trabalhadores, a educacional. Um elemento diretamente relacionado à constituição do sentido político do trabalho autogerido é o fato de que todos os três trabalhadores tiveram experiências de formação e educação sobre cooperativismo e autogestão. Cabe destacar que > essas experiências são anteriores ao início do trabalho autogerido e cooperativo que vivenciam hoje. Uma outra característica comum aos entrevistados é o fato de terem declarado que: 1) durante sua vivência escolar, tiveram professores em especiais que marcaram as suas trajetórias escolares como modelo de pessoas que não aceitavam passivamente às regras e que lhes transmitiam a imagem de uma pessoa realizada com o seu trabalho; 2) os entrevistados declaram que seus professores, de maneira geral, influenciaram em suas vidas no sentido da formação de um caráter; 3) consideram que seus pais, na medida do possível, os incentivaram e apoiaram na sua educação. No nosso entendimento, essas características da biografia educacional dos entrevistados produziram neles uma auto-estima, uma confiança em si mesmos, que são fundamentais para perceberem-se como agentes transformadores de uma realidade.

3.2.2 Biografia de socialização do trabalhador de sentido coletivista

Destacamos na seção anterior que o sentido do trabalho coletivista se aproxima em alguns aspectos com o sentido político. Basicamente, o que eles têm em comum é um reconhecimento do trabalho autogerido como um trabalho que atende ao interesse coletivo, realizado de maneira cooperativa e que promove a inserção em um projeto comum. Entretanto, se no sentido político do trabalho autogerido esse projeto é a transformação de uma realidade social, no sentido coletivista essa dimensão política de projeto inexistente e, no seu lugar, há um sentido de transformação

unicamente da vida e do trabalho dos membros do empreendimento. Essa ausência de uma dimensão política no sentido coletivista pode ser compreendida através das características da biografia de socialização dos trabalhadores desse grupo.

Tal como nos trabalhadores de sentido político, a família de origem e, mais especificamente, os pais exercem uma influência fundamental na interiorização de certos sentidos relacionados ao trabalho. Os pais são vistos como exemplos de ética do trabalho, honestidade e responsabilidade para com a família. Eles, também, exercem nos filhos, de acordo com os relatos dos entrevistados, uma educação para o trabalho que ressalta o valor deste para a dignidade de uma pessoa. Tendo esse modelo tão forte na figura dos pais não é raro, entre os trabalhadores coletivistas, a experiência de trabalho na infância e/ou juventude para ajudar no sustento da família. Deste modo, o trabalhador internaliza um sentido de responsabilidade para com um grupo (a família) associado ao trabalho. Portanto, essas características do processo de socialização familiar deste grupo de trabalhadores (pais como modelo de trabalhadores, a educação familiar que transmite a importância do trabalho para dignidade de uma pessoa e presença de experiências de trabalho na infância e/ou na adolescência cujo sentido era contribuir para o sustento da família) são as bases para construção de um sentido coletivista para o trabalho autogerido.

Diferentemente dos trabalhadores do sentido político, os coletivistas não enxergam a inserção e nem significam a trajetória no mundo do trabalho pelo viés da exploração e do não atendimento de expectativas pessoais. Os trabalhadores que tiveram experiências de trabalho assalariado com carteira (somente dois dos dezoito trabalhadores coletivistas não tiveram essa experiência) identificam neste o meio através do qual puderam adquirir bens materiais importantes (casa, carro, eletrodomésticos, etc.), sustentar e educar seus filhos, qualificaram-se profissionalmente, fazer amizades e, em alguns casos, conquistar o reconhecimento do valor do seu trabalho. A vivência do trabalho autônomo também adquire um sentido importante para estes trabalhadores: para as duas entrevistadas que nunca tiveram ocupações com carteira assinada, o sentido do trabalho autônomo nas suas vidas é o de ter sido o meio para ajudarem suas famílias financeiramente e aprenderem a ter responsabilidade e autonomia individuais; para os trabalhadores que tiveram experiências tanto de trabalho com carteira como de trabalho autônomo (11 trabalhadores tiveram experiências com esses dois tipos de trabalho), este último adquire o sentido de permitir ser “dono” dos frutos do próprio trabalho, de ser uma

oportunidade de conquistar uma renda maior através do esforço pessoal, apesar desta não ser garantida. Assim, essas formas de trabalho não possuem uma conotação problemática na vida desses trabalhadores; pelo contrário, foram as experiências através das quais puderam constituir e prover suas famílias, travar relações de amizade e de espírito de pertencimento a um grupo, e de serem reconhecidos e respeitados pelo seu trabalho. Assim, a trajetória de trabalho adquire um sentido problemático através da experiência do desemprego. Este possui o significado de ameaça a sua dignidade pessoal, no seu papel de provedores do bem-estar material dos seus filhos. Portanto, o trabalho (assalariado formal ou não) tem o sentido de realização do seu papel e inserção perante a um grupo, seja o da família, seja o dos pares do trabalho.

Ao mesmo tempo, o trabalho não adquire um sentido político para estes trabalhadores devido, também, as suas vivências ligadas às dimensões de socialização sindical e política. No caso da trajetória sindical (14 trabalhadores dos 18 foram sindicalizados), percebemos uma participação não tão militante como a encontrada nos trabalhadores de sentido político: entre os trabalhadores coletivistas, por exemplo, nenhum ocupou cargo de liderança sindical, suas participações em assembléia se restringem ao papel de expectadores e alguns relatam que rejeitaram participar de greves (dos 14 trabalhadores que foram sindicalizados somente dois nunca recusaram participar de greves). O modo como esses trabalhadores entendem o que é o sindicato está diretamente relacionado às suas razões para se sindicalizarem, quais sejam: a possibilidade de acessarem serviços de assistência médica e jurídica e usufruírem de colônias de férias, por exemplo, e/ou de estar amparados por uma organização que atuará na defesa dos seus direitos trabalhistas. Portanto, as experiências dos trabalhadores coletivistas relacionadas ao sindicato não adquirem uma conotação política, pois eles entendem que o papel do sindicato nas suas trajetórias de trabalho foi o de prover certos benefícios e assegurar determinados direitos.

As experiências de socialização políticas são, também, pouco intensas: muitos dos trabalhadores de sentido coletivista se definem como pouco ou não interessados em política (dos 18 trabalhadores somente 5 declararam ter interesse por política); quando possuem uma preferência partidária (10 trabalhadores declararam ter preferência partidária) essa não se traduz em militância e filiação; e, em geral, nunca participaram de associações de bairros, organizações não-governamentais e movimentos ou manifestações sociais. Frente a estas características, podemos

entender a razão do trabalho autogerido não possuir um sentido político, isto é, constituir-se meio para a transformação da realidade social. Contudo, pode-se questionar, então, em quais tipos de experiências na biografia de socialização, desse grupo de trabalhadores, o sentido coletivista está ancorado. Em primeiro lugar, como vimos, a idéia de trabalho coletivo remete às relações de socialização na família de origem, ou seja, o trabalho como meio de contribuir para o sustento do coletivo que é a família. Em segundo lugar, temos experiências que não são generalizáveis a todos os integrantes do grupo de trabalhadores de sentido coletivista. Por exemplo, na biografia do presidente da C4, a idéia de trabalho coletivo e compromisso com um grupo advêm da sua atuação em organizações de caridade e auxílio-mútuo ligadas à sua religião; no caso de uma das entrevistadas da C1, a inserção e o reconhecimento de um elo com uma comunidade surgiu a partir de sua experiência em um coletivo de trabalho organizado pelo poder público municipal. Terceiro, as experiências de socialização ligadas à dimensão da educação: 1) todos os trabalhadores coletivistas que participaram de algum tipo de curso para o cooperativismo (14 trabalhadores fizeram algum tipo de curso voltado para o cooperativismo ou autogestão), fizeram-no depois de estar trabalhando na cooperativa. Neste caso, o sentido coletivista do trabalho autogerido pode estar baseado nos conhecimentos internalizados nestes cursos. Entretanto, cabe destacar que somente essa educação para o cooperativismo não basta para a construção de um sentido coletivista para o trabalho autogerido, pois, como veremos a seguir, dois trabalhadores de sobrevivência individual fizeram cursos desta natureza. Portanto, é preciso considerar essa experiência de socialização educacional articulada com a biografia do sujeito; 2) a intensidade da vivência escolar é um dos fatores no processo biográfico de socialização que propicia a internalização de sentidos vinculados à noção de coletivo. Na nossa análise, o apoio dos pais, reconhecido pelos entrevistados, para a consecução dos estudos e uma relação com os professores marcada por uma carga afetiva são duas características das experiências de socialização escolar que propiciam ao indivíduo um sentimento de pertencimento e reconhecimento de um coletivo, na medida em que os professores e pais são papéis que representam realidades sociais e coletivas que correspondem, respectivamente, à escola e à família. Portanto, pensamos que o tipo de biografia de socialização, responsável pela construção de um estoque subjetivo de conhecimento que oportuniza a construção reflexiva do sentido coletivista para o trabalho autogerido, possui as seguintes características: a família fornece um primeiro sentido de trabalho coletivo, a

inserção e as vivências no mundo do trabalho são internalizadas como promotoras da dignidade e realização pessoal, uma baixa intensidade ou nenhuma participação em experiências de socialização política, uma trajetória de experiências relacionadas ao sindicato cuja intensidade e o tipo de participação neste último não foram marcadas por um sentido político e, finalmente, processos educacionais que promovem um sentimento de pertencimento e reconhecimento de um grupo.

3.2.3 Biografia de socialização do trabalhador de sentido capitalista

Vimos que a característica principal do sentido do trabalho autogerido, para esse grupo de trabalhadores, é a inserção competitiva no mercado, a busca pelo lucro como um fim em si mesmo e a “adaptação” do modelo de autogestão para consecução desses objetivos. Cabe, então, questionar quais são as características da biografia de socialização desses trabalhadores, que possibilitaram a construção reflexiva desse sentido para o trabalho autogerido. Em primeiro lugar, na socialização familiar, não há experiências de trabalho na infância e/ou na juventude como forma de ajudar no sustento da família. O sentido do trabalho é interiorizado através de outras circunstâncias e experiências. Nesse sentido, o modo como a figura dos pais influenciou esses trabalhadores de sentido capitalista, nas questões relacionadas ao trabalho, foi em função de serem exemplos de trabalhadores bem sucedidos e que possuíam algum grau de chefia nas suas ocupações (no caso do trabalhador da C4, o padrasto era proprietário de duas empresas e o pai do trabalhador da C5 era mestre de obras). Portanto, a educação para o trabalho, que tiveram os indivíduos do grupo de sentido capitalista, ocorreu a partir desse viés de liderança e individualismo. Isso se reflete no fato de que a inserção destes trabalhadores, no mundo do trabalho, não ocorre em função de uma necessidade ou sentimento de obrigação em ajudar a família e, sim, visando à realização de projetos pessoais (o trabalhador da C5 começou para conquistar sua independência financeira e, assim, pode casar-se; e o trabalhador da C4, para conseguir manter sua educação técnica e adquirir maior qualificação e experiência profissional).

Em segundo lugar, na trajetória de socialização relacionada à dimensão do trabalho, o que chama atenção é o fato de que ambos trabalhadores vivenciaram experiências de trabalho autônomo na condição de proprietários de negócios próprios. Ambos investiram fortemente nas suas empresas e obtiveram retorno financeiro durante um certo período de tempo, mas ambos faliram em função das pressões

competitivas de mercado. Esses trabalhadores, através dessas experiências, interiorizam a noção de que, no trabalho autônomo, para obter retorno, é preciso competir, trabalhar diuturnamente e ter os conhecimentos necessários para administrar adequadamente o empreendimento. Sendo a cooperativa um trabalho no qual se é sócio-proprietário, compreende-se que esses trabalhadores transfiram, para experiência de trabalho autogerido, os conhecimentos e o sentido interiorizado do trabalho autônomo. Além disso, ambos trabalhadores vivenciaram experiências de trabalho com carteira assinada e, através das quais, interiorizaram a noção de que este é um trabalho no qual há uma troca entre, de um lado, a segurança e a tranqüilidade de um retorno financeiro garantido no “final do mês” e, de outro, a impossibilidade de buscar rendimentos econômicos crescentes, ou seja, independente do quanto se trabalha, a remuneração é a mesma no regime de carteira assinada.

Em terceiro lugar, a ausência, na biografia de socialização, de experiências relacionadas ao sindicato (ambos trabalhadores nunca se sindicalizaram) reforça essa lógica de que participar, investir tempo e recursos em algo, só adquire sentido se houver um retorno do ponto de vista individual. Nesse sentido, esse grupo de trabalhadores possui uma postura crítica e depreciativa em relação aos sindicatos, qual seja: são organizações que não possuem utilidade alguma do ponto de vista dos interesses individuais de crescimento econômico e financeiro do trabalhador. À ausência de vivências relacionadas ao sindicato, soma-se a não participação em qualquer processo de socialização política, ou seja, são trabalhadores que se definem como não interessados por política, que nunca tiveram simpatia e filiação político-partidária e jamais participaram de organizações, associações e movimentos sociais.

Por fim, as características do processo de socialização educacional, desses trabalhadores, nos ajudam a compreender a construção do sentido capitalista do trabalho autogerido entre eles. As experiências escolares foram marcadas por uma fraca intensidade emocional e afetiva na influência dos professores sobre esses trabalhadores. Estes últimos manifestam nas entrevistas que seus professores cumpriram apenas o papel de transmitir o conteúdo didático. Os pais, por outro lado, tiveram o papel, no processo de socialização educacional, de cobrar dos filhos um bom desempenho escolar. Assim, a dedicação aos estudos, isto é, o “investimento” de tempo e energia na tarefa de aprender, é motivado pelo retorno que os pais oferecem em termos de reconhecimento para os filhos. Deste modo, a criança interioriza um

padrão de comportamento de natureza competitiva e de aceitação das condições que se apresentam para buscar aquilo que se deseja.

3.2.4 Biografia de socialização do trabalhador de sentido de sobrevivência individual

Sobrevivência individual são as duas palavras que marcam um ou mais momentos da biografia deste grupo de trabalhadores. Na dimensão familiar da biografia de socialização deste grupo de trabalhadores, observa-se que o modelo de pessoa trabalhadora foi representado pela mãe. A ausência da figura paterna é explicada através do fato que ou o pai faleceu durante a infância (este foi o caso de dois dos cinco deste grupo de trabalhadores) ou exercia algum tipo de trabalho muito mal remunerado. Assim, a figura da mãe surge como a principal responsável pela manutenção econômica da família. Como resultado desta situação, existem dois tipos de inserção no mundo do trabalho: 1) começa-se a trabalhar para ajudar no sustento da família, porém menos em razão de um sentimento de dever moral (esse é o caso dos trabalhadores de sentido político e coletivista) e mais em razão da impossibilidade concreta de sobrevivência no núcleo familiar (esta situação é constada no relato de um trabalhador da C4 e de dois da C1); 2) alguns trabalhadores de sentido de sobrevivência individual começam a trabalhar porque contraem matrimônio, isto é, em função da precária situação financeira da família de origem, esta não pode ajudar, mesmo minimamente, esse tipo de trabalhador na constituição da sua vida de casado. Portanto, para arcar com as responsabilidades que o matrimônio implica, o indivíduo é obrigado a trabalhar sem o suporte e ajuda inicial da família. Enfim, essas características do processo de socialização familiar fazem com que o indivíduo interiorize um sentido para o trabalho ligado à urgência material.

Entretanto, alguns trabalhadores de sentido coletivista e político enfrentaram circunstâncias similares a dos trabalhadores de sentido de sobrevivência no processo de socialização familiar. Neste sentido, a diferença, no caso do trabalhador de sobrevivência, é que esse tipo de socialização familiar se articula biograficamente com outras que remetem a uma condição de estarem sozinhos na luta incessante e nunca satisfeita de atendimento às urgências de ordem material. No que se refere à dimensão do trabalho, todos os trabalhadores de sentido de sobrevivência individual vivenciaram o trabalho com carteira. Entretanto, essa vivência não teve a duração e o retorno financeiro necessários para que o trabalhador pudesse ter conquistado aquilo que considera necessário para uma vida segura (aposentadoria, casa própria, carro,

etc.). Ao mesmo tempo, as experiências de trabalho por conta própria (três dos cinco trabalhadores de sobrevivência) significaram, no momento em que ocorreram nas suas vidas, a única alternativa encontrada frente à situação de desemprego. Notamos, então, que as experiências de socialização da dimensão do trabalho deste grupo foram marcadas pela busca não satisfeita de necessidades materiais. Essa característica do processo de socialização da dimensão trabalho fez com que, este último, estivesse sempre atrelado ao sentido de sobrevivência para este grupo de trabalhadores.

Além disso, as experiências de socialização política são ausentes na biografia dos trabalhadores de sentido de sobrevivência: nenhum deles declarou ter interesse por política, preferência e filiação partidária. Também, nenhum dos entrevistados participou de manifestações ou campanhas políticas e organizações, associações e movimentos sociais. Essa ausência de experiências de socialização política, no nosso entender, reforça a idéia de “apenas contar consigo mesmo”, pois a participação em experiências políticas implica na inserção e identificação com um grupo social. Outro elemento na biografia de socialização, dos trabalhadores de sentido de sobrevivência individual, é a ausência de filiação sindical (com exceção de um trabalhador da C4), o que, por sua vez, remete a uma inserção individual e desamparada no mundo do trabalho.

Por fim, os processos de socialização educacional, no caso de alguns trabalhadores deste grupo, corroboram com a formação de um estoque subjetivo de conhecimento que possibilite a construção reflexiva do sentido de sobrevivência individual para o trabalho autogerido, qual seja: três dos cinco trabalhadores desse grupo tiveram que sair da escola em função da necessidade de trabalhar para se manter. Tal experiência é tão marcante que, dois desses três trabalhadores, durante sua experiência atual na cooperativa C1, fizeram cursos de autogestão e cooperativismo, ou seja, a sua biografia de socialização de certo modo impediu a construção de um sentido coletivista, por exemplo, ancorado nas experiências de educação para o cooperativismo.

CONCLUSÃO

Nesta pesquisa, partiu-se de uma perspectiva que entende que as sociedades modernas são marcadas pelos processos de diferenciação das e nas diferentes esferas da vida social e, também, pela produção de um maior espaço para o exercício da individualidade e reflexividade (BERGER e LUCKMANN, 2004; DURKHEIM, 1999; SCHUTZ e LUCKMANN, 1973). Tal perspectiva, ao seu turno, implicou na adoção de dois pressupostos teóricos que balizaram esta pesquisa, quais sejam: 1) a impossibilidade de deduzir a lógica e o sentido da ação dos indivíduos através de um sistema de valores, princípios e normas generalizadas na sociedade como um todo, ou seja, com o processo de diferenciação social emerge a situação na qual os indivíduos são atravessados por uma pluralidade de princípios, valores e normas; e, 2) a diferenciação social e o maior espaço para o exercício da individualidade e reflexividade enfraquecem o poder de *auto-evidência* (BERGER e LUCKMANN, 2004, p. 53-64) da realidade social e institucionalmente informada. Assim, o sentido e a lógica da ação dos indivíduos não podem ser deduzidas da lógica das instituições e organizações que compõem o espaço social (econômico, político, cultural, familiar, etc.) no qual a ação se desenvolve. Nesse sentido, este estudo foi conduzido através da seguinte premissa: a compreensão sociológica do sentido de uma determinada ação social deve ser buscada no sujeito dessa ação, tendo em vista o trabalho reflexivo no qual ele estabelece, a partir de elementos socialmente dados, o significado e sentido dessa ação. Formulou-se, então, como objetivo central de pesquisa compreender o modo como os trabalhadores de cooperativas de Economia Solidária, reflexivamente e a partir dos conhecimentos socialmente dados e sedimentados nos seus estoques subjetivos de conhecimento, constroem um sentido para experiência de trabalho autogerido.

Nesta direção, afirmou-se, também, que essa perspectiva, por nós adotada, vai de encontro com a de Paul Singer (1999; 2000a; 2000b; 2002a; 2002b; 2003a; 2004a) a respeito do sentido da autogestão. Este autor, como foi visto, entende que haveria duas lógicas distintas de organização das atividades econômicas: a capitalista cujas características são a competição individualista, a exploração do trabalho pelo capital e a desigualdade gerada pela dinâmica do mercado que divide a sociedade entre “perdedores e vencedores” no jogo da livre concorrência, sendo a reprodução de tal lógica assegurada pelo modelo de propriedade privada e heterogestão; e a lógica de Economia Solidária cujas características são a cooperação, a solidariedade e a

igualdade, sendo a (re)produção de tal lógica assegurada pela organização da atividade econômica a partir do modelo de propriedade coletiva e autogestão. Portanto, Singer entende que o sentido do trabalho autogerido está determinado por um conjunto de princípios e valores (igualdade, participação, cooperação e solidariedade) objetivamente dados nas propriedades do modelo autogestionário (propriedade coletiva dos meios de produção; não separação entre concepção e execução; a presença de espaços deliberativos nos quais todos tenham o mesmo poder de decisão e possam, assim, gerir coletivamente a organização). Por sua vez, esse conjunto de princípios e valores, objetivados no modelo de autogestão, sustenta a oposição mais geral entre economia capitalista e solidária. Entende-se, então, que a visão deste autor ignora o papel criativo dos sujeitos na construção do sentido do trabalho autogerido (opondo-se, assim, à questão do maior espaço para o exercício da individualidade e reflexividade nas sociedades modernas) e, também, sustenta que tal sentido é uniforme uma vez que ele está objetivado nas condições e práticas do modelo de autogestão, o que, por sua vez, contraria a visão de que as sociedades modernas são atravessadas, em função do processo de diferenciação social, por um pluralismo de valores, normas, princípios e conhecimentos. Em suma, Singer entende que o sentido do trabalho autogerido está objetivamente dado, cabendo, assim, ao trabalhador incorporar e ser educado para a prática do “verdadeiro” sentido do modelo autogestionário. Em contraposição, afirma-se que o sentido do trabalho autogerido é construído pelo sujeito a partir de valores, princípios e conhecimentos de natureza diversa e que se sedimentaram no seu estoque subjetivo de conhecimento ao longo da sua biografia de socialização.

Com base no referencial teórico adotado (BERGER e LUCKMANN, 1999; SCHUTZ e LUCKMANN, 1973) e na leitura crítica que foi feita da perspectiva de Singer, este estudo formulou três hipóteses a respeito, respectivamente, da possível diversidade de sentidos do trabalho; que o conteúdo dessa diversidade de sentidos “diluiria” a oposição entre princípios capitalistas e solidários; e que as diferenças de sentido do trabalho autogerido poderiam ser entendidas através das diferenças na biografia de socialização que conformou os estoques subjetivos de conhecimento dos trabalhadores. Essas hipóteses foram testadas a partir da análise de 28 entrevistas estruturadas realizadas com trabalhadores de cinco cooperativas autogeridas.

Através dessa análise, identificaram-se quatro tipos de sentido do trabalho autogerido entre os entrevistados, a saber, sentido *político*, *coletivista*, *capitalista* e *de*

sobrevivência individual. Os dois primeiros remetem à construção de um sentido, para experiência de autogestão, a partir de princípios que se identificam com a noção de Economia Solidária, isto é, os trabalhadores de sentido político e os coletivistas compreendem e conduzem sua vivência de trabalho autogerido a partir de princípios como: primazia pelo interesse coletivo, a necessidade de aprender a cooperar e participar dos processos de gestão coletiva e o sentimento de solidariedade expresso pela sensação de pertencimento a um projeto coletivo cuja consecução depende do compromisso e responsabilidade de todos de verdadeiramente ajudar e trabalhar em grupo. Nesta direção, o que diferencia o sentido político do coletivista é o fato de que, no primeiro, o trabalho autogerido representa a possibilidade de participar de um processo de transformação da realidade social e do comportamento das pessoas de maneira geral; enquanto que, no sentido coletivista, o trabalho autogerido representa a possibilidade de transformação da qualidade de vida e de trabalho exclusivamente dos membros do empreendimento. Todavia, através do sentido *capitalista* e o de *sobrevivência individual*, pode-se identificar uma outra maneira de conduzir a experiência de trabalho autogerido através de princípios que não aqueles de Economia Solidária. No caso do sentido capitalista, a cooperativa autogestionária representa a possibilidade de uma inserção competitiva no mercado e a busca do lucro como um fim em si mesmo. Desta maneira, fazer parte do empreendimento só adquire sentido na medida em que, este último, promova um retorno financeiro proporcional às expectativas individuais construídas em termos de investimento pessoal de tempo, conhecimento e energia no trabalho. Os trabalhadores de sentido capitalista propõem, então, uma série de modificações no modelo de autogestão que, aos seus olhos, forneceriam às condições necessárias para responder adequadamente às demandas do mercado e, por conseguinte, assegurar o retorno financeiro almejado. Tais mudanças consistem, por exemplo, na profissionalização dos cargos de gestão; adaptação dos espaços participativos (por exemplo, assembléias gerais) para servirem de mecanismos de prestação de contas e controle sobre a produtividade individual dos associados e da idoneidade da administração; e a contratação e remuneração dos sócios conforme a função e o grau de qualificação profissional. No caso dos trabalhadores de sentido de sobrevivência individual, o trabalho autogerido tem o mesmo sentido de qualquer outro trabalho na percepção dos integrantes desse grupo, qual seja: o de prover uma renda e, assim, permitir a sobrevivência econômica individual. Nesse sentido, esses indivíduos entendem o trabalho na cooperativa a

partir de uma lógica que pode ser expressa da seguinte maneira: “estou vendendo minha força de trabalho para a cooperativa e, em contrapartida, recebo uma remuneração”. Nesse sentido, esses trabalhadores não se envolvem nos processos participativos de gestão (restringem-se em estarem fisicamente presentes em momentos como as assembléias gerais e ao papel de ouvintes) e apenas se dedicam à realização de sua função laboral, pois dessa depende a sua remuneração. Enfim, a existência dos sentidos capitalista e de sobrevivência individual representa uma forma de condução da experiência de trabalho autogerido através de outros princípios que não os de Economia Solidária. Portanto, no nosso entender, a natureza das diferenças entre os quatros sentidos confirma nossa primeira hipótese a respeito da diversidade de sentidos que o trabalho autogerido assume para os trabalhadores de cooperativas de Economia Solidária. E, ainda, o fato dos sentidos capitalista e de sobrevivência individual não serem conformados por princípios de Economia Solidária, aponta na direção de que o sentido do trabalho autogerido não está totalmente dado nas práticas e características do modelo autogestionário (como prevê a perspectiva de Singer) e, por conseguinte, que existe um espaço para o poder criativo e reflexivo dos indivíduos na construção do sentido desta modalidade de trabalho.

A constatação da existência do sentido capitalista e de sobrevivência individual, também, confirma a nossa segunda hipótese: a diversidade de sentidos do trabalho autogerido faria com que a dualidade, presente na perspectiva de Singer, entre, de um lado, uma lógica capitalista cuja reprodução é assegurada pelo modelo de heterogestão e propriedade privada e, de outro, uma lógica solidária reproduzida através da consecução do modelo de autogestão e propriedade coletiva, não se sustentaria. Como foi visto na introdução deste estudo, essa dualidade implicava em compreender que a experiência de trabalho autogerido só poderia ser “verdadeiramente” vivenciada através da incorporação, por parte do trabalhador, dos princípios de participação, cooperação, igualdade e solidariedade. E, ainda, que Singer reconhecia que os trabalhadores poderiam se inserir nos empreendimentos autogeridos a partir de princípios que não os de Economia Solidária. Todavia, neste caso, esses trabalhadores, na visão de Singer, não participariam efetivamente das práticas que envolvem o modelo de autogestão e, também, que isso se deve a um *problema pedagógico*, isto é, esses trabalhadores não incorporaram os princípios relacionados à autogestão, porque suas ações permanecem ainda sendo pautadas por princípios incorporados através do regime de assalariamento e das relações sociais capitalistas de

maneira geral. Essa perspectiva estaria correta se tivessem sido identificados, nesta pesquisa, apenas os sentidos político, coletivista e de sobrevivência individual. Este último, então, representaria aquele conjunto de trabalhadores que não se envolve completamente nas práticas do modelo autogestionário, pois, afinal, como foi visto, no capítulo três, os integrantes do grupo de trabalhadores de sentido de sobrevivência individual se interessam e participam muito pouco de práticas de gestão coletiva da cooperativa. No entanto, o baixo envolvimento e participação não se constatam nas falas dos trabalhadores de sentido capitalista, ou seja, esse grupo, mais do que qualquer outro, aponta para o fato de que existem modalidades de inserção, no modelo de autogestão, pautadas por princípios que não os de Economia Solidária. Nesse sentido, pensamos que a dualidade “Economia Solidária/Economia Capitalista” não se sustenta, pois a noção de *dualidade* implica em assumirmos a idéia de que há uma impossibilidade de existir formas de condução das práticas de autogestão através de princípios que não os de Economia Solidária ou, então, implicaria em taxar essas formas como “modalidades degeneradas” ou “inautênticas” de prática do trabalho autogerido. Entretanto, entende-se que isso significaria o abandono da tarefa de compreender-se, realmente, os diferentes modos pelos quais os indivíduos conduzem a experiência de trabalho autogerido. Em outras palavras, taxando de inautênticas as formas como os trabalhadores de sentido capitalista e de sobrevivência individual conduzem a experiência de trabalho autogerido, se estaria explicando como elas são possíveis? Pensamos que não. É nesse sentido que se afirma que a *dualidade* entre princípios de Economia Solidária e Capitalista não se sustenta. A existência dos quatro sentidos do trabalho autogerido, força a entender que exista um gradiente (e não uma dualidade) entre formas de condução do trabalho autogerido pautadas por princípios de Economia Solidária, de um lado, e formas de condução do trabalho autogerido pautadas por princípios capitalistas, de outro. Assim, poderiam ser situados os quatro sentidos do trabalho autogerido no espectro que compreende esse gradiente: o sentido capitalista e o sentido político seriam as modalidades de condução do trabalho autogerido mais próximas, respectivamente, do pólo Capitalista e o de Economia Solidária, e o sentido coletivista e o de sobrevivência individual seriam posições intermediárias entre esses dois pólos e, portanto, formas híbridas de composição de princípios de um e do outro pólo. Desta maneira, não haveria apenas um sentido objetivamente dado do trabalho autogerido e, sim, modalidades, compreendidas dentro de um gradiente, que representam as formas como os atores,

diferentemente entre si, conduzem e constroem um sentido para experiência de autogestão no trabalho. Enfim, a noção de gradiente coloca no centro do processo de construção das iniciativas de Economia Solidária, o ator reflexivo e, não, o modelo e as condições objetivas de trabalho.

A diversidade de sentidos do trabalho autogerido, constatada nesta pesquisa, leva a questionar uma outra dimensão da perspectiva teórica de Paul Singer. Como foi mencionado no parágrafo anterior, este autor admite que pode acontecer que os trabalhadores se insiram na organização autogestionária a partir de princípios e valores que não aqueles da autogestão e, conseqüentemente, da Economia Solidária. Todavia, esses outros valores e princípios são vistos como algo advindo e incorporado pelos trabalhadores da cultura do regime de assalariamento e das relações sociais capitalistas. Sendo assim, para Singer, as diferenças entre os trabalhadores no que concerne à condução da experiência de trabalho autogestionário e o seu sentido se restringem entre aqueles que praticam e assumem o sentido “verdadeiro” da autogestão e aqueles que não o fazem e que continuam orientando sua ação no trabalho a partir de princípios, em última instância, capitalistas. Assim, as diferenças entre os trabalhadores são compreendidas em função do maior ou menor envolvimento com as práticas autogestionárias. Ora, a existência do grupo de trabalhadores de sentido capitalista não pode ser compreendida através dessa perspectiva, pois esse grupo participa das práticas e espaços que conformam o modelo de autogestão tanto quanto os trabalhadores cujo sentido de sua ação são os princípios de Economia Solidária. Portanto, o sentido e princípios, através dos quais o trabalhador conduz a experiência de trabalho autogerido, não são produzidos em função do seu grau de envolvimento nas práticas e espaços que conformam o modelo de autogestão. Muito pelo contrário, o sentido que o trabalhador atribui à sua experiência de trabalho autogerido irá conformar diferentes modalidades e graus de envolvimento com as práticas do modelo de autogestão – como se pode notar na descrição dos sentidos político, coletivista, capitalista e de sobrevivência individual no capítulo 3. É a partir dessa constatação que nossa terceira hipótese pode ser considerada confirmada: as diferenças de sentido do trabalho autogerido para os trabalhadores não são devidas a diferentes formas de engajamentos e educação para a prática autogestionária e, sim, em função de diferentes modos como a experiência de trabalho autogerido se articula com a biografia de socialização do trabalhador.

Descreveu-se na segunda parte do capítulo 3 o modo como diferentes tipos de biografias de socialização que, por sua vez, conformam diferentes tipos de estoques subjetivos de conhecimento, estão associados aos diferentes sentidos do trabalho autogerido identificados nesta pesquisa. Um fato que refuta a idéia de Singer de que o envolvimento do trabalhador no modelo de autogestão dependeria do quanto este permanece orientando sua ação por princípios incorporados através da experiência de assalariamento e das relações sociais capitalistas; é que em cada grupo de sentido do trabalho autogerido que se identificou, pode-se constatar a presença de um ou mais trabalhadores que passaram por experiências de trabalho assalariado e por conta própria. Portanto, os tipos de biografias não podem ser classificados apenas pelo critério de maior ou menor grau de exposição a experiências de tipo capitalista. Como foi visto, as biografias caracterizam-se muito mais pelo modo como diferentes tipos de experiência de socialização (política, familiar, sindical, de trabalho, educacional e religiosa) articulam-se em termos da intensidade e da forma como essas experiências se processaram na vida do indivíduo. E é essa articulação que define um tipo de estoque subjetivo de conhecimento que, por sua vez, é a base a partir da qual o ator constrói reflexivamente o sentido através do qual ele irá conduzir a experiência de trabalho autogerido.

Finalmente, a confirmação dessas três hipóteses aponta para o fato de que para entender o sentido que assume o trabalho autogerido na sociedade moderna, deve-se olhar para o modo como a experiência de autogestão se articula com a vida e o conhecimento dos indivíduos que a vivenciam no seu cotidiano. Muito antes de representar a objetivação de um suposto conjunto de princípios e valores, o trabalho autogerido representa as expectativas, os interesses, os projetos e a condição de homens e mulheres. A diversidade de sentidos e princípios, pelos quais essa experiência de trabalho é construída, é, portanto, a expressão da capacidade reflexiva e criativa dos atores na busca da produção de um significado a respeito do que fazem, de quem são e do seu lugar no mundo social. Afirmar que o sentido deste trabalho esteja objetivamente dado é não reconhecer, portanto, essa capacidade do ser humano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. As metamorfoses no mundo do trabalho. In: GOMES, Álvaro (Org.). **O trabalho no século XXI: considerações para o futuro do trabalho**. São Paulo: Anita Garibaldi; Salvador: Sindicato dos Bancários da Bahia, 2001. p. 17-32.

AZAMBUJA, Lucas R. Ideologia e relação com o trabalho: o caso de uma cooperativa de autogestão. In: SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, XV, 2003, Porto Alegre. **Resumos dos Trabalhos Apresentados**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. 1 CD-ROM.

_____. **Os valores da Economia Solidária: um estudo sobre a heterogeneidade ideológica de trabalhadores de cooperativas autogeridas**. Porto Alegre: UFRGS, 2004. 98p. Monografia (Graduação), Departamento de Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

_____. Os valores da Economia Solidária: um estudo sobre a heterogeneidade ideológica de trabalhadores de cooperativas autogeridas. In: ANUAL DA ANPOCS, 29, 2005, Caxambu. Disponível em: www.ufrgs.br/ppgsocio Acesso em: jan 2007.

AZAMBUJA, Lucas R.; ROSENFELD, Cinara. Como os Trabalhadores Pensam e Praticam a Autogestão? Repensando o sentido da Economia Solidária. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE SOCIOLOGIA ECONÔMICA E DAS FINANÇAS, 1, 2006, São Carlos. 1 CD-ROM.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

_____. L'analyse de contenu et de la forme des communications. In: MOSCOVICI, S. e BUSCHINI, F. **Les méthodes des sciences humaines**. Paris: PUF, 2003. p.343-270.

BAUER, Martin W. Análise de Conteúdo Clássica: uma revisão. In: BAUER, Martin W. e GASKELL, George (org.). **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 189-217.

BAUMGARTEN, Maíra. Reestruturação produtiva e industrial. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia**. 4 ed. rev. ampl. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: UFRGS, 2002. p. 268-271.

BERGER, Peter L. **Perspectivas Sociológicas: uma visão humanística**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A Construção Social da Realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. 17 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. **Modernidade, Pluralismo e Crise de Sentido: a orientação do homem moderno**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BILTON, Tony et al. Sociologists, Modernity and Progress. In: BILTON, T.; BONNETT, K.; JONES, P.; SKINNER, D.; STANWORTH, M. & WEBSTER, A. **Introductory sociology**. 3 ed. Londres: MacMillan, 1996. p. 577-617.

BOTTOMORE, Tom. Diferenciação social. In: OUTHWAITE, William & BOTTOMORE, Tom (orgs.). **Dicionário do pensamento social do século xx**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. p. 207-209.

BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma Teoria da Prática. In: ORTIZ, Renato (Org.). **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983a. p.46-81

_____. Gostos de Classe e Estilos de Vida. In: ORTIZ, Renato (Org.). **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983b. p. 82-121

_____. Estruturas Sociais e Estruturas Mentais. **Teoria e Educação**, Porto Alegre, n.3, p.113-119, 1991.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A Reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1975.

CARPI, Juan A. T. The prospects for the social economy in a change world. **Annals of Public and Cooperative Economics**, Oxford, v. 68, n.2, p. 247-279, 1997. Disponível em: <www.periodicos.capes.gov.br>. Acesso em: abr. 2006.

CATTANI, Antonio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

CORAGGIO, José Luis. Da economia dos setores populares à economia do trabalho. In: KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz (Org.). **Economia dos setores populares**: entre a realidade e a utopia. Petrópolis: Vozes; 2000. p. 91-141.

_____. Economia do trabalho. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003. p. 88-96.

CULTI, Maria Nezilda. O cooperativismo popular no Brasil: importância e representatividade. In: CONGRESO EUROPEO DE LATINOAMERICANISTAS, 3, 2002, Amsterdã. Disponível em: <<http://www.ecosol.org.br/O%20COOPERATIVISMO%20POPULAR%20NO%20BRASIL-Texto%20Amsterdam.doc>>. Acesso em: maio 2004.

DAL RI, Neusa Maria e VIEITEZ, Candido Giraldez. **Trabalho Associado**: cooperativas e empresas de autogestão. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

DEMOUSTIER, Danièle. **A Economia Social e Solidária**: um novo modo de empreendimento associativo. São Paulo: Loyola, 2006.

DUBAR, Claude. Socialização e construção social da identidade. In: _____. **A Socialização**: construção das identidades sociais e profissionais. Porto: Porto Editora, 1997. p.17-120.

DUBET, François. **A Sociologia da Experiência**. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

DURKHEIM, Émile. **Da Divisão do Trabalho Social**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ESTEVES, Egeu. Os Desafios à Igualdade nas Cooperativas Autogestionárias. In: SOUZA, André Ricardo; CUNHA, Gabriela Cavalcanti; DAKUZAKU, Regina Yoneko (Orgs.). **Uma Outra Economia é Possível: Paul Singer e a Economia Solidária**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 271-285.

FAVREAU, Louis. Les Enjeux Américains. In : DACHEUX, Éric e LAVILLE, Jean-Louis (Coord.). **Hermès : économie solidaire et démocratie**, Paris, n.36, p. 37-44, 2003.

_____. **Qu'est-ce que l'économie sociale?** Synthèse introductive. Outaouais: Université du Québec en Outaouais; Observatoire en économie sociale et en développement régional. 2005. Disponível em: < www.uqo.ca/observer/>. Acesso em: jun. 2006.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean-Louis. **A Economia Solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

FRANTZ, Walter. Educação e cooperação: práticas que se relacionam. In: **Sociologias**, Porto Alegre, ano 3, n.6, p. 242-264, jul./dez 2001.

GAIGER, Luiz I. G. Empreendimentos solidários: uma alternativa para a economia popular? In: _____ (org.). **Formas de combate e de resistência à pobreza**. São Leopoldo: UNISINOS, 1996. p. 101-126.

_____. O trabalho ao centro da economia popular solidária. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 28, 1999, Caxambu. Disponível em: <<http://www.ecosol.org.br/textos/anpocs.doc>>. Acesso em: Ago. 2002.

_____. Empreendimentos econômicos solidários. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003. p. 135-143.

_____. **A Economia Solidária diante do modo de produção capitalista**. [2004?]. Disponível em: <http://www.ecosol.org.br/Gaiger_Ecosol%20e%20Capitalismo.doc>. Acesso em: maio 2004.

GALEAZZI, Irene. Desemprego. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia**. 4 ed. rev. ampl. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: UFRGS, 2002a. p. 67-72.

_____. Precarização do trabalho. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia**. 4 ed. rev. ampl. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: UFRGS, 2002b. p. 242-247.

GUIZZO, Bianca Salazar; KRZIMINSKI, Clarissa de Oliveira; OLIVEIRA, Dora Lúcia L. C. de. *O software QSR NVivo 2.0 na análise qualitativa de dados: ferramenta*

para a pesquisa em ciências humanas e da saúde. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 53-60. 2003.

HALABY, Charles N. Where job values come from: family and schooling background, cognitive ability, and gender. **American Sociological Review**, Philadelphia, v.68, n.2, p.251-278, 2003. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br/>>. Acesso em: julho 2005.

HITLIN, Steven; PILIAVIN, Jane Allyn. Values: reviving a dormant concept. **Annual Review of Sociology**, Palo Alto, v. 30, p. 359-393, 2004. Disponível em: <<http://proquest.umi.com/pqdlink?did=691462811&sid=1&Fmt=2&clientId=36563&RQT=309&VName=PQD>>. Acesso em: abril 2005.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. 2. ed. 22 reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HYCNER, Richard H. Some guidelines for the phenomenological analysis of interview data. **Human Studies**, v. 8, p. 279-303, 1985. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br/>>. Acesso em: junho 2006.

ICAZA, Ana Mercedes Sarria. Solidariedade, autogestão e cidadania: mapeando a economia solidária no Rio Grande do Sul. In: GAIGER, Luiz I. G. (org.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2004. p.17-53.

ICAZA, Ana Mercedes Sarria; TIRIBA, Lia. Economia Popular. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003. p.101-109.

IDE, Roberto Minoru. Uma análise das diferentes noções do cooperativismo na perspectiva construcionista. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v.17, n.2, p.70-78, 2005. Disponível em: <www.scielo.org>. Acesso em: junho 2006.

INGLEHART, Ronald. **Modernization and Postmodernization: cultural, economic and political change in 43 societies**. Princeton: Princeton University Press, 1997.

JOAS, Hans. **The Genesis of Values**. Chicago: University of Chicago Press, 2000.

JOHNSON, Monica K. Social origins, adolescent experiences, and work value trajectories during the transition to adulthood. **Social Forces**, Chapel Hill, v. 80, n. 4, p. 1307-1340, 2002. Disponível em: < <http://www.periodicos.capes.gov.br/>>. Acesso em: julho de 2005.

KOFES, Suely. Experiências Sociais, Interpretações Individuais: histórias de vida, suas possibilidades e limites. **Cadernos Pagu**, Campinas, v.3, p. 117-141, 1994.

KOHN, Melvin L.; SCHOOLER, Carmi. Job conditions and personality: a longitudinal assessment of their reciprocal effects. **American Journal of Sociology**, Chicago, v.87, n.6, p.1257-1286, 1982.

KRAYCHETE, Gabriel. Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia. In: KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz (Org.). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis: Vozes, 2000. p.15-37.

KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz (Org.). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis: Vozes, 2000.

KUMAR, Krishan. Modernidade. In: OUTHWAITE, William & BOTTOMORE, Tom (orgs.). **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. p. 473-474.

LARANJEIRA, Sonia M. G. Fordismo e pós-fordismo. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia**. 3 ed. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: UFRGS, 2000. p. 89-94.

LAVILLE, Jean-Louis. **L'économie sociale et solidaire en Europe**. Paris: CRIDA, 2000. Disponível em: <www.karlpolanyni.org/02_lesnotes/pdf/05economie.pdf>. Acesso em: abril 2006.

_____. (org.). **Economía Social y Solidaria: una visión europea**. Buenos Aires: Altamira, 2004.

LECHAT, Noëlle Marie Paule. As raízes históricas da Economia Solidária e seu aparecimento no Brasil. In: SEMINÁRIO DE INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE COOPERATIVAS, 2, 2002, Campinas. Disponível em: <<http://www.ecosol.org.br/Noelle.doc>>. Acesso em: março 2003.

LÉVESQUE, Benoît; BOURQUE, Gilles L.; FORGUES, Éric. **La nouvelle sociologie économique: originalité et diversité des approches**. Paris: Desclée de Brouwer, 2001.

LIMA, Jacob Carlos. **As artimanhas da flexibilização: o trabalho terceirizado em cooperativas de produção**. São Paulo: Terceira Margem, 2002.

_____. O trabalho autogestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisitado. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 19, n. 56, p.45-62, out. 2004.

LISBOA, Armando de Melo. Solidariedade. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003. p. 242-250.

LINDSAY, Paul; KNOX, William E. Continuity and change in work values among young adults: a longitudinal study. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 89, n.4, p. 918-931, 1984.

LUCKMANN, Thomas. **Teoría de la Acción Social**. Barcelona: Paidós Ibérica, 1996.

MACIEL, Vera de Fátima. Trabalhadores gerindo fábricas: um estudo em cinco empresas do setor metal-mecânico. In: VALLE, Rogério (Org.). **Autogestão: o que fazer quando as fábricas fecham?** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. p. 121-142.

MANCE, Euclides André. **A Revolução das Redes**: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual. Petrópolis: Vozes, 1999.

MARKOVIC, Mihailo. Autogestão. In: BOTTOMORE, Tom (ed.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 23-24.

MARRE, Jacques Léon. História de vida e método biográfico. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 3, n. 3, p. 89-141, 1991.

MATTOSO, Jorge Eduardo Levi. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Scritta, 1995.

MEAD, George H. **Mind, Self and Society**: from standpoint of social behaviorist. 18 ed. Chicago: University of Chicago Press, 1972.

MORTIMER, Jeylan T.; LORENCE, Jon. Work experience and occupational value socialization: a longitudinal study. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 84, n.6, p.1361-1385, 1979.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PEREIRA, Luiza Helena. Análise de conteúdo: um *approach* do social. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v.9, p. 87-114, 1998.

PINHO, Diva Benevides. **O pensamento cooperativo e o cooperativismo brasileiro**. São Paulo: CNPq, 1982. Manual de Cooperativismo, v. 1.

_____. **O cooperativismo no Brasil**: da vertente pioneira à vertente solidária. São Paulo: Saraiva, 2004.

RICHARDS, Lyn. **Using NVivo in Qualitative Research**. London: SAGE Publications, 1999.

RITZER, George. **Teoría Sociológica Contemporánea**. 3 ed. Madrid: McGraw-Hill, 1992.

ROBERT, André D.; BOUILLAGUET, Annick. **Que Sais-je ? L'analyse de contenu**. Paris: PUF, 1997.

ROSENFELD, Cinara L. A autogestão e a nova questão social: repensando a relação indivíduo-sociedade. **Civitas**: revista de ciências sociais, Porto Alegre, v. 3, n. 2, p. 395-415, jul./dez 2003.

RUDUIT, Sandro. Terceirização/Subcontratação. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia**. 4 ed. rev. ampl. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: UFRGS, 2002. p. 335-341.

SALAMON, Lester M. & ANHEIER, Helmut K. The civil society sector. **Society**, v. 34, n. 2, p. 60-66, 1997. Disponível em: <www.periodicos.capes.gov.br>. Acesso em: Março 2006.

_____. Social origins of civil society: explaining the nonprofit sector cross-nationally. **Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations**, v.9, n.3, p.213-248, 1998. Disponível em: <www.periodicos.capes.gov.br>. Acesso em: Março 2006.

SALAMON, Lester M. & DEWEES, Sarah. **In Search of the Nonprofit Sector: Improving the State of the Art**. The Johns Hopkins Institute for Policy Studies. 2001. Disponível em: <www.jhu.edu/~ccss/pubs/ccsswork/index.html>. Acesso em: Março 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa; RODRÍGUEZ, César. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 23-77.

SAUTU, Ruth. Estilos y prácticas de la investigación. In: SAUTU, Ruth (Org.). **El Método Biográfico: la reconstrucción de la sociedad a partir del testimonio de los actores**. 2 ed. Buenos Aires: Lumiere, 2004. p.21-61.

SCHMIDT, Derli.; PERIUS, Vergílio. Cooperativismo – cooperativa. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003. p. 63-72.

SCHNEIDER, Sérgio; SCHMITT, Cláudia Job. O uso do método comparativo nas Ciências Sociais. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, p. 49-86, 1998.

SCHUTZ, Alfred; LUCKMANN, Thomas. **The Structures of the Life-World**. Evanston: Northwestern University Press, 1973. v.1

SILVA, Marcelo Kunrath. Uma introdução à história oral. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, p. 115-141, 1998.

SIMMEL, Georg. La expansión del grupo y el desarrollo de la individualidad. In: LEVINE, Donald N. (Org.). **Sobre la Individualidad y las Formas Sociales: escritos escogidos**. Quilmes: Universidad Nacional de Quilmes, 2002. p.319-359.

SINGER, Paul. **Uma Utopia Militante: repensando o socialismo**. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. de (Org.). **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000a. p. 11-28.

_____. Economia dos setores populares: propostas e desafios. In: KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz (Org.). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis: Vozes, 2000b. p. 143-165.

_____. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002a.

_____. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b. p. 81-129.

_____. Economia Solidária. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003a. p. 116-125.

_____. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2003b.

_____. Prefácio: um olhar diferente sobre Economia Solidária. In: FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean-Louis. **A Economia Solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: UFRGS, 2004a. p. 5-9.

_____. **Cooperativas de trabalho**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego; Secretaria Nacional de Economia Solidária, 2004b. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/Temas/EconomiaSolidaria/TextosDiscussão/Conteudo/COOPERATIVAS_DE_TRABALHO.pdf>. Acesso em: junho 2004.

_____. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.18, n.51, p.7-22, 2004c. Disponível em: <www.scielo.org>. Acesso em: abril 2005.

SOUZA, André Ricardo de. Um Instantâneo da Economia Solidária no Brasil. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. de (Org.). **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000. p. 7-10.

SPEAR, Roger; BIDET, Eric. Social Enterprise for Work Integration in 12 European Countries: a descriptive analysis. **Annals Of Public and Cooperative Economics**, Oxford, v.76, n.2, p.195-231, 2005. Disponível em: <www.periodicos.capes.gov.br>. Acesso em: outubro 2006.

SPINK, Mary Jane P.; LIMA, Helena. Rigor e visibilidade: a explicitação dos passos da interpretação. In: SPINK, Mary Jane P. (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. São Paulo: Cortez, 1999. cap. 4, p. 93-122.

STARK, David. **Work, Worth, and Justice in a Socialist Mixed Economy**. Cambridge: Harvard University; Center for European Studies, 1990. Disponível em: <www.sociology.columbia.edu/pdf-files/dstark14.pdf>. Acesso em: setembro 2006.

STRAUSS, Anselm L. **Espelhos e Máscaras: a busca da identidade**. São Paulo: EDUSP, 1999.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. III.

TIRIBA, Lia. **Economia Popular e Cultura do Trabalho: pedagogia(s) da produção associada**. Ijuí: UNIJUÍ, 2001.

VASCONCELOS, Maria da Conceição Almeida. Cooperativismo e cotidiano: um estudo da Cooperativa dos Agentes Autônomos de Reciclagem de Lixo de Aracaju – CARE. In: CANDEIAS, Cezar N. B.; MacDONALD, José B.; MELO NETO, José Francisco de (Orgs.). **Economia Solidária e Autogestão**: ponderações teóricas e achados empíricos. Maceió: EDUFAL, 2005. p.105-133.

WATERS, Malcolm. Differentiation and stratification. In: WATERS, Malcolm. **Modern sociological theory**. London: SAGE, 1994. p. 291-343.

WAUTIER, Anne Marie. Para uma sociologia da experiência. Uma leitura contemporânea: François Dubet. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 5, n.9, p.174-214, 2003.

_____. **As Relações de Trabalho nas Organizações de Economia Solidária**: um paralelo Brasil – França. Porto Alegre: UFRGS, 2004. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação de Sociologia), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

_____. **As Relações de Trabalho nas Organizações de Economia Solidária**: um paralelo Brasil – França. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 29, 2005, Caxambu. Disponível em: <www.ufrgs.br/ppgsocio>. Acesso em: julho 2006.

WEBER, Robert Philip. **Basic Content Analysis**. 2 ed. Newbury Park: SAGE, 1990.

ANEXO – Roteiro de Entrevistas Estruturado

1. Nome

2. Idade

3. Sexo

4. Cor

5. Família

5.1 Onde você nasceu?

5.2 Durante a sua infância você morou com quem?

5.3 Seus pais eram casados ou separados? (perguntar se aplicável)

5.4 Qual era a ocupação de seu pai?

5.4.1 Ele falava com você sobre o trabalho dele? Se sim, o que?

5.4.2 Você alguma vez foi com ele para ver onde trabalhava? Se sim, de quem foi a idéia? O que você achou?

5.4.3 Você acha que seu pai influenciou você no modo e no que você trabalha hoje? Por que?

5.5 Qual era a ocupação de sua mãe?

5.5.1 Ela falava com você sobre o trabalho dela? Se sim, o que?

5.5.2 Você alguma vez foi com ela para ver onde trabalhava? Se sim, de quem foi a idéia? O que achou?

5.5.3 Você acha que sua mãe influenciou você no modo e no que você trabalha hoje? Por que?

5.6 Como você descreveria a sua relação com seu pai?

5.7 Como você descreveria a sua relação com sua mãe?

5.8 Com qual idade você saiu da casa dos seus pais?

5.8.1 Por que?

5.8.2 Você estudava nesta época?

5.8.3 Você trabalhava nesta época?

5.9 Quando você fazia alguma coisa de errado seus pais o castigavam? Como?

5.10 Você é casado?

5.10.1 Se não pular para próximo bloco.

5.10.2 Se sim.

5.10.2.1 Sua esposa ou marido trabalham também?

5.10.2.2 Quem é o principal responsável pelo sustento da casa? Ou não há um principal?

5.11 Você tem filhos?

5.11.1 Se não pular para o próximo bloco.

5.11.2 Se sim.

5.11.2.1 Quantos?

5.11.2.2 Você fala com ele(s) sobre o seu trabalho? Por que?

5.11.2.3 Quando seu(s) filho(s) faz(em) alguma coisa de errado, você o castiga(-os)? Como?

5.11.2.4 Qual é a sua principal preocupação com relação ao(s) seu(s) filho(s)?

5.12 O que é ser um bom pai/mãe para você?

5.13 O que é ser um bom filho(a) para você?

5.14 *Você acha que trabalho influencia a família? Por que?*

5.15 *Escolaridade dos pais: Mãe - () nenhum () 1°G. Incompleto () 1°G. Completo () 2°G. Incompleto () 2°G. Completo () Superior Incompleto () Superior Completo. Pai - () nenhum () 1°G. Incompleto () 1°G. Completo () 2°G. Incompleto () 2°G. Completo () Superior Incompleto () Superior Completo.*

6. Trabalho

6.1 *Tem algum outro tipo de trabalho além do que faz na cooperativa? Se sim, qual e por quê?*

6.2 *Com qual idade você começou a trabalhar?*

6.3 *Por que começou a trabalhar?*

6.4 *Qual foi o seu primeiro trabalho?*

6.5 *Já trabalhou com carteira assinada?*

6.5.1 *Se respondeu não*

6.5.1.1 *Gostaria de ter um trabalho com carteira assinada? Qual? Por quê?*

6.5.2 *Se respondeu sim*

6.5.2.1 *Com que idade tinha quando você teve seu primeiro e o seu último trabalho com carteira assinada?*

6.5.2.2 *Qual você considera que foi o seu melhor emprego? Por quê?*

6.5.2.3 *E qual foi o melhor patrão ou empresa? Por quê?*

6.5.2.4 *O que você conseguiu para si através do trabalho com carteira? (material/imaterial)*

6.5.2.5 Como foi que começou a trabalhar com carteira?

6.5.2.6 Por que parou de trabalhar com carteira assinada?

6.5.2.7 Alguma vez você estava estudando enquanto estava empregado com carteira?

6.5.2.8 Era casado enquanto estava empregado?

6.5.2.9 Tinha filhos?

6.5.2.10 O marido/esposa também trabalhava?

6.5.3 Quais são as vantagens e desvantagens de trabalhar com carteira assinada?

6.6 *Você já trabalhou por conta própria?*

6.6.1 Se respondeu não

6.6.1.1 Gostaria de trabalhar por conta própria? Qual tipo? Por quê?

6.6.2 Se respondeu sim

6.6.2.1 Qual idade você tinha quando trabalhou pela primeira vez e pela última por conta própria?

6.6.2.2 O que você considera que conseguiu para si através deste tipo de trabalho? (material/imaterial)

6.6.2.3 Como foi que começou a trabalhar por conta própria?

6.6.2.4 Por que parou de trabalhar por conta própria?

6.6.2.5 Você estudava quando trabalhava por conta própria?

6.6.2.6 Era casado?

6.6.2.7 O marido/esposa também trabalhava?

6.6.2.8 Tinha filhos?

6.7.3 Quais são as vantagens de trabalhar por conta própria? Desvantagens?

6.8 Já trabalhou em cooperativa ou algo similar antes?

6.8.1 Se respondeu não, pular para o próximo bloco de perguntas.

6.8.2 Se respondeu sim

6.8.2.1 Que idade você tinha quando trabalhou pela primeira e pela última vez em uma cooperativa?

6.8.2.2 Como foi que começou a trabalhar nesta cooperativa?

6.8.2.3 Na época o que você conseguiu para si através deste trabalho? (material/imaterial)

6.8.2.4 Por que saiu desta cooperativa?

6.8.2.5 Existem diferenças entre a antiga e o atual cooperativa? Quais?

6.8.2.6 Você estudava na época que trabalhava nesta cooperativa?

6.8.2.7 Você era casado(a) nesta época?

6.8.2.8 Esposa/marido trabalhava também nesta época?

6.8.2.9 Você tinha filhos?

6.9 Você já ficou desempregado(a)?

6.9.1 Se respondeu não passar para o próximo bloco de perguntas de 6.3.

6.9.2 Se respondeu sim.

6.9.2.1 Quantas vezes você ficou desempregado(a)?

6.9.2.2 Quantos anos tinha na primeira e na última vez que ficou desempregado(a)?

6.9.2.3 No que trabalhava antes quando ficou desempregado(a)?

6.9.2.4 O que você faz para conseguir trabalho quando fica desempregado(a)?

6.9.2.5 Alguma vez que você ficou desempregado(a) já recebeu algum tipo de ajuda financeira?

6.9.2.6 Já ficou desempregado(a) enquanto estudava?

6.9.2.7 Já ficou desempregado(a) enquanto estava casado(a)?

6.9.2.8 Sua esposa/marido também já ficou desempregado(a) com você?

6.9.2.9 Tinha filhos?

6.9.2.14 Qual é a pior coisa em ficar desempregado?

6.9.3. Por que você acha que as pessoas ficam desempregadas?

6.9.4 Você acha que tem como resolver ou diminuir o problema do desemprego?

6.10 Qual é a sua profissão?

6.11 O que é ser bem sucedido no trabalho para você?

6.12 Você se considera bem sucedido(a) ou realizado(a) no trabalho? Por que?

6.13 Você acha que o trabalho é importante para o país? Por quê?

6.14 O que é ser um(a) bom(a) trabalhador(a)?

6.15 Se você tivesse a oportunidade de não precisar trabalhar mais (loteria, herança, ser sustentado por alguém) você pararia de trabalhar? Por que?

6.26 Você acha justo que algumas pessoas ganhem mais do que outras? Por quê?

7. Sindicato

6.19 Você é ou já foi sindicalizado(a)? Por quê?

6.19.1 Se não

6.19.1.1 Por quê?

6.19.1.2 Gostaria de ser sindicalizado? Por quê?

6.19.1.3 Alguém da sua família é sindicalizado?

6.19.2 Se sim

6.19.2.1 Quando entrou para o sindicato?

6.19.2.2 Por que entrou no sindicato?

6.19.2.3 Já participou de reuniões ou assembléia do sindicato? Por quê? Como?

6.19.2.4 Já ocupou algum cargo dentro do sindicato? Por que? Se sim, como conseguiu?

6.19.2.5 Já participou de alguma greve? Por quê?

6.19.2.6 Já se recusou a participar de alguma greve? Por quê?

6.19.2.7 Alguém da sua família é sindicalizado?

6.24 O que é um bom sindicato para você?

6.25 Você acha que um sindicato deve ter posições políticas? Por que? Alguma em especial?

7. Política

7.1 Você se interessa por política?

7.1.1 Se não

7.1.1.1 Por quê?

7.1.1.2 Você fala com alguém da sua família sobre política?

7.1.1.3 Você fala com algum colega de trabalho sobre política?

7.1.2 Se sim

7.1.2.1 Por quê?

7.1.2.2 Como e por que começou a se interessar por política?

7.1.2.3 Você fala com algum familiar sobre política?

7.1.2.4 Você fala com seus colegas de trabalho sobre política?

7.2 Você já participou de algum tipo de manifestação política? Por que? Se sim, quando?

7.3 Você tem preferência por algum partido político? Por quê? Se sim, desde quando?

7.4 Você é filiado(a) em algum partido político?

7.4.1 Se não

7.5.1.1 Por quê?

7.5.1.2 Gostaria de se filiar em algum?

7.5.1.3 Alguém já lhe convidou para se filiar?

7.4.2 Se sim

7.5.2.1 Por quê?

7.5.2.2 Como você entrou para este partido?

7.5.2.3 Desde quando é filiado a este partido?

7.5.2.4 Sempre foi filiado a este partido?

7.5.2.4.1 Se não, por que mudou?

7.5.2.4.2 Se sim, por que continua filiado?

7.5.2.5 Você já participou de alguma campanha política?

7.5.2.5.1 Se não, por quê?

7.5.2.5.2 Se sim, quando, como e por quê?

7.6 O que é um bom partido político para você?

7.10 Você já participou ou participa de alguma associação de bairro, organização não-governamental, movimento social ou algo parecido?

7.10.1 Se não.

7.10.1.1 Por quê?

7.10.1.2 Gostaria de participar de alguma dessas organizações?

7.10.1.3 Alguém já lhe convidou para participar de alguma dessas organizações?

7.10.2 Se sim.

7.10.2.1 Como começou a participar?

7.10.2.2 Desde quando participa?

7.11 Quais são os principais problemas do Brasil?

7.12 Você, pessoalmente, acha que pode contribuir para melhorar o Brasil?

7.13 E você acha que atualmente está fazendo algo para melhorar? Se sim, o quê?

7.14 Na sua opinião, o que é um bom governo?

8. Educação

8.1 Grau de escolarização: () nenhum () 1ºG. Incompleto () 1ºG. Completo () 2ºG. Incompleto () 2ºG. Completo () Superior Incompleto () Superior Completo

8.2 Em algum momento da sua vida você já interrompeu seus estudos e voltou? Se sim, por que, quando e durante quanto tempo?

8.3 Você já participou de algum grêmio estudantil ou qualquer outra atividade extra-classe?

8.3.1 Se não.

8.3.1.1 Por que?

8.3.1.2 Alguém chegou a lhe convidar para participar?

8.3.2 Se sim.

8.3.2.1 Qual?

8.3.2.2 Por que?

8.3.2.3 Alguém lhe convidou ou estimulou a participar? Se sim, quem?

8.4 Você gostaria de voltar a estudar ou fazer algum tipo de curso? Por que? Se sim, qual?

8.5 Você já fez algum tipo de curso ou treinamento para o cooperativismo ou associativismo ou qualquer coisa que envolvesse a sua entrada na cooperativa?

8.5.1 Se não.

8.5.1.1 Por que?

8.5.1.2 Você conhece algum curso desse tipo?

8.5.1.3 Alguém já lhe convidou ou conversou sobre?

8.5.2 Se sim.

8.5.2.1 Sobre o que era e o que você aprendeu?

8.5.2.2 Alguém lhe convidou ou lhe informou sobre esse curso?

8.7 Você teve algum professor que lhe marcou em especial?

8.8 O que é ser um bom aluno para você?

8.9 Você freqüentou mais de uma escola? Se sim, qual foi a melhor escola que você freqüentou e por que?

8.10 Como você descreveria a relação que tinha com seus professores? Você acha que eles influenciariam sua vida? Como?

8.11 Você acha que seus pais apoiaram e estimularam você para estudar? Como?

8.12 Você acha certo trabalhar e estudar ao mesmo tempo? Por que?

9. Religião

9.1 Você tem alguma religião? Qual?

9.1.1 Qual você acha a mais importante lição ou ensinamento da sua religião?

9.1.2 Desde quando você tem essa religião e como conheceu?

9.1.3 Alguém da sua família é dessa religião?

9.2 Você se considera uma pessoa religiosa? Por quê?

9.3 Você freqüenta os cultos e cerimônias da sua religião? Se sim, com qual frequência?

9.4 Você participa de alguma organização ou instituição ligadas à sua religião? Por que? Se sim, qual, desde quando, como funcionava e o que faz?

10. Trabalho Autogerido

10.1 Objetivos, Interesses e Resultados

10.1.1 Quanto você ganha por mês? () até 300 Reais; () entre 301 até 500 Reais; () entre 501 até 800; () entre 800 até 1000; () entre 1001 até 1500; () acima de 1501 Reais.

10.1.2 Esse valor que você ganha vem somente do trabalho na cooperativa?

10.1.2.1 Se sim passar para próxima.

10.1.2.2 Se não.

10.1.2.2.1 Qual é a sua outra fonte de renda?

10.1.2.2.2 O que você ganha do trabalho na cooperativa é a maior parte?

10.1.3 Na sua casa, alguém além de você contribui para o sustento?

10.1.3.1 Se não passar para próxima.

10.1.3.2 Se sim.

10.1.3.2.1 Quem e como?

10.1.4 Qual é sua função e trabalho na cooperativa?

10.1.5 Você está aqui desde o começo da cooperativa?

10.1.5.1 Se respondeu não

10.1.5.1.1 Como ficou sabendo da cooperativa e desde quando está nela?

10.1.5.1.2 Na época, você já sabia o que era cooperativismo? Se sim, quando e como ficou sabendo?

10.1.5.1.3 Por que decidiu trabalhar na cooperativa?

10.1.5.1.4 Quais são as vantagens de trabalhar na cooperativa?

10.1.5.1.5 Quais são as desvantagens?

10.1.5.1.6 Como você vê o seu futuro?

10.1.5.2 Se responder que sim

10.1.5.2.1 Por que e como começou a cooperativa?

10.1.5.2.2 Na época, você já sabia o que era uma cooperativa? Se sim, quando e como ficou sabendo?

10.1.5.2.3 Você participou do processo de fundação da cooperativa? Como e por quê?

10.1.5.2.4 Quais são as vantagens de trabalhar na cooperativa?

10.1.5.2.5 Quais são as desvantagens?

10.1.5.2.6 Como você vê o seu futuro?

10.1.6 Você acha que o trabalho que você faz é útil? Por quê?

10.1.7 Qual ou quais principais desafios da cooperativa? Por que?

10.1.7.1 O que você acha que deve ser feito para superá-los?

10.2 Processos de Participação.

10.2.1 Você ocupa ou ocupou algum cargo eletivo na cooperativa?

10.2.1.1 Se não.

10.2.1.1.1 Por que?

10.2.1.1.2 Alguém já lhe convidou para ocupar ou se candidatar a um cargo eletivo? Por que rejeitou o convite?

10.2.1.1.3 Quais são as características ou qualidades que a pessoa deve ter para ocupar esses cargos?

10.2.1.1.4 Você acha justo ou adequado que para ocupar esse cargo a pessoa seja eleita? Por que? Se não, que outra forma seria a correta para você?

10.2.1.2 Se sim

10.2.1.2.1 Qual?

10.2.1.22 Por que e como você chegou nesse cargo?

10.2.1.2.3 Qual a sua principal responsabilidade ou função neste cargo?

10.2.1.2.4 Quais são as características ou qualidades que a pessoa deve ter para ocupar esse cargo?

10.2.1.2.4 Você acha justo ou correto que para ocupar esse cargo a pessoa seja eleita? Por que? Se não, que outra forma seria a correta para você?

10.2.2 Vocês fazem assembléias gerais?

10.2.2.1 De quanto em quanto tempo elas ocorrem?

10.2.2.2 Que tipo de coisas vocês discutem e decidem nas assembléias?

10.2.2.3 Você acha as assembléias algo importante de ser feito ou ela não é necessária? Por que?

10.2.2.4 Você acha que teria alguma coisa para ser melhorada ou modificada nas assembléias? (se necessário citar: modificações na forma de se fazer, nos assuntos e tipos de decisões, na forma de cada um participar)

10.2.2.4 De que forma você participa nas assembléias? Você mais ouve do que fala? Traz questões?

10.2.2.5 O que se deve e o que não se deve fazer ou falar nas assembléias?

10.2.2.6 Você acha que todos deveriam participar das assembléias?

10.3 Propriedade Coletiva

10.3.1 Como você se senti sendo sócio da cooperativa? Você se senti um pouco dono dela?

10.3.2 Como funciona o sistema de pagamento mensal?

10.3.2.1 Já foi discutida outra forma de pagamento? Qual?

10.3.2.2 Você acha justa a forma implementada de pagamento? Por que?

10.3.3 E na hora de contratar novos sócios para cooperativa, você é favorável que se dê preferência aos familiares e amigos dos que já estão? Por quê?

10.4 Relação com os pares

10.4.1 Como é sua relação com os colegas de trabalho?

10.4.2 O que você acha que é o principal problema na forma como as pessoas se comportam ou se relacionam aqui?

10.4.3 O que uma pessoa tem que fazer para se tornar um bom sócio na cooperativa? Por que?

10.4.4 O que você teve de modificar em si ou aprender para se adaptar ao modo de trabalhar aqui?

10.4.5 Na cooperativa existem regras que dizem o que cada um pode e não pode fazer. O que você acha delas? Elas são seguidas?

10.4.6 Você se relaciona com seus colegas fora da cooperativa?

10.4.7 Você é pressionado(a) no trabalho? Como?

10.4.8 Na tua opinião, as pessoas se ajudam na cooperativa? Como?